



INTERCULTURALIDADE

VOLUME III

UMA VISÃO GERAL

ORGANIZADORES

Dr. Luis Antônio Monteiro Campos
Universidade Católica de Petrópolis

Dr. Alberto Abad
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. José Aparecido da Silva
Universidade Católica de Petrópolis
Universidade de São Paulo

Dr. Francisco Cardoso
UTAD - Portugal



INTERCULTURALIDADE

Uma Visão Geral

VOLUME III

ORGANIZADORES

LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO CAMPOS (UCP)

ALBERTO ABAD (UFJF)

JOSÉ APARECIDO DA SILVA (UCP e USP)

FRANCISCO CARDOSO (UTAD - PORTUGAL)

1ª Edição
Rio de Janeiro – RJ
Lugar de Fala
2024

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS

Grão-Chanceler

Dom Joel Portella Amado

Reitor

Pe. Pedro Paulo Carvalho Rosa

Vice-reitor

Marcelo Vizani Calazans

Pró-Reitor de Graduação e de Pós-Graduação e Pesquisa

Leandro Antônio Rodrigues

Pró-Reitor Administrativo

Anderson de Souza Cunha

Pró-Reitor Administrativo Adjunto

Carlos Henrique Freire Lisboa

Coordenador Núcleo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade

Luís Antônio Monteiro Campos

Copyright © 2024,

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor: Os autores

Revisão: Elis Crokidakis

Projeto Gráfico e Capa: Alberto Abad

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Interculturalidade [livro eletrônico] : uma visão geral : volume III / organizadores Luís Antônio Monteiro Campos...[et al.]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Luis Campos, 2024.
PDF

Outros organizadores: Alberto Abad, José Aparecido da Silva, Francisco Cardoso.
Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-982762-1-8

1. Cultura - Aspectos sociais 2. Direitos humanos 3. Diversidade cultural 4. Identidade cultural I. Campos, Luís Antônio Monteiro. II. Abad, Alberto. III. Silva, José Aparecido da. IV. Cardosos, Francisco.

24-205733

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Interculturalidade : Cultura : Sociologia 306.43

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Conselho Editorial e Comitê Científico

Luís Antônio Monteiro Campos (UCP e PUC-Rio) (presidente)

José Aparecido da Silva (UCP e USP)

Alberto Abad (UFJF)

Francisco Cardoso (UTAD – PORTUGAL)

Rodolfo de Castro Ribas Junior (UFRJ)

Alissandra Marques Braga (UNIGRANRIO)

Jesiane de Souza Marins (FASAP)

Diogo Bonioli (UFRJ e UNILASALLE)

Walfrido Nunes de Menezes (UFP)

Avaliadores externos

Marcos Aguiar (UFRRJ)

Claudia Behar (UNIGRANRIO)

Thelma Mary (UNESA)

Marck Torres (UFAM)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas ad hoc.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1: INTERCULTURALIDADE E BEM-ESTAR: O IMPACTO DO CONTATO COM A NATUREZA EM PACIENTES HOSPITALIZADOS	9
CAPÍTULO 2 – CRENÇAS DE BRASILEIROS EM RELAÇÃO AOS PORTUGUESES E DE PORTUGUESES EM RELAÇÃO A BRASILEIROS	29
CAPÍTULO 3: ASPECTOS CULTURAIS DA NOÇÃO DE CUIDADO EM SAÚDE EM UMA PERSPECTIVA DE INTEGRALIDADE DO HUMANO	37
CAPÍTULO 4: VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS CONTRA O HOMEM E O ABUSO DE SUBSTÂNCIAS, DEPRESSÃO E ANSIEDADE	55
CAPÍTULO 5: O BOI NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CULTURA POPULAR E SEUS LUGARES DE MEMÓRIA	72
CAPÍTULO 6: INTERCULTURALIDADE E JUSTIÇA 100% DIGITAL: COMO ESSA INOVAÇÃO TEM TRANSFORMADO A CULTURA FORENSE	89
CAPÍTULO 7 - INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	107
CAPÍTULO 8 - PROCESSOS INTERCULTURAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA FRENTE A UMA CULTURA DA INCLUSÃO E DA NEGAÇÃO	123
ÍNDICE REMISSIVO	136
DOS AUTORES	137

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro "Interculturalidade: uma visão geral volume III", uma obra composta por oito capítulos que abordam aspectos importantes relacionados à interculturalidade em diferentes contextos.

Capítulo 1: Interculturalidade e bem-estar: o impacto do contato com a natureza em pacientes hospitalizados. No primeiro capítulo, intitulado "Interculturalidade e bem-estar: o impacto do contato com a natureza em pacientes hospitalizados", a autora Zeimara de Almeida Santos discute a importância do contato com a natureza na recuperação de pacientes hospitalizados, levando em consideração a diversidade cultural presente nesse contexto.

Capítulo 2: Crenças de brasileiros em relação aos portugueses e de portugueses em relação aos brasileiros. No segundo capítulo, denominado "Crenças de brasileiros em relação aos portugueses e de portugueses em relação aos brasileiros", a autora Gabrielle Espósito Cavalcanti aborda as diferentes percepções e estereótipos que existem entre brasileiros e portugueses, evidenciando a importância da interculturalidade na compreensão mútua entre esses povos.

Capítulo 3: Aspectos culturais da noção de cuidado em saúde em uma perspectiva de integralidade do humano. O terceiro capítulo, intitulado "Aspectos culturais da noção de cuidado em saúde em uma perspectiva de integralidade do humano", escrito por Rui Carlos Stockinger, explora os diversos aspectos culturais que influenciam a forma como as pessoas percebem e vivenciam o cuidado em saúde, ressaltando a importância de considerar a diversidade cultural nesse contexto.

Capítulo 4: Violência entre parceiros íntimos contra o homem e o abuso de substâncias, depressão e ansiedade. No quarto capítulo, intitulado "Violência entre parceiros íntimos contra o homem e o abuso de substâncias, depressão e ansiedade", os autores Ana Claudia Ferreira Cezario e Lélío Moura Lourenço abordam a interculturalidade no contexto da violência doméstica, destacando como as diferenças culturais podem influenciar nas dinâmicas dessa violência, bem como nas questões de abuso de substâncias, depressão e ansiedade.

Capítulo 5: O boi na construção do imaginário da cultura popular e seus lugares de memória. No quinto capítulo, intitulado "O boi na construção do imaginário da cultura popular e seus

lugares de memória", os autores Mariane Andrea Rocha, Tatiana Cíntia da Silva, Raphaela Schiassi Hernandez e Luana Foroni Andrade discutem a importância do boi como símbolo cultural presente na cultura popular, destacando a relevância dos lugares de memória na preservação e valorização dessa manifestação cultural.

Capítulo 6: Interculturalidade e justiça 100% digital: como essa inovação tem transformado a cultura forense. No sexto capítulo, intitulado "Interculturalidade e justiça 100% digital: como essa inovação tem transformado a cultura forense", os autores Klever Paulo Leal Filho, Mirel Legrá Fleitas, Vinícius Santos Amaral, Bernardo Santos Amaral e Julia Toneli Loretto Cunha discutem como a interculturalidade tem sido influenciada pela digitalização dos processos judiciais, ressaltando as transformações na prática forense e as implicações culturais dessas mudanças.

Capítulo 7: Interculturalidade e direitos humanos na educação superior. No sétimo capítulo, intitulado "Interculturalidade e direitos humanos na educação superior", as autoras Angelina Accetta Rojas e Adriana Pires Arezzo abordam a importância da interculturalidade na garantia dos direitos humanos no contexto da educação superior, ressaltando a necessidade de promover a inclusão e o respeito à diversidade cultural nas instituições de ensino.

Capítulo 8: Processos interculturais que envolvem a pessoa idosa frente a uma cultura da inclusão e da negação. Por fim, no oitavo capítulo, intitulado "Processos interculturais que envolvem a pessoa idosa frente a uma cultura da inclusão e da negação", o autor Walfrido Menezes discute as questões interculturais relacionadas à pessoa idosa, considerando os desafios e as oportunidades de inclusão e respeito à diversidade nesse contexto.

O livro "Interculturalidade: uma visão geral volume III" apresenta uma diversidade de perspectivas sobre a interculturalidade em diversos contextos, proporcionando uma reflexão sobre a importância de compreender, valorizar e respeitar as diferentes culturas presentes em nossa sociedade. Cada capítulo traz uma contribuição única e enriquecedora para o tema, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre os leitores. Espero que essa obra seja um convite à reflexão e à busca por uma sociedade mais intercultural e inclusiva.

Obrigado.

CAPÍTULO 1: INTERCULTURALIDADE E BEM-ESTAR: O IMPACTO DO CONTATO COM A NATUREZA EM PACIENTES HOSPITALIZADOS

Zeimara de Almeida Santos

O ambiente hospitalar é muitas vezes associado a estresse, ansiedade e desconforto, o que pode impactar negativamente a saúde mental dos pacientes. Nesse contexto, a integração de elementos naturais no ambiente hospitalar, conhecida como “terapia verde”, tem sido cada vez mais reconhecida (Schuchter & Sarmiento, 2023; Bittencourt, de Melo Junior, & Pedroso, 2023) como uma abordagem eficaz para melhorar o bem-estar psicológico dos pacientes. O termo “terapia verde” é frequentemente utilizado de maneiras variadas, podendo referir-se a abordagens terapêuticas que envolvem o contato com a natureza, como “ecoterapia”, “terapia horticultural”, entre outras. Diversos profissionais, pesquisadores e terapeutas podem ter contribuído para o desenvolvimento dessas práticas. Em consonância com essas informações, este capítulo objetiva explorar os benefícios psicológicos do contato com a natureza em pacientes hospitalizados.

Um aspecto importante a ser considerado é que a exposição à natureza tem sido consistentemente associada à redução dos níveis de estresse. Em ambientes hospitalares, onde o estresse é comum, a presença de elementos naturais, como plantas, jardins ou até mesmo vistas para áreas verdes, pode contribuir significativamente para a diminuição da ansiedade. Estudos têm demonstrado que pacientes expostos a ambientes com elementos naturais relatam níveis mais baixos de cortisol, um hormônio associado ao estresse (de Lira, et. al, 2023).

O contato com a natureza também está associado a melhorias no humor e na autoestima dos pacientes hospitalizados. A beleza natural e a serenidade proporcionadas por elementos naturais podem elevar o ânimo dos pacientes, contribuindo para uma perspectiva mais positiva durante o processo de recuperação. Além disso, a conexão com a natureza muitas vezes promove uma sensação de esperança e renovação, fatores cruciais para o enfrentamento de desafios de saúde (dos Santos, Rodrigues, de Vasconcelos, & Paiva, 2022).

Pacientes hospitalizados que têm acesso à natureza podem experimentar uma recuperação mais rápida e eficaz. A exposição a ambientes naturais está associada a uma melhoria na função imunológica e a uma redução no tempo de recuperação após procedimentos médicos (de Godoy, et. al, 2022). A conexão com a natureza pode ser um estímulo poderoso

para o sistema imunológico, auxiliando o corpo na sua jornada em direção à cura (Melo, de Vasconcelos, & do Nascimento Lima, 2023).

Os benefícios psicológicos do contato com a natureza em pacientes hospitalizados são vastos e impactantes. Desde a redução do estresse até a melhoria do humor e estímulo à recuperação, a terapia verde emerge como uma abordagem valiosa na promoção da saúde mental dos pacientes durante sua estadia hospitalar. Compreendendo os benefícios psicológicos do contato com a natureza, a implementação da terapia verde em ambientes hospitalares tornou-se uma prática crescente. A esse respeito, é interessante ressaltar que os profissionais de saúde podem integrar elementos naturais nos espaços hospitalares para melhorar a experiência psicológica dos pacientes (de Moura Carvalho, et. al, 2022).

A introdução de elementos naturais no design de ambientes hospitalares é crucial para maximizar os benefícios psicológicos. Isso pode incluir a criação de jardins terapêuticos, áreas de descanso com vista para a natureza, ou até mesmo a instalação de obras de arte inspiradas na natureza. O objetivo é criar espaços que proporcionem uma sensação de tranquilidade e conectividade com o mundo natural. A promoção de atividades ao ar livre para os pacientes pode melhorar consideravelmente a experiência hospitalar. Essas atividades não apenas oferecem os benefícios da natureza, mas também promovem a socialização entre os pacientes (Comym, et. al, 2022).

Mesmo em áreas internas, é possível integrar elementos naturais nos quartos dos pacientes. Isso pode incluir a presença de plantas, ilustrações da natureza ou a utilização de luz natural sempre que possível. Esses pequenos detalhes podem contribuir para criar um ambiente mais acolhedor e amigável. Além da implementação física, a educação sobre os benefícios da “terapia verde” é essencial. Tanto os profissionais de saúde quanto os próprios pacientes podem se beneficiar ao compreender como a conexão com a natureza pode influenciar positivamente a saúde mental e emocional (Sousa et al., 2022).

Ao integrar a terapia verde de maneira holística nos ambientes hospitalares, os profissionais de saúde podem proporcionar aos pacientes uma experiência mais positiva e propícia à recuperação. A implementação cuidadosa dessas práticas pode não apenas melhorar a saúde psicológica dos pacientes, mas também contribuir para um ambiente hospitalar mais humanizado e centrado no paciente (Rêgo, et. al, 2023).

A realização de uma pesquisa sobre os benefícios psicológicos do contato com a natureza em pacientes hospitalizados é justificada pela crescente compreensão da influência positiva do ambiente na saúde mental. Ambientes hospitalares frequentemente associados ao estresse podem impactar negativamente o bem-estar psicológico dos pacientes, afetando sua recuperação. Investigações aprofundadas nesse campo são essenciais para destacar as correlações entre a exposição à natureza e a redução do estresse, melhoria do humor e estímulo à recuperação. Com dados sólidos, essa pesquisa pode fornecer insights cruciais para orientar a implementação de estratégias eficazes de terapia verde em hospitais, promovendo um ambiente mais propício à cura e melhorando significativamente a experiência psicológica dos pacientes durante sua estadia hospitalar (Villela, & Ely, 2022).

A publicação de pesquisas sobre os benefícios psicológicos do contato com a natureza em pacientes hospitalizados é de suma importância para a psicologia hospitalar. A compreensão aprofundada dos impactos positivos que a natureza pode ter sobre o bem-estar psicológico dos pacientes não apenas enriquece a base teórica da psicologia, mas também oferece insights práticos para profissionais de saúde. Ao destacar como a terapia verde pode reduzir o estresse, melhorar o humor e acelerar o processo de recuperação, essas pesquisas fornecem um embasamento científico valioso para a implementação de intervenções psicológicas eficazes em ambientes hospitalares (Villela, & Ely, 2022). Além disso, tais estudos podem orientar a formulação de diretrizes para práticas terapêuticas inovadoras, promovendo a humanização do ambiente hospitalar e contribuindo para o aprimoramento global da psicologia hospitalar, visando sempre a melhoria da qualidade de vida e do processo de cura dos pacientes.

Revisão da Literatura

Desde os primórdios da humanidade, o relacionamento entre as pessoas e a natureza tem desempenhado um papel fundamental na saúde mental. Nos primeiros agrupamentos humanos, a natureza fornecia não apenas recursos essenciais para a sobrevivência, mas também um contexto para a vida cotidiana, influenciando diretamente as experiências emocionais e psicológicas. Nas civilizações antigas, como os gregos e os romanos, os jardins eram espaços considerados terapêuticos, onde a contemplação da natureza era vista como uma maneira de equilibrar as emoções e promover o bem-estar mental (Jardim, Sossae, & Ribeiro, 2023).

Durante a Revolução Industrial, o aumento da urbanização e a separação das comunidades da natureza começaram a alterar significativamente esse relacionamento ancestral (Oliveira, 2022). A rápida urbanização trouxe benefícios econômicos, mas também introduziu estilos de vida mais sedentários e ambientes menos conectados com a natureza. Essa mudança teve implicações diretas com o aumento de distúrbios relacionados ao estresse e à ansiedade.

Ao longo do século XX, o reconhecimento da importância do contato com a natureza para a saúde mental cresceu. Movimentos como o "*back to nature*" e a popularização de práticas como o "camping" e o "eco-turismo" refletem uma busca renovada por uma conexão mais profunda com o ambiente natural (Finatti, 2022). A psicologia ambiental emergiu como uma disciplina que explora a relação entre as pessoas e seus ambientes, destacando como a falta de contato com a natureza pode contribuir para problemas de saúde mental. Na contemporaneidade, a compreensão dos benefícios psicológicos do contato com a natureza está impulsionando iniciativas inovadoras na área da saúde mental. Terapias baseadas na natureza, como o "ecotherapy", têm ganhado popularidade, e a integração de elementos naturais em ambientes urbanos e hospitalares é reconhecida como uma estratégia eficaz para melhorar o bem-estar emocional (Rueff, & Reese, 2023). A pesquisa continua a evidenciar os impactos positivos do contato com a natureza, solidificando a importância desse relacionamento ancestral na promoção da saúde mental em um mundo cada vez mais urbanizado e tecnológico. O entendimento histórico dessa relação serve como base para abordagens contemporâneas que visam reintegrar a natureza ao cotidiano humano em prol da saúde mental e emocional.

Diversas teorias psicológicas fundamentam e explicam a conexão intrínseca entre o ser humano e a natureza, destacando como essa relação desempenha um papel crucial na saúde mental. A teoria da Biophilia, proposta por Edward O. Wilson em 1984, sugere que os seres humanos possuem uma afinidade inata com a natureza, resultante da evolução e do desenvolvimento como espécie. Essa conexão biológica com o ambiente natural é considerada essencial para o bem-estar emocional e cognitivo, proporcionando benefícios psicológicos significativos. A teoria do estresse ambiental, por sua vez, enfoca como o contato regular com ambientes naturais pode reduzir o estresse e promover a recuperação emocional. Estudiosos como Roger Ulrich (1984) destacam que a natureza oferece estímulos visuais e sensoriais que são intrinsecamente relaxantes, influenciando positivamente estados emocionais e contribuindo para a regulação do sistema nervoso autônomo.

Além disso, a teoria da psicologia ambiental enfatiza o impacto do ambiente físico na saúde mental, reconhecendo a importância da natureza como um componente vital desse ambiente. Baseando-se na ideia de que os ambientes influenciam o comportamento e o bem-estar humano, essa teoria ressalta como espaços naturais podem oferecer oportunidades para restauração cognitiva e emocional, contrabalançando os estressores do cotidiano. Em conjunto, essas teorias citadas (Ulrich, 1984; Wilson, 1984) sustentam a compreensão profunda da necessidade humana de conexão com a natureza, reforçando a importância de estratégias que promovam essa relação para melhorar a saúde mental e emocional. Essas perspectivas psicológicas oferecem um arcabouço teórico robusto para embasar intervenções práticas que visam maximizar os benefícios terapêuticos do contato humano com o ambiente natural.

Nos últimos cinco anos, uma série de estudos tem se dedicado a examinar os impactos da natureza na saúde mental, consolidando evidências significativas sobre os benefícios psicológicos dessa conexão. Pesquisas publicadas recentemente têm ampliado a compreensão dos mecanismos pelos quais o contato com a natureza influencia o bem-estar emocional e cognitivo. Estudos epidemiológicos, como os conduzidos por Sousa et al. (2022), têm encontrado associações positivas entre a exposição regular à natureza e a redução da prevalência de distúrbios mentais, indicando uma possível contribuição na prevenção de condições como ansiedade e depressão.

Além disso, investigações experimentais têm buscado entender os efeitos imediatos do contato com a natureza. Pesquisas de Alves et al. (2021) exploraram a relação entre caminhadas na natureza e a melhoria na atenção e no humor, demonstrando que ambientes naturais podem facilitar a restauração cognitiva e emocional. Estudos neurocientíficos, como os realizados por Paiva e Jedon (2021), têm examinado as respostas cerebrais ao estímulo visual da natureza, evidenciando atividade neural associada a emoções positivas e relaxamento.

Outros estudos têm se concentrado na aplicação prática dessas descobertas. Pesquisas de implementação, como as de Telles e Moço (2022), têm investigado a eficácia de intervenções baseadas na natureza em contextos clínicos e hospitalares, sugerindo que a inclusão de elementos naturais nos ambientes de cuidados pode contribuir para melhorias significativas na experiência e recuperação dos pacientes.

Em conjunto, esses estudos recentes fornecem uma base robusta para a compreensão dos efeitos da natureza na saúde mental, destacando não apenas a validade, mas também a aplicabilidade prática dessa conexão. Essas pesquisas têm implicações importantes para a promoção da saúde mental e para o desenvolvimento de intervenções inovadoras que incorporam a natureza como parte integrante do cuidado psicológico e emocional.

Metodologia

Este estudo fundamenta-se em uma metodologia que integra observação direta e prática terapêutica empírica, emergindo da experiência clínica da psicóloga hospitalar autora deste estudo. A metodologia adotada é essencialmente qualitativa, baseada na coleta de dados a partir de observações sistemáticas durante intervenções terapêuticas realizadas pela pesquisadora em um ambiente hospitalar específico. A autora, com experiência no campo da psicologia hospitalar, aplicará técnicas de observação direta, registrando de maneira sistemática as interações entre os pacientes e ambientes naturais. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada e contextualizada dos efeitos terapêuticos do contato com a natureza, levando em consideração nuances subjetivas e dinâmicas específicas do ambiente hospitalar. A análise dos dados observacionais (compreendida no período de outubro de 2021 a fevereiro de 2024) foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, incorporando a expertise clínica da psicóloga para oferecer *insights* valiosos sobre os benefícios psicológicos dessa prática. A pesquisa qualitativa é uma abordagem valiosa para explorar a complexidade do comportamento humano, fornecendo uma compreensão rica e contextualizada dos fenômenos estudados (Assis, & Monteiro, 2023). Essa metodologia, ancorada na prática terapêutica empírica, buscou contribuir para a compreensão holística e aplicação efetiva de intervenções baseadas na natureza em contextos hospitalares.

Discussão:

A relação entre a exposição à natureza e a saúde mental tem sido tema de crescente interesse na pesquisa científica, refletindo uma consciência emergente sobre a importância do ambiente natural para o bem-estar humano. Estudos epidemiológicos recentes, como os conduzidos por White et. al (2023), têm identificado associações significativas entre maior acesso a áreas verdes e a redução da prevalência de transtornos mentais, indicando que a

natureza desempenha um papel potencialmente protetor contra condições como depressão e ansiedade (Lafortezza, & Randrup, 2018).

No âmbito experimental, a pesquisa tem avançado na compreensão dos mecanismos subjacentes aos efeitos positivos da natureza na saúde mental. Trabalhos como o de Hartig et al. (2023) exploraram os impactos neurofisiológicos, revelando que a exposição a ambientes naturais está associada a uma redução da atividade neural relacionada ao estresse. Além disso, estudos comportamentais, incluindo os de Yao et al. (2024), destacaram melhorias na atenção e no humor após períodos curtos de interação com a natureza, sugerindo benefícios cognitivos imediatos.

As descobertas também têm implicações práticas. Intervenções terapêuticas baseadas na natureza têm se mostrado promissoras, como ilustrado pelos trabalhos de Putri et al. (2023), que examinaram a eficácia de programas de “eco-terapia” no tratamento de condições de saúde mental. Resultados indicam que a integração da natureza no processo terapêutico pode contribuir para a melhoria dos sintomas e para uma maior satisfação do paciente.

No entanto, questões metodológicas e variabilidade nos ambientes naturais estudados representam desafios que requerem atenção contínua. A diversidade de resultados observados em diferentes contextos sugere a necessidade de investigações mais detalhadas sobre as características específicas da natureza que influenciam os efeitos na saúde mental.

A evidência científica atual sustenta a ideia de que a exposição à natureza está associada a benefícios significativos para a saúde mental. Embora existam progressos notáveis na compreensão dos mecanismos subjacentes, ainda há questões a serem exploradas para uma compreensão mais completa e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes. Essa discussão destaca a importância contínua da pesquisa científica para informar práticas clínicas e políticas de saúde mental que promovam o contato humano com a natureza como parte integrante do cuidado psicológico.

A investigação científica tem consistentemente apontado para a eficácia da exposição à natureza como uma estratégia terapêutica promissora para a redução do estresse e da ansiedade. Estudos neurofisiológicos, como os de Hartig et al. (2021), têm demonstrado que a interação com ambientes naturais está associada a uma diminuição da atividade do sistema nervoso simpático, indicando uma resposta fisiológica reduzida ao estresse. Esses achados são

corroborados por pesquisas comportamentais, incluindo as de Browning et al. (2023), que revelam melhorias significativas nos sintomas de ansiedade após a exposição à natureza, sugerindo que a natureza desempenha um papel crucial na regulação do estado emocional.

Mecanismos psicológicos subjacentes também foram explorados em estudos recentes. Taniguchi (2022), destaca como ambientes naturais oferecem um "descanso" para a mente, reduzindo a fadiga mental e restaurando a capacidade de atenção. Esse tipo de restauração cognitiva pode ser particularmente relevante na redução dos níveis de estresse, uma vez que o contato frequente com estressores cotidianos pode levar à exaustão mental e emocional.

As intervenções terapêuticas baseadas na natureza, como programas de “eco-terapia” e jardins terapêuticos, têm emergido como abordagens clínicas inovadoras. Estudos de meta-análise, como os de Van Den Berg et al. (2021), evidenciam que essas intervenções estão associadas a reduções significativas nos níveis de estresse e ansiedade, reforçando a viabilidade prática dessa abordagem terapêutica.

Contudo, é importante considerar a variabilidade nas características do ambiente natural, bem como as preferências individuais. O efeito da natureza na saúde mental pode ser influenciado por fatores contextuais, como o tipo de ambiente natural e a duração da exposição. Além disso, a relação pessoal com a natureza pode variar, exigindo uma abordagem personalizada na prescrição dessa terapia.

Em conclusão, a exposição à natureza se destaca como uma proposta terapêutica eficaz na redução do estresse e da ansiedade. As evidências científicas apontam não apenas para os benefícios imediatos, mas também para os potenciais mecanismos neurofisiológicos e psicológicos subjacentes. A incorporação cuidadosa dessa abordagem na prática clínica pode representar uma valiosa adição ao arsenal terapêutico, promovendo a saúde mental e aprimorando a qualidade de vida dos indivíduos.

A pesquisa científica dos últimos anos tem destacado de maneira consistente a influência positiva da exposição à natureza na melhoria do humor e bem-estar emocional. Estudos comportamentais, como os de Maciel (2021), têm demonstrado que a interação regular com ambientes naturais está associada a uma elevação significativa no humor e sentimentos de bem-estar. Essas descobertas são fundamentais na compreensão da natureza como um estímulo eficaz para promover respostas emocionais positivas.

A teoria da atenção restauradora, desenvolvida por Kaplan (1995), oferece uma base conceitual para explicar os benefícios no humor decorrentes da exposição à natureza. Ambientes naturais, ao contrário dos urbanos, são percebidos como menos demandantes cognitivamente, permitindo uma atenção mais relaxada e focada no momento presente (Jing, et. al, 2021). Essa capacidade de restaurar a atenção contribui para uma sensação de calma e contentamento, impactando diretamente no humor e na sensação geral de bem-estar.

Investigações neurocientíficas, como as realizadas por Wang et al. (2022), têm explorado as bases biológicas dessa melhoria do humor. A exposição à natureza tem sido associada a alterações nos níveis de neurotransmissores, como a serotonina, conhecida por seu papel na regulação do humor. Essas alterações neuroquímicas fornecem uma explicação fisiológica para a conexão entre natureza e bem-estar emocional.

No contexto terapêutico, intervenções baseadas na natureza têm se mostrado eficazes na promoção do humor e do bem-estar. Programas de terapia horticultural, por exemplo, têm sido associados a melhorias significativas no estado de espírito e satisfação com a vida, conforme observado por TU (2022). Essas intervenções, muitas vezes centradas em atividades ao ar livre e interações com a natureza, oferecem uma abordagem tangível e acessível para melhorar o bem-estar emocional.

Entretanto, é essencial reconhecer a complexidade do humor e bem-estar, influenciados por uma interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Embora a exposição à natureza seja uma estratégia promissora, a abordagem terapêutica deve ser holística, considerando múltiplos elementos que impactam o estado emocional do indivíduo.

A exposição à natureza se destaca como uma proposta terapêutica eficaz na melhoria do humor e bem-estar emocional. As evidências científicas respaldam não apenas os benefícios comportamentais observados, mas também os mecanismos neurobiológicos subjacentes. A integração dessa abordagem na prática clínica pode oferecer uma ferramenta valiosa para profissionais de saúde mental na promoção de estados emocionais positivos e na melhoria geral da qualidade de vida dos indivíduos.

A relação entre a exposição à natureza e a recuperação física tem sido objeto de pesquisa científica, evidenciando contribuições substanciais para a saúde e o processo de cura. Estudos recentes, como os conduzidos por Chang and Chien (2017), têm investigado os impactos da

natureza na recuperação de pacientes pós-cirúrgicos e destacado uma associação positiva entre ambientes naturais e taxas aceleradas de recuperação. Essas descobertas sugerem que a natureza desempenha um papel além do aspecto psicológico, influenciando diretamente os processos físicos de cicatrização e regeneração.

Os mecanismos pelos quais a natureza contribui para a recuperação física são multifacetados. Em primeiro lugar, a exposição à luz natural, conforme demonstrado por estudos como os de Moure and dos Santos (2023), desempenha um papel crucial na regulação de ritmos circadianos, otimizando a produção de melatonina e influenciando positivamente a qualidade do sono. Um sono adequado é fundamental para a regeneração celular e o reparo dos tecidos, fatores cruciais na recuperação pós-tratamento médico.

Além disso, ambientes naturais frequentemente oferecem oportunidades para atividades físicas suaves, como caminhadas e exercícios ao ar livre. Pesquisas, incluindo as de Thompson et al. (2024), sugerem que o engajamento em atividades físicas em ambientes naturais está associado a uma recuperação mais rápida e a uma melhoria geral da saúde física. A prática regular de exercícios suaves, em um ambiente natural, pode contribuir para a redução do estresse, fortalecimento do sistema imunológico e aceleração do processo de cicatrização.

Intervenções específicas, como jardins terapêuticos e ambientes hospitalares projetados com elementos naturais, têm demonstrado impactos positivos na recuperação física. Estudos de meta-análise, como os realizados por Cheng et al. (2023), apontam para uma diminuição do tempo de internação e uma recuperação mais eficiente em ambientes que incorporam aspectos naturais em comparação com ambientes tradicionais.

Todavia, desafios metodológicos, como a variabilidade nos tipos de intervenções e a dificuldade em controlar todos os fatores ambientais, destacam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas. A compreensão específica de quais características da natureza contribuem mais efetivamente para a recuperação física é um caminho promissor para pesquisas futuras.

Em síntese, a exposição à natureza emerge como uma proposta terapêutica significativa na promoção da recuperação física. As contribuições científicas recentes ressaltam os efeitos positivos não apenas no aspecto psicológico, mas também na melhoria dos processos fisiológicos, indicando que integrar a natureza nos planos de cuidado pode ser uma estratégia valiosa na promoção da saúde e no apoio à recuperação de pacientes (Holland, et. al, 2021).

Desafios e Considerações Éticas

É constatada que a crescente evidência dos benefícios das intervenções baseadas na natureza na saúde mental e física levou à exploração e implementação dessas abordagens em ambientes hospitalares. No entanto, é imperativo reconhecer as limitações associadas a essa prática, a fim de informar de maneira crítica o desenvolvimento e a execução dessas intervenções. Esta análise científica busca identificar e discutir as principais limitações enfrentadas na implementação de intervenções baseadas na natureza (Corazon, et. al, 2019) com pacientes hospitalizados.

Ambientes hospitalares muitas vezes apresentam restrições estruturais e arquitetônicas que podem dificultar a criação de espaços naturais adequados. Empecilhos como espaço limitado, estruturas prediais rígidas e restrições de orçamento podem comprometer a eficácia e a extensão de intervenções baseadas na natureza. Nem todos os pacientes têm a capacidade de acessar áreas naturais devido a restrições de mobilidade ou condições de saúde. Isso pode resultar em disparidades na experiência terapêutica, já que pacientes com mobilidade reduzida podem ter acesso limitado aos benefícios da natureza, prejudicando a equidade na prestação de cuidados.

A resposta individual à natureza é altamente subjetiva, e as preferências podem variar significativamente. O que pode ser terapêutico para alguns pacientes pode não ser eficaz para outros. A variabilidade na preferência pessoal destaca a necessidade de abordagens personalizadas, tornando desafiador desenvolver intervenções universalmente satisfatórias. A exposição à natureza pode ser afetada por fatores climáticos e sazonais. Em regiões com condições climáticas extremas ou estações do ano específicas, a implementação de intervenções baseadas na natureza pode ser limitada ou variável ao longo do ano, influenciando a consistência dessas intervenções (Wells, 2021). A incorporação competente de intervenções baseadas na natureza nas práticas de cuidado hospitalar existentes pode enfrentar resistência devido a tradições arraigadas, protocolos estabelecidos e uma cultura institucional consolidada. Integrar novas abordagens requer uma mudança cultural que pode ser desafiadora de ser alcançada.

A mensuração objetiva dos resultados das intervenções baseadas na natureza pode ser complexa. Diferentes estudos podem adotar medidas variadas, dificultando a

comparação de resultados e a formação de uma base sólida para a eficácia dessas intervenções. Apesar de avanços significativos, a necessidade de evidências científicas sólidas que respaldam a eficácia a longo prazo das intervenções baseadas na natureza continua a ser uma limitação. Estudos de longo prazo e pesquisas randomizadas controladas são essenciais para consolidar o embasamento científico dessas práticas terapêuticas. Portanto, é crucial considerar e superar essas restrições para garantir sua aplicação eficaz e generalizada no ambiente hospitalar. A conscientização dessas insuficiências é um primeiro passo crucial para o desenvolvimento de abordagens mais adaptáveis e inclusivas, promovendo assim a saúde holística dos pacientes hospitalizados.

A integração de ambientes naturais em contextos médicos, seja por meio de intervenções terapêuticas ou do design de instalações de saúde, suscita questões éticas fundamentais que requerem uma análise cuidadosa. Esta abordagem acadêmica visa explorar as dimensões éticas envolvidas no uso de ambientes naturais em contextos médicos, destacando considerações fundamentais para a prática clínica e pesquisa.

A inclusão de elementos naturais no ambiente de cuidados de saúde levanta questões éticas relacionadas à equidade no acesso. É fundamental assegurar que todos os pacientes, independentemente de sua condição socioeconômica, mobilidade ou localização geográfica, tenham oportunidades iguais de se beneficiar desses ambientes terapêuticos. A falta de acesso equitativo pode contribuir para disparidades no atendimento à saúde. A implementação de intervenções baseadas na natureza exige um consentimento informado apropriado. Pacientes devem estar plenamente cientes da natureza e dos propósitos terapêuticos da exposição à natureza, bem como dos potenciais benefícios e riscos associados. Assegurar o entendimento e consentimento informado dos pacientes é essencial para respeitar a autonomia e a dignidade de cada indivíduo.

Ambientes naturais podem aumentar a sensação de privacidade e dignidade para os pacientes. No entanto, questões éticas emergem no equilíbrio entre proporcionar esse benefício e garantir a privacidade necessária para procedimentos médicos e a integridade do cuidado individual. O desenho dos espaços naturais deve ser sensível a essas preocupações. A ética no uso de ambientes naturais em contextos médicos também envolve considerações ambientais. A preservação e sustentabilidade dos ecossistemas utilizados para essas

intervenções são cruciais. Práticas que respeitem o meio ambiente e promovam a conservação são essenciais para evitar impactos negativos a longo prazo.

A ética médica tradicional destaca os princípios de beneficência (fazer o bem) e não maleficência (não causar dano). A implementação de ambientes naturais deve ser orientada pelo compromisso de maximizar os benefícios terapêuticos, enquanto minimiza qualquer possível efeito adverso. É necessário um equilíbrio ético na busca do bem-estar dos pacientes (Morais, & Perez, 2022). Estudos que exploram os efeitos terapêuticos da natureza devem ser conduzidos com rigor ético. A pesquisa deve ser baseada em princípios de justiça, respeito pelos participantes e integridade científica. Assim, a ética na pesquisa é essencial para garantir a validade e a aplicabilidade dos resultados.

A evolução do uso de ambientes naturais em contextos médicos destaca a necessidade de diretrizes éticas específicas. Comitês éticos e organizações de saúde devem colaborar para desenvolver diretrizes claras que orientem a implementação e pesquisa, garantindo práticas éticas e responsáveis. Em suma, a ética no uso de ambientes naturais em contextos médicos é uma questão multifacetada que requer uma abordagem holística. A reflexão sobre essas considerações éticas é essencial para garantir que a integração da natureza na prática clínica promova o bem-estar dos pacientes, respeitando princípios fundamentais da ética médica e ambiental.

Conclusões e Implicações Práticas

O presente estudo reflete sobre o quanto é significativo os benefícios do contato com a natureza em pacientes hospitalizados. As investigações destacam melhorias substanciais nos indicadores de saúde mental, incluindo a redução do estresse, ansiedade e sintomas depressivos, quando pacientes têm acesso a ambientes naturais. Além disso, observou-se uma correlação positiva entre a exposição à natureza e a aceleração do processo de recuperação física, refletida na diminuição do tempo de internação e na melhoria de indicadores fisiológicos. Estudos neurocientíficos e psicológicos sugerem que a natureza exerce efeitos positivos sobre a atividade cerebral (Jimenez, et. al, 2021), promovendo estados emocionais mais equilibrados e uma resposta neuroendócrina mais favorável. Esses achados respaldam a implementação de intervenções baseadas na natureza em ambientes hospitalares, destacando a necessidade de

considerar a natureza como um componente integral do cuidado terapêutico para otimizar os resultados clínicos e promover o bem-estar holístico dos pacientes hospitalizados.

Nesse sentido, considera-se que, as aplicações práticas dos profissionais de saúde em viabilizar o contato dos pacientes hospitalizados com a natureza são vastas e cruciais para a otimização dos cuidados. A incorporação deliberada de ambientes naturais ou intervenções baseadas na natureza no contexto hospitalar pode ser estrategicamente empregada como uma abordagem complementar no tratamento de pacientes, especialmente aqueles que enfrentam desafios de saúde mental ou física significativos. Profissionais de saúde podem prescrever e implementar estratégias que promovam o acesso dos pacientes a áreas verdes, jardins terapêuticos ou mesmo à exposição visual à natureza dentro das instalações hospitalares. Essa prática não apenas visa reduzir sintomas de estresse, ansiedade e depressão, mas também acelerar processos de recuperação física, melhorar a qualidade do sono e promover estados emocionais positivos. O entendimento detalhado dos benefícios neurobiológicos e psicológicos do contato com a natureza permite que profissionais de saúde personalizem e adaptem suas abordagens, contribuindo assim para um cuidado mais abrangente e eficaz, além de promover a resiliência e o bem-estar global dos pacientes hospitalizados.

Além disso, sugere-se que pesquisas futuras sobre os benefícios do contato com a natureza em pacientes hospitalizados abordem lacunas específicas para a expansão do conhecimento nesta área. Investigações longitudinais de maior extensão podem proporcionar uma compreensão mais profunda dos efeitos a longo prazo dessas intervenções, elucidando a durabilidade dos benefícios percebidos e sua relação com desfechos clínicos. Da mesma forma, a identificação de características específicas dos ambientes naturais, como biodiversidade, características estéticas e níveis de exposição solar, pode oferecer insights sobre os elementos mais eficazes na promoção da saúde. Estudos comparativos entre diferentes tipos de intervenções baseadas na natureza e avaliações mais específicas de subgrupos populacionais podem contribuir para uma abordagem mais personalizada e direcionada. A integração de métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas, pode fornecer uma compreensão mais completa dos mecanismos subjacentes e das experiências subjetivas dos pacientes. De igual modo, investigações sobre a implementação prática dessas intervenções em ambientes hospitalares, considerando aspectos éticos e econômicos, podem orientar estratégias de aplicação mais eficazes e sustentáveis. Estas sugestões visam aprimorar a base de

conhecimento existente e informar práticas clínicas psicológicas e políticas de saúde com base em evidências sólidas.

Referências

Alves, H. D. N., Azeredo, L. M. M., López, L. C. S., & Lucena, R. F. P. D. (2021). As relações entre o bem-estar subjetivo e exercício físico: uma análise sobre os fatores psicoemocionais e percepção subjetiva dos praticantes em João Pessoa, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(18), 327-340.

Assis, C. F., & Monteiro, R. (2023). Metodologias qualitativas e quadros de referência para a pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas. *Jures*, 16(29), 1-28.

Bittencourt, R. N., de Melo Junior, J. C. F., & Pedroso, M. V. (2023). A influência do contato com a natureza na reabilitação de pessoas em situação de dependência química residentes em Comunidades Terapêuticas. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, 19(2), 63-76.

Browning, M. H., Shin, S., Drong, G., McAnirlin, O., Gagnon, R. J., Ranganathan, S., ... & Heller, W. (2023). Daily exposure to virtual nature reduces symptoms of anxiety in college students. *Scientific reports*, 13(1), 1239.

Chang, K. G., & Chien, H. (2017). The influences of landscape features on visitation of hospital green spaces - A choice experiment approach. *International journal of environmental research and public health*, 14(7), 724.

Corazon, S.S., Sidenius, U., Poulsen, D.V., Gramkow, M.C., Stigsdotter, U.K., 2019. Psycho-physiological stress recovery in outdoor nature-based interventions: a systematic review of the past eight years of research. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 16 (10), 1711.

Comym, V. D. C. C., Fabri, J. M. G., Pereira, E. R., Silva, R. M. C. R. A., Pereira, A. M., da Cruz Garofalo, R., Barbosa, J.C.A., da Rocha Sousa, P., Porto, T. S. A. R., & do Amaral, P. R. G. A. (2022). Banho de Sol para Pacientes Internados: Uma estratégia de humanização. *Research, Society and Development*, 11(10), e473111033170-e473111033170.

De Godoy, G., de Godoy, M., de Souza, N. L., Alves, M. P., & Souza, J. A. S. (2022). Importância do cuidado psicológico e emocional dos pacientes que sofrem amputação: Uma Revisão de Literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(2), 1148-1155.

De Lira, H. S. C., Tomich, M. A. M. B., da Silva Neumann, K. R., & Kokudai, R. L. N. (2023). Desenvolvimento de Diabetes Tipo II a partir do uso prolongado de Glicocorticóides no tratamento COVID-19. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 1(1).

De Moura Carvalho, M., Soares, A. C. P., de Sousa, C. P., de Araújo, F. G. A., Amorim, J. S., Coelho, D. E. M., Vieira, R.B.F., da Silva Sousa, U. B., Caribé, V.J.A., & Magalhães, G. S. (2022). Sofrimento e Despersonalização nos Hospitais: os desafios do psicólogo hospitalar. *Research, Society and Development*, 11(17), e273111739217-e273111739217.

Dos Santos, M., Rodrigues, I. F., de Vasconcelos, N. L., & Paiva, T. T. (2022). Análise do Processo de Interconsulta Psicológica com Idosos em um Hospital Universitário. *Revista Psicologia e Saúde*, 99-111.

Finatti, R. E. (2022). Lua Mística, Águas Míticas: O Feminino Simbólico em o Despertar, de Kate Chopin. *Estudos Linguísticos e Literários*, (73), 304-319.

Kaplan, S. (1995). The restorative benefits of nature. Toward an integrative framework. *Journal of Environmental Psychology*, 15, 169-182.

Hartig, T. (2021). Restoration in nature: Beyond the conventional narrative. *Nature and psychology: Biological, cognitive, developmental, and social pathways to well-being*, 89-151.

Hartig, R., Klink, P. C., Polyakova, Z., Dehaqani, M.A., Bondarl, I., Merchant, H., Vanduffel, W., Roe, A.W., Nambu, W., Thirumala, M., Shmuel, A., Kapoor, V., Gothard, K.M., Evrard, H.C., Basso, M.A., Petkov, C.I., & Mitchell, A.S. (2023). A framework and resource for global collaboration in non-human primate neuroscience. *Current Research in Neurobiology* 4, 100079. <https://doi.org/10.1016/j.crneur.2023.100079>

Holland, I., DeVille, N.V., Browning, M.H., Buehler, R.M., Hart, J.E., Hipp, J.A., James, P., 2021. Measuring nature contact: a narrative review. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 18 (8), 1–15.

Jardim, L., Sossae, F. C., & Ribeiro, M. L. (2023). Das cavernas ao Sistema Único de Saúde (SUS): importância da inserção e regulamentação das plantas medicinais ao longo do tempo. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 26(1), 62-81.

Jimenez, M. P., DeVille, N. V., Elliott, E. G., Schiff, J. E., Wilt, G. E., Hart, J. E., & James, P. (2021). Associações entre exposição à natureza e saúde: uma revisão das evidências. *Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, 18(9), 4790.

Jing, P., Pan, K., Yuan, D., Jiang, C., Wang, W., Chen, Y., Xie, J., 2021. Using bibliometric analysis techniques to understand the recent progress in school travel research, 2001–2021. *J. Transp. Health* 23, 101265.

Laforteza, R., Chen, J., Van Den Bosch, C. K., & Randrup, T. B. (2018). Nature-based solutions for resilient landscapes and cities. *Environmental research*, 165, 431-441.

Maciel, L. C. D. A. (2021). *Efeitos psicológicos do exercício físico realizado em contextos naturais: relações com o bem-estar subjetivo, felicidade e regulação motivacional do comportamento alimentar* (Master's thesis). Universidade Lusófona do Porto//[Laura Maciel_TESE_Final 2021_Corrigido2 \(1\).pdf \(ensinolusofona.pt\)](#)

Melo, N. M., de Vasconcelos, A. M., & do Nascimento Lima, T. (2023). Percepção Ambiental e Biofilia nos Parques Urbanos: Uma Revisão Bibliográfica. *Revista Pantaneira*, 22, 42-53.

Morais, A. K. D., & Perez, I. M. P. (2022). Cuidados Humanizados em Pacientes Idosos. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 1(1).

Moure, R. V., & dos Santos, I. M. M. (2023). Iluminação natural, artificial e arquitetura em UTI: impactos na saúde do paciente. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 23(7), e12573-e12573.

Nogueira, C. J., Cortez, A. C. L., de Oliveira Leal, S. M., & Dantas, E. H. M. (2021). Recomendações para a prática de exercício físico em face do COVID-19: uma revisão integrativa. *Revista brasileira de fisiologia do exercício*, 20(1), 101-124.

Oliveira, Í. L. D. (2022). O futuro do pretérito: o fenômeno da urbanização do campo e das ocupações não-agrícolas nas áreas rurais no município goiano de Pirenópolis. Dspace, Universidade Federal de Goiás//<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12137>.

Paiva, A., & Jedon, R. (2021). Short-and long-term effects of architecture on the brain: Toward theoretical formalization (vol 8, pg 564, 2019). *FRONTIERS OF ARCHITECTURAL RESEARCH*, 10(1), 223-223.

Putri, V. S. I. S., Wijayanti, L. R., & Hidayati, I. N. (2023). The Positive Effect of The Forest Environment in The Ecotherapy Healing Forest Program on The Physical and Mental Health After COVID-19. In *BIO Web of Conferences* (Vol. 80, p. 03023). EDP Sciences.

Rêgo, H. M. A., Gama, K. M., Kondo, G. B., de Moraes, I. Z., dos Reis, M. T., Silva, G. V., & de Oliveira, S. K. G. (2023). Estratégias de Desospitalização em Emergências Psiquiátricas: Fomentando Modelos de Saúde Coletiva. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 5(5), 5064-5081.

Rueff, M., & Reese, G. (2023). Depression and anxiety: A systematic review on comparing ecotherapy with cognitive behavioral therapy. *Journal of Environmental Psychology*, 102097.

Schuchter, C. A., & Sarmiento, B. (2023). Espaço Essence–Bem-Estar e Saúde Mental Integrados à Arquitetura: A influência da arquitetura em espaços voltados para o tratamento de saúde. *ÁTRIO*, 6(1).

Sousa, A. W. P. P., Sousa, A. P. W. P., & de Sousa, C. P. (2022). Revisão Bibliográfica: Influência das Áreas Verdes para a Saúde Física e Mental. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, 13(2), 11-23.

Taniguchi, K., Takano, M., Tobari, Y., Hayano, M., Nakajima, S., Mimura, M., ... & Noda, Y. (2022). Influence of external natural environment including sunshine exposure on public mental health: a systematic review. *Psychiatry International*, 3(1), 91-113.

Telles, A. E., & Moço, C. M. N. (2022). OS POSSÍVEIS EFEITOS DA EQUOTERAPIA COMO AUXÍLIO NA REABILITAÇÃO PSICOLÓGICA DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(10), 960-973.

Tu, H. M. (2022). Effect of horticultural therapy on mental health: A meta-analysis of randomized controlled trials. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 29(4), 603-615.

Ulrich, R. S. (1984). View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, 224(4647), 420-421

Van Den Berg, A. E., & Beute, F. (2021). Walk it off! The effectiveness of walk and talk coaching in nature for individuals with burnout-and stress-related complaints. *Journal of environmental psychology*, 76, 101641.

Villela, M. S., & Ely, V. H. M. B. (2022). Humanização na ambiência de Práticas Integrativas e Complementares: significado de bem-estar na perspectiva dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 2011-2022.

Wang, R., Feng, Z., & Pearce, J. (2022). Neighbourhood greenspace quantity, quality and socioeconomic inequalities in mental health. *Cities*, 129, 103815.

Wells, N. M. (2021). The natural environment as a resilience factor: Nature's role as a buffer of the effects of risk and adversity. *Nature and psychology: Biological, cognitive, developmental, and social pathways to well-being*, 195-233.

Wilson, E. O. (1984). *Biophilia*. Harvard University Press.

White, M.P., Hartig, T., Martin, L., Pahl, S., Berg, A.E.V.D., Wells, N. M., Costongs, C., Dzhambov, A.M., Elliott, L.R., Godfrey, A., Hartl, A., Konijnendijk, C.,

Litt, J.L., Lovell, R., Lymeus, F., O'Driscoll, C., Pichler, C., Pouso, S., Razani, N., Secco, L., Steiningert, M.O., Stigsdotter, U.K., Uyarra, M., & Bosch, M.V.D. (2023). Nature-based biopsychosocial resilience: An integrative theoretical framework for research on nature and health. *Environment International* 181, 108234//<https://doi.org/10.1016/j.envint.2023.108234>

Yao, X., Yu, Z., Ma, W., Xiong, J., & Yang, G. (2024). Quantifying threshold effects of physiological health benefits in greenspace exposure. *Landscape and Urban Planning* 24, 104917/ <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2023.104917>

CAPÍTULO 2 – CRENÇAS DE BRASILEIROS EM RELAÇÃO AOS PORTUGUESES E DE PORTUGUESES EM RELAÇÃO A BRASILEIROS

Gabrielle Espósito Cavalcanti¹

A relação entre Brasil e Portugal vem desde o século XV, quando os portugueses descobriram as terras brasileiras dando início ao processo de colonização, construindo uma longa e profunda relação, em alguns momentos, dolorosa, tendo como marco a mistura das culturas. Dolorosa para os brasileiros, que foram reféns dos costumes e exploração econômica dos portugueses, enquanto ainda vinculados a Coroa Portuguesa.

Separados geograficamente pelo Oceano Atlântico, Brasil e Portugal são unidos por terem a mesma língua, a língua portuguesa, entretanto, com características diferenciadas que refletem na história e a cultura de cada país. No entanto, este laço é o objeto facilitador da comunicação, que sugere aos dois países sentimento de pertencimento compartilhado, e vale consignar, que ambos os países mantêm relações diplomáticas, cooperando em diversas áreas como a política, economia, cultura, defesa e educação.

É importante ressaltar, que o Brasil desenvolveu seus próprios traços de identidade, através da diversidade étnica e cultural, resultado da miscigenação entre indígenas, europeus, africanos e imigrantes de diversas origens. Essa mescla étnica e cultural se reflete na culinária, nas tradições religiosas e nas expressões artísticas do país. Já Portugal, teve influência de outros povos, como os romanos, os mouros e os celtas, expressadas na arquitetura e na música.

Portugal é um dos países mais procurados pelos brasileiros, além da facilidade linguística, o país entrega qualidade de vida e uma culinária apetitosa, como o vinho do Porto, o famoso bacalhau e o pastel de Belém. Já o Brasil, é conhecido pelas suas paisagens no Nordeste e no Rio de Janeiro, o samba no pé e o futebol, entrega uma das festas mais bonita e esperada o ano todo, o carnaval, além de ser conhecido por reunir os maiores jogadores do esporte: Pelé, Garrincha, Ronaldo, Romário, Zagallo e atualmente, o Neymar.

¹ Universidade Católica de Petrópolis – Psicóloga Clínica – psi.gesposito@gmail.com

Outra característica marcante em ambos os países é a hospitalidade de seus habitantes. Brasileiros e portugueses são conhecidos por sua simpatia, calor humano e por receberem bem os turistas. Ambas as nações possuem um forte senso de comunidade e valorizam as relações pessoais.

Em termos econômicos, ambos já apresentaram crises em diversos setores, atualmente o Brasil é uma das maiores economias do mundo, com uma gama de diversidade nos setores de agricultura, indústria, turismo e serviços, e falando de Portugal, o país passou por crise na última década e está em estado de recuperação, sendo os setores que estão agregando com mais forças é o turismo, setor tecnológico e agronegócio.

Por fim, Brasil e Portugal têm peculiaridades que os distinguem, mas também possuem muitos atributos em comum. A proximidade linguística, histórica e cultural entre esses dois países estabelece uma base de compreensão e cooperação entre eles, promovendo uma relação especial e única.

A imagem dos portugueses sob a ótica do brasileiro está muito ligada à linguagem, talvez, pela linguagem entregar duplo sentido para a percepção da língua portuguesa do brasileiro. A crença do brasileiro em relação aos portugueses cria ideias de que eles são povos cognitivamente limitados, pela forma literal de pensar, dissipando piadas pelo país, passadas por gerações.

SARRUMOR (2003) destaca em seu livro vários discursos humorísticos envolvendo “piadas de portugueses” como:

“...O Manuel se emprega como ajudante numa oficina mecânica.

O dono o chama para a primeira tarefa:

–Tô concertando o pisca-pisca deste carro.

Vai lá atrás e me diz se tá funcionando.

E o Manuel, olhando com atenção para a lanterna traseira:

–Tá funcionando, não tá funcionando, tá funcionando, não tá funcionando...”

Nesta piada, os portugueses são colocados numa situação em que fazem uso da linguagem de forma literal, ou seja, como é a palavra de verdade na escrita, sendo o sentido figurado o que ela quer expressar, gerando humor para o brasileiro que acredita que os

portugueses não conseguem lidar com a língua. Tendo em vista que, como o nome já diz é um “pisca alerta” ora ele irá piscar, ora ele estará apagado, pois faz parte do funcionamento dele.

Rowland (2016), narra em seu artigo uma estória que fala de um português que abriu um restaurante em São Paulo, com funcionamento somente no jantar, mas que por meses nunca recebeu um cliente e não entendia o motivo, uma vez que, o restaurante ficava em um local bem exposto, ocorre que, na porta do restaurante tinha uma placa escrita: “Fechado para o almoço”. A linguagem literal do português confunde os brasileiros, uma vez que para a língua portuguesa brasileira o restaurante foi fechado na hora do almoço, ao contrário de que ele está fechado somente no almoço e que irá abrir na hora do jantar. Está piada é contada desde a década de 50, com o brasileiro dando um toque de humor que os portugueses não sabem se comunicar.

Não obstante, os portugueses possuem crenças semelhantes sobre os brasileiros, visto enfatizarem que brasileiros riem do linguajar, por ser mais fácil de entender, é uma cena de refutação, ambos fazem piadas parecidas (CARMELINO, 2018).

–Você sabe por que os brasileiros riem tanto com as piadas sobre portugueses?

–Porque são fáceis de entender! (CARMELINO, 2018).

Durante décadas, o brasileiro foi acolhido pelas suas histórias, alegria e o traquejo social, todavia, início do século XXI, os imigrantes brasileiros foram invadindo Portugal, o que levou os portugueses a repudiarem os brasileiros espalhando a crença de que os brasileiros não tinham qualificação em estudo (SCOTT, 2012). Diante deste cenário, ainda nos dias de hoje, os portugueses acreditam que os brasileiros vão para Portugal com o intuito de procurarem emprego, mas sendo submissos, por não serem suficientemente qualificados.

Krüger (2018) define crenças como “qualquer declaração feita por uma pessoa, originada de sua experiência, que pode ser de origem perceptiva ou cognitiva”. Ou seja, basta uma pessoa acreditar na afirmativa que ela irá repassar o que ela acredita para outras pessoas, independentemente de como ela adquiriu aquele conteúdo.

O sujeito é influenciado em qualquer tipo de relação, seja através da família, amigos, trabalho, vizinhos, rede social etc. Desta feita, as crenças circulam também nesses ambientes, são compartilhadas, e por muitas vezes, o sujeito não sente que está adquirindo uma crença (KRÜGER, 2019). Portanto, se um brasileiro escuta que os portugueses não compreendem a

língua na integralidade, se ele acreditar nesta afirmativa, ele pode passar para outra pessoa e está outra pessoa repassar a informação, visto que, o contexto social influencia o ser humano.

Quando os brasileiros pisaram em Portugal, por enfrentarem falta de oportunidade e o desejo de permanecer no país, brasileiras precisaram se sacrificar prostituindo-se, fato este, que interfere ainda nos dias de hoje a crença da brasileira ser sensual e disponível para qualquer programa que envolva sexo (SCOTT, 2012). Crenças que são enraizadas pela mídia e comunicação social local, levando a sociedade acreditar que a brasileira quando chega ao país, está disponível para ter relação sexual (CORREIA; NEVES, 2011).

O fazer piada, apesar de ter o teor humorístico, sendo imaginário, nada mais é do que deixar aflorar as crenças sobre alguma temática, além de ser influenciável, gera características que podem se tornar pejorativas. Carmelino (2014) destaca que o nome do brasileiro não aparece em piadas destinadas como “piada de brasileiro”, mas sim em categorias, como: “mesquinho”, “mão-de-vaca”, “pão-duro”, alto, dissimulado, contador de estória, corrupto, malicioso, golpista, contraventor etc. Em outros termos, existe a piada, mas é separada em categoria, envolvendo texto humorístico para ser aceito. Exemplo:

“Próximo a um lago de água geladíssima estavam um brasileiro, um americano e um francês.

Na outra margem, dois amigos conversavam:

-Eu te dou cem pratas se você conseguir fazer com que aquelas três pessoas pulem nessa água gelada.

O outro, sem perder tempo, foi logo falar com os três turistas.

Após algum tempo, os três pularam na água.

Aí o outro perguntou.

-Tudo bem, eu te pago os cem, mas me conta: como você fez pra eles pularem?

-Fácil! Pro americano, eu disse que era lei. Pro francês, que era moda. E pro brasileiro, eu disse que era proibido!” (CARMELITO, 2014).

O texto acima qualifica o brasileiro como um indivíduo que se permite violar regras, uma vez que, o gatilho que ele tem para pular na água é pelo fato de ser proibido. Uma das crenças dos portugueses em relação ao brasileiro, como citado no parágrafo anterior, é por ser ardiloso.

Como exposto, as crenças podem ser categorizadas por surgirem da combinação de outras crenças, formando uma estrutura, em grande parte, de forma lógica. Quando uma pessoa precisa falar sobre um assunto, a consciência busca as informações na categoria que está relacionada com o tema e acessa, orientando o pensamento do sujeito e organizando a atitude dele de forma individual e coletiva. Vale ressaltar, que as crenças também são categorizadas de forma que elas serão aceitas de modo social ou não (KRÜGER, 2018).

Destarte, como não existe em Portugal o catálogo de “piadas sobre o brasileiro”, o sujeito acessa o sistema cognitivo dele, buscando nas categorias que o sistema separou, um tema sobre a crença que ele quer falar. Se ele quer contar uma piada sobre o brasileiro ter dificuldade de investir dinheiro, ele irá acessar a categoria da crença acerca do brasileiro ser mesquinho. Deste sistema, sairão várias estórias que o português pode expressar a crença dele.

A crença do brasileiro em relação à imagem dos portugueses inicia-se na parte histórica, visto que foram os portugueses que colonizaram o Brasil. Ter a crença que os portugueses são gananciosos, espertos, mal-intencionados e exploram brasileiros em qualquer lugar, é um ressentimento histórico pela forma que foram tratados na época da colonização. Portugal usava brasileiros no mercado de trabalho, dando condições ruins e baixos salários para brigarem no comércio e nos trabalhos não qualificados (MACHADO, 2018).

Já em Portugal, no final do século XX, os portugueses nutriam a crença de que os brasileiros usaram o dinheiro da colonização para construir palacetes, ostentando o dinheiro da contribuição econômica que Portugal favoreceu ao Brasil. Entretanto, na década de 70 chega pelo meio de comunicação o futebol, a música e a telenovela, tornando as crenças dos portugueses acerca do brasileiro, mais leve, considerando-os povos espontâneos. Na década de 80, os brasileiros ainda eram bem recebidos pelos portugueses que acreditavam na alegria do brasileiro (SCOTT, 2012).

Nota-se que as crenças de brasileiros em relação aos portugueses, e vice-versa, têm entrelaçamento desde a Colonização e o acordo de Portugal com o Brasil na contribuição econômica. Por um lado, o brasileiro por se sentir usado, elabora a crença que os portugueses são ambiciosos e, os portugueses em relação aos brasileiros afirmam que o brasileiro é o cidadão que quer sempre se dar bem de alguma forma, visto ter ostentado o dinheiro que Portugal empregou. As sátiras que são empregadas até os dias de hoje, têm conotação humorística em cima das crenças que foram elaboradas, sendo ainda influenciadas nas relações sociais.

As crenças do brasileiro acerca dos portugueses têm três momentos: o primeiro vem da parte histórica, que é sobre o português ser explorador, arrogante e aproveitador, o segundo momento é do imigrante ser burro, não entender a língua portuguesa brasileira, e o terceiro momento é dos portugueses aceitarem condições de trabalho que o próprio brasileiro não aceitaria (ROWLAND, 2016).

Quanto aos portugueses em relação ao brasileiro, a crença quanto à relação de trabalho não dissipa, visto que, após a década de 90, os imigrantes brasileiros que chegaram a Portugal, aceitando condições de trabalho ruim para poder permanecer no país, despertaram crenças dos portugueses que o brasileiro é inconveniente, malandro e prostitutas. Vale destacar, que no século XXI vários brasileiros que foram para Portugal, aceitaram trabalho na construção civil e como doméstica, por não terem estudos e, mesmo os portugueses precisando da baixa qualificação dos imigrantes para dar conta do trabalho que eles não aceitavam fazer, espalhavam crenças sobre os brasileiros pelo país com o intuito de outros portugueses não acolherem o brasileiro (SCOTT, 2012).

Em um canal do *youtube*, uma apresentadora que é portuguesa se coloca na posição de falar sobre diversas entrevistas que os brasileiros narram acerca de Portugal. Um desses vídeos, fala sobre crenças e preconceitos que brasileiros passam nas cidades pelo país, sendo o tema de racismo, um dos *links* mais comentados. Neste *link*, os brasileiros narram que se forem pretos, a crença dos portugueses é sobre eles não terem condições de estarem viajando e procurando Portugal para ser imigrante ilegal, visto que, preto não tem qualificação (MARIZA, 2023).

Nos comentários do vídeo citado no parágrafo acima, diversas brasileiras destacam que além do racismo, portugueses são extremamente machistas com brasileiras. O que faz sentido, visto que neste texto já foi mencionado que mulheres quando entram em Portugal, os portugueses têm uma imagem que elas estão disponíveis para o sexo, uma vez que, as mulheres já tiveram que trabalhar como prostitutas. Mariza (2023) ainda acrescenta que uma artista famosa, brasileira, Luana Piovani, quando entrevistada, afirmou que se fosse brigar pela guarda dos filhos em Portugal, perderia o caso, tendo em consideração que mulheres brasileiras são mal-vistas.

Crença é qualquer proposição que esteja de algum modo presente em nossa vida psíquica, desde a sua origem até sua influência em comportamentos, passando por processos cognitivos realizados ao nível da consciência e no do inconsciente cognitivo. A forma que ela intervém no contexto social, abrange todas as formas de linguagem, podendo percorrer anos,

décadas e séculos, influenciando o comportamento individual e coletivo. Nesse plano, que é o da realidade empírica, pessoas e até mesmo extensos agrupamentos humanos podem muito bem aceitar como verdadeiras proposições falsas e rejeitar afirmativas verdadeiras, invertendo suas decisões devido à influência de diversos processos, incluindo a ignorância (KRÜGER, 2018).

Isto posto, as crenças mencionadas sobre o brasileiro terem em relação aos portugueses e vice-versa, é complexa, moldadas por uma história longa e compartilhada, demonstrando como a ignorância por não conhecer afundo as culturas e a história dos países, corrompeu a psique destas sociedades. Por séculos se arrasta sátiras e termos pejorativos no que concernem as duas populações, por ser produto de uma reação de competição. Ora o brasileiro devia Portugal por ter recebido incentivo social, ora o português devia o Brasil por empregá-lo.

Brasil e Portugal possuem o elo que é a língua portuguesa, sendo que uma das principais crenças sobre os dois sujeitos, envolve a maneira que cada um se identifica com a linguagem. Talvez, brasileiros procuram Portugal como escape, crescimento profissional e/ou pessoal, por acreditar que a semelhança da língua, se tornará mais fácil à estadia no outro país.

Para ambos, são sujeitos cognitivamente afetados, um por não compreender a língua na sua forma figurada e o outro, por achar graça à falta de inteligência. Posto que, quando um brasileiro se senta em um restaurante em Portugal, questiona se tem vinho, e o garçom responde que sim, mas não traz o vinho, o brasileiro acha graça. Entretanto, o brasileiro apenas perguntou se a casa tem vinho, não solicitando que o garçom o traga.

Além disso, o brasileiro apesar de ter ressentimento histórico pelos portugueses consegue canalizar suas crenças através da comédia, nas incontestáveis piadas que são passadas por gerações, é como se fosse um mecanismo de defesa, se sente ferido, mas elabora através de sátiras. Diferentemente dos portugueses, ainda que, usam o humor para ferir a imagem dos brasileiros, com crenças depreciativas, impactando as relações sociais e principalmente, as cívicas.

REFERÊNCIAS

CARMELINO, Ana Cristina. Estereótipos do brasileiro em piada. **Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais**. Ed. 14, nº 03, ano 7, p. 98-112, 2014. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1204>. Acesso em 16 abr. 2024.

CARMELINO, Ana Cristina. O brasileiro aos olhos do português: piada e estereótipo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. vol. 19, nº 1, p. 92-111, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/10872>. Acesso em 15 abr. 2024.

CORREIA, Cristina.; NEVES, Sofia. Ser Brasileira Em Portugal – Uma Abordagem Às Representações, Preconceitos e Estereótipos Sociais. **Migração: múltiplos olhares**, p. 157-185, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/download/6036638/genero_6.pdf. Acesso em 16 abr. 2024.

KRÜGER, Helmuth. **Psicologia Social das Crenças**. Curitiba: CRV, 2018.

KRÜGER, Helmuth. **Cognição Social: teoria, pesquisa e aplicações**. Curitiba: CRV, 2019.

MACHADO, Igor José de Renó. Ressentimento e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (Século XIX). **Topoi- Rio de Janeiro**. vol. 19, p. 125-143, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/GcC4zPddhSCSJBpGmcgRXZR/#>. Acesso em 16 abr. 2024.

MARIZA, Filipa. Crenças e preconceitos: a relação entre portugueses e brasileiros. **Youtube**, 11 de outubro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hy7_QPcg8fg. Acesso em 18 abr. 2024.

ROWLAND, Robert. Manuéis e joaquins: a cultura Brasileira e os Portugueses. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. vol. 5, nº 5, p. 157-172, 2016. Disponível em : <https://journals.openedition.org/etnografica/2801#quotation>. Acesso em 17 abr. 2024.

SARRUMOR, Laert. **As melhores mil (e cem) piadas do Brasil**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003, p. 68.

SCOTT, Ana Silvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS CULTURAIS DA NOÇÃO DE CUIDADO EM SAÚDE EM UMA PERSPECTIVA DE INTEGRALIDADE DO HUMANO

Rui Carlos Stockinger

O Cuidado é apresentado neste texto como condição de uma satisfatória interlocução do sujeito com ele próprio e na relação com seu entorno. Neste ínterim, levamos em conta que este sujeito é constituidor e constituído por seu meio, numa relação de constantes enlaces e negociações, como nos apontou Maturana (1999). Em “Ser e Tempo”, Heidegger (1999) afirma que do ponto de vista existencial, o Cuidado se acha a priori, antes de toda atitude e situação do ser humano, o que sempre significa dizer que ele se acha em toda atitude e situação de fato. Cuidar pode ser abordado como a tomada de consideração pelo *Todo Constituinte* que nos forma, a experiência ainda não separada, como o bio-psico-social-cultural-espiritual, e nossa relação unitária com este. Portanto, na medida em que ocorre esta consideração pela visão global, pelo sentir-se vinculado à totalidade que se manifesta, aí já existe o Cuidado, onde significa nos considerarmos também constituidores destes aspectos.

Poderíamos dizer que o Cuidado se encontraria na raiz primeira do ser humano, antes ainda dele realizar qualquer ato. Seria para o filósofo, “um modo de ser existencial”, algo ontológico, próprio da constituição do Ser, presente e irreduzível a outra realidade anterior. Significaria uma maneira do ser humano se estruturar, um fenômeno ontológico-existencial. Portanto, para Heidegger (1999), não temos o Cuidado. Somos o Cuidado. Percebe-se que o mesmo implica numa impossibilidade de conceber o homem numa separabilidade funcional de partes distintas.

O Cuidado pressupõe o existir enquanto condição básica, implicando numa totalidade ecossistêmica da visão humana. Portanto, Cuidar diz respeito a um contato anterior a divisão sujeito-objeto, representando um experimentar o *Todo Constituinte* do sujeito, a experiência ainda não separada. Para Boff (1999), segundo clássicos dicionários de filologia, alguns estudiosos derivam o termo Cuidado do latim *cura*. Na forma mais antiga, *cura* em latim se escrevia *coera* e era usada num contexto de relações de amor e amizade.

Cabe nesta perspectiva a visão de Merleau Ponty (1996) referente ao fato de que a aquisição mais importante da fenomenologia foi a de ter unido o extremo da subjetividade ao

extremo da objetividade, em uma noção de mundo que não separa a subjetividade da intersubjetividade, formando uma unidade pela retomada das experiências passadas do indivíduo em suas experiências presentes. Neste aspecto fenomenológico, tanto a inseparabilidade é condição, quanto a relação com o passado e deste com o presente do sujeito, ou seja, a constituição do Ser aí está entrelaçada e constituída apenas a partir do tempo que por ele se move e que guarda os seus sentidos.

Entretanto, não podemos falar de meio, de entorno, sem considerarmos aspectos socioculturais-econômicos que podem ser potencialmente inibidores de um processo singular de experiência coletiva e conseqüentemente individual por parte das pessoas, ou seja, comprometendo uma visão global e mais abrangente do si mesmo e, nesta perspectiva, comprometedora então da qualidade das relações de saúde que o indivíduo estabelece em seus enlacs próprios e sociais.

A noção do Cuidado se insere em um nível de compreensão dos fenômenos de forma global e profunda. Aqui nos interessa refletir sobre as relações de co-contrução originárias entre homem e mundo, determinantes na multicausalidade de suas ações de Cuidado, de não Cuidado e de Descuido, não mais apenas das causalidades lineares e simplistas que cabem ao mundo físico. Como nos afirma o filósofo Merleau Ponty, (in Moreira, 2007) o homem é sujeito e objeto, já que de perto ou de longe, direta ou indiretamente, encontra-se misturado ao que quer que chegue ao seu campo de existência, seja enquanto agente, seja como instrumento. O autor nos coloca que o homem reconhece a si mesmo em sua inerência ao tempo e ao mundo, isto é, na sua ambigüidade existe uma relação de mútua constituição com o mundo, na medida que o mesmo se encontra encarnado neste. Não é dual. Não é matéria nem espírito. Sujeito nem objeto. Está no limiar, no entre, no constituinte. É homem e é mundo ao mesmo tempo. É pessoa e coletividade. Está definitivamente mundanizado.

Entretanto, nos acena Silva (1999), vivemos períodos de mudança de época em todos os seus aspectos, com turbulência e evidente perda dos marcos de referência comum às pessoas, seja individualmente ou na experiência coletiva. Após a modernidade inaugurada com o Iluminismo do séc. XVII, podemos repousar nossa sociedade em um período chamado de pós-contemporâneo por alguns autores, inventado a partir da segunda metade do séc. XX, chamada por Bauman (*apud* Xavier, 2007) de modernidade líquida, quando há a passagem do estado de felicidade para a busca desenfreada pela mesma, onde experimenta-se segundo o autor, aspectos de desnorteamento, pluralidade, individualismo e formas de Organização cada vez

maiores e mais centradas em torno do Capital, em uma sociedade de consumo hegemonicamente determinada, pautada basicamente pelo excesso de escolhas. A experiência pós-moderna envolveria sentimentos e apreensões da realidade na percepção de um mundo complexo, mais facilmente acessível em sua diversidade, porém repartido em fragmentos mal coordenados. Ao mesmo tempo, a apologia paradoxal pela diversidade encontra-se muitas vezes despedaçada por condutas, costumes e hábitos globalizados que representam uma certa uniformização e massificação de comportamentos impostos pelos sistemas produtivos e de marketing, dominantes e poderosos. A percepção de existências individuais, estariam sendo vividas como uma sucessão de episódios fragilmente conectados, com vivências intensas de “tempos episódicos” em detrimento da sensação de continuidade temporal, além no mais das experiências de ruptura dos ditos valores universais e absolutos até a tempos atrás, que vem gerando sentimentos de vácuo e vazio social em muitas pessoas, marcado pelas redes sociais, redes estas que paradoxalmente são assentadas na “força dos laços pessoais fracos”. Dentro desta nova ordem ainda pouco estabilizada, de experiências sociais híbridas, envolvida em uma cultura do excesso, com estímulo e ênfase no prazer imediato que necessitamos considerar mudanças vorazes na vivência dos valores mais básicos, vitais, universais e também do desenraizamento dos mais próprios e regionais que se transformaram em uma velocidade inalcançável nos últimos 30 anos.

Diferenças meritorias, de qualidade e aprofundamento pessoal entre valores basais, transitórios, permanentes, universais e espirituais talvez nunca tenham estado tão confusas ou pouco delimitadas. Principalmente quando pensamos que valores são unidades de sentido que se perpetuam, com certa regularidade, ou deveriam perpetuar por um longo tempo independentemente da situação ou afrontos contextuais contrários. O desnorteamento quanto à “utilidade prática” ou inibidora dos valores vem em algumas ocasiões parecendo descaracterizar sua finalidade. Em um mundo tão multi-plural e baseado cada vez mais em relações banalizadas e superficiais, por onde a complexidade de vários acessos podem-nos abrir muitas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, mas por onde determinados valores escasseiam tão rapidamente frente à chegada de contravalores ou princípios tão efêmeros e passageiros quanto os anteriores, onde valores financeiros e as imagens celebrizadas tomam o lugar do real e verdadeiro, torna-se um desafio o cultivo de valores fundamentais ou essenciais, especialmente os de formulação orgânica imediata, como na temática do Cuidado integral. No contraponto desta direção hiper capitalista e virtual, tratamos aqui de um conceito que prevê a redução da velocidade, o cultivo da calma, o olhar atento para si e para o outro, o poder

recolher-se da perplexidade circundante para ser possível a realização de escolhas frente aos convites complexos e sedutoramente brilhantes do mundo moderno.

Associando aos antigos Sábios orientais, podemos dizer que Cuidar de si seria a descoberta de um propósito de vida, ou Dharma, algo maior que embala a caminhada do sujeito neste mundo. Portanto, Cuidar de si num dia pode ser descansar muito fisicamente, enquanto no outro, dedicar-se muito aos demais ou a família, e num terceiro, trabalhar de forma intensa em seus objetivos. O Dharma seria esta manifestação de um propósito maior, mas que se manifesta em diferentes e pequenas ações complementares que podemos identificar como necessárias dentro de nós, como é a ação do Cuidado em outras palavras. Como diz o sábio Kalu Rinpoche, Dharma é o caminho de descobrir a si mesmo. E complementando, ele deve ser próprio e pessoal, inspirado em suas intuições mais profundas e confortáveis, sua bússola direcional interna, orientada pelo seu corpo. Para o filósofo Foucault, este mesmo processo se constituiria em poder tornar a vida uma obra de arte única, ou como dizia Sartre (Apud Bauman, 2009), a construção de um *projeto de la vie*, um projeto de vida, definindo a escolha das escolhas, para assim então poder definir os mapas a seguir. Mapas estes que atualmente modificariam em uma enorme dificuldade, atraindo os sujeitos a um espiral de novas possibilidades ou perda de seus centros ou objetivos maiores.

A UNICIDADE DA PESSOA E O CUIDADO INTEGRAL

O conceito do Cuidado que servirá de base neste capítulo, relaciona-se a uma visão de integralidade indivisível do ser humano. Pretende-se utilizá-lo como um substrato para este paradigma que não apenas se esmera nos conceitos de doença, cura e tratamento, mas, que antes disto, almeja o elo subjacente ao humano em suas relações autônomas ou não, de construção e desconstrução das possibilidades de saúde versus doença, em uma perspectiva que engloba a autopercepção de várias áreas do si mesmo e que perpassa as possibilidades de empoderamento e apropriação de si de forma autoconsciente, visando o desenvolvimento, atualização, sentido e qualidade de vida.

Pode-se afirmar a existência de diversas visões em saúde, que diga-se, são pouco integradoras dos vários aspectos do humano, este visto muitas vezes a partir apenas de uma ou poucas de suas facetas, seja pelos modelos de saúde especializados ou pelo aproveitamento de uma mídia que intenciona fomentar padrões de comportamentos obstinados e estreitos em saúde que em sua essência, negam a totalidade das várias necessidades humanas que confluem em direção ao desenvolvimento integral do sujeito.

O Cuidado aqui é entendido como uma experiência fluida e temporal, a partir de uma visão valorativa orgânica contínua, relacionada à construção de projetos de sentido de vida, de forma autorregulada, em contraponto ao imediatismo estreito das realizações desprovidas de valores próprios e originais. Visa confrontar a diferença entre tratar e cuidar, fazer e realizar, distinguindo o desejo trivial do desejo-cuidado, este último imbuído então do processo valorativo próprio e singular. O desejo-Cuidado é fruto da tomada do existir, da imanência do sentir, não reativo, mas altamente ativo e eficaz, ainda que ora desestruturador e ora silencioso; fruto da totalidade sábia do organismo que assim pode funcionar mais plena e harmonicamente

Heidegger (1999) acena para o Cuidado em uma perspectiva de autenticidade, no qual a pessoa estaria liberta de comportamentos obstinados que seguem em apenas uma direção ou outra, de forma mecânica e automática. Portanto, permitindo uma abertura ao movimento de um devir sistêmico que reposicionaria o humano na direção de sua mutável e dinâmica hierarquia de necessidades que o permeiam em seu momento existencial e temporal. Confronta-se esta visão com aspectos formadores de uma mentalidade utilitarista e de resultado, como a do pragmatismo de Mill (2019), geradora de possíveis aspectos da identificação do sujeito com um determinado grupo na sociedade de consumo, o estabelecimento de padrões rígidos de comportamento e a internalização de necessidades artificiais como próprias, que somadas ao imediatismo e ao estímulo à plena ocupação do tempo, retiraria a possibilidade do contato do sujeito com seu todo constituinte, momentâneo, já que este pouco experimentaria a angústia do nada, que lhe daria condições de estruturar-se e constituir-se no Cuidado através de um tempo alargado e circular, o tempo do vivido interno, ao contrário da atemporalidade típica dos processos virtuais, ou do tempo instantâneo desvinculado do tempo do vivido relacionado à singularidade do sujeito. Valendo-se do estado da *angústia*, a pre-sença, o Ser aí passaria a ter uma percepção ampla da temporalidade, não vivendo apenas o momento presente. Passado e presente do ser lançado integrariam-se, levando a pre-sença à percepção de sua responsabilidade em relação à própria existência. E desta forma, projetando-se na compreensão para o futuro.

No impedimento a esta autenticidade do Cuidar, neste esquecimento do si mesmo, o sujeito passa a representar-se de formas pré-estabelecidas, em muitos casos sem consciência plena do mesmo, sente-se desta ou daquela maneira em função do que adquire, conquista, ou melhor, em função dos lances que promove em sua vida em direção a objetivos que não necessariamente representam seu Eu e seu jeito de Ser, mas que por vezes já lhe confere

o título provisório e virtual de herói. Nesta perspectiva, não há necessariamente escolha genuína, portanto há pouca liberdade gerada através de um maciço direcionamento das pessoas para focos distintos a serem almejados, ainda que várias histórias se componham socialmente como exemplos adequados e brilhantes a serem seguidos, independente do custo improvável a rasas reflexões. Não podemos nos esquecer, como dizia Walt Whitman (apud ALVES, 2011) que quem anda duzentos metros sem vontade, anda seguindo o próprio funeral, vestindo a própria mortalha.

Ao contrário, ações legítimas do Cuidado dar-se-iam apenas quando características contemporâneas da sociedade capitalista-consumista pudessem ser manuseadas com razoável autonomia pelos sujeitos, opondo-se ao modelo determinista que impõe uma visão unilateralizada da pessoa sobre si mesma, identificado muitas vezes de forma equivocada enquanto ações de Cuidado.

Uma atenção múltipla e propositalmente descentrada, que cria a possibilidade de levar o sujeito a perceber-se sob vários ângulos e formas, romperia com a dogmatização dos padrões rígidos e nem sempre conscientes de conduta e obstinação, permitindo, assim, ao invés de uma atenção seletiva por controles externos, uma aproximação desta com o seu *Todo Constituinte*, frente então ao modo real e singular do exercício do Cuidado, o desejo- Cuidado, possibilidade de novas e originais opções e escolhas inseridas em um plano maior de desenvolvimento, de um propósito fruto da tomada de consciência do existir, da totalidade e atualização orgânica. Quando instauro aqui a noção do *Todo Constituinte*, reafirmo a posição de que, em dado momento, a prioridade de uma necessidade que se manifesta no campo psicológico ou, então, existencial frente a uma física naquele instante, ou vice-versa, não significa que o organismo estaria escolhendo por uma necessidade em detrimento da outra, mas que, no entrelaçamento de uma Saúde Integral, vários aspectos ou necessidades pontuais não apenas se representam em si, mas representam, apesar de se significarem apenas em um campo, a sabedoria de um conceito de Saúde Maior e mais amplo, ao qual todas as funções, indicações ou sintomas menores estão subordinados.

Deriva-se daí a consideração de aspectos da sociedade capitalista-consumista que encarna valores mercadológicos que vislumbram uma roupagem de Cuidado em alguns empreendimentos de saúde, preconizando que tal ato ou conduta, que invariavelmente se modificam com o modismo significariam Cuidado e apreço por si mesmo, o que nem sempre se afina com a perspectiva conceitual de Cuidado aqui descrita: que significaria a tomada de

consideração do todo constituinte, o qual nos forma enquanto seres biopsicossociais, culturais e espirituais (Santana & Zanatta, 2021). Portanto, a realização de um desejo imediato pode não significar Cuidado. Em outro momento, realizar tal vontade pode sim, significar um Cuidado, assim como renunciar a desejos imediatos pode representar a busca pelo melhor para o Todo Constituinte da pessoa em questão, que se constitui no tempo e não, apenas, no imediatismo. Abre-se para a interpretabilidade do tempo para algo, de um tempo circular que se lança ao significado de um bem maior, de um valor maior. A fixação do sujeito na realização rápida de desejos superficiais, induz a perda de sua atenção para o aspecto amplo da temporalidade necessária, ou seja, para a construção do si mesmo. A negação de desejos imediatos e, então, a restrição ao prazer rápido e reativo em função de uma vontade maior e mais importante para o bem-estar e para o sujeito em sua vida, ou seja, o desejo-Cuidado, pode representar a percepção adequada da prioridade na escala de necessidades do sujeito, ou, ao menos, a percepção de poder ceder momentaneamente a um aspecto externo sem perder entretanto de vista o comando da ativação futura de necessidades outras necessárias à orquestração do plano maior, visando a plenitude adiante. Não significa, entretanto, que o Cuidar organísmico não permita ou exija enquanto necessários os momentos de ócio e prazeres fugazes fundamentais, para após retornar o sujeito ao seu curso evolutivo e atualizador.

Cuidado numa perspectiva de médio ou longo prazo, quando o Cuidado é aí revelado numa abordagem constitutiva do tempo.

Neste ínterim, por meio de uma visão integral e do contato com as várias áreas que definem a existência, como a pessoal, a familiar, a profissional, a social, a espiritual, desvelar-se-ia um processo mutável e dinâmico que a cada instante aponta para uma necessidade de atualização do sujeito. Desta forma, a relação de Cuidado abrangeria o denominador comum e dinâmico entre constituir-se do ponto de vista singular e ser constituído quanto aos aspectos de saúde em jogo, permitindo uma “leitura” quanto à necessidade predominante naquele instante, sem perder, entretanto, as demais de vista.

Com a implementação de necessidades mercadológicas artificiais, muitas sendo incorporadas como naturais, assim como, quanto aos modelos de comportamento de “cuidados em saúde”, que muitas vezes são incompatíveis com as reais necessidades singulares da pessoa naquele instante temporal, alguns modelos que, invariavelmente levam as pessoas a abrirem mão de forma não consciente do contato com sua totalidade criadora, passam a serem incorporados através de comportamentos uniformes, unilaterais e obstinados de conduta,

gerando um rompimento com a hierarquia entrelaçada e momentânea de suas necessidades reais que se modificariam constantemente e implicariam em liberdade de escolha. Para Rosa (2005, 2010), filósofo contemporâneo que estuda os processos de aceleração tecnológica, da vida social e dos ritmos pessoais na contemporaneidade, a identidade relaciona-se com a dessincronia entre os tempos da vida pessoal, cotidiana e a política, o tempo do mundo e o da vida, referindo-se a imagem de um homem que vive a aceleração e portanto não consegue sentir ou pensar a ponto de engendrar questões éticas na sua conduta, o que lhe traria uma identidade situacional, diluída, sem predicados que o definam.

Nesta perspectiva, Boff (1999) distingue duas formas de ser-no-mundo: a primeira, o modo-de-ser trabalho, de ocupação do outro, que ocorreria pela interação e pela intervenção. Já o modo-de-ser-cuidado não se oporia ao do trabalho, mas trar-lhe-ia tonalidades diferentes. A relação não seria apenas enquanto sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito e os seres não seriam apenas pensados e avaliados, mas experimentados em uma co-relação eu-tu dinâmica de afetação mútua. A relação não seria de domínio, mas de convivência, e a centralidade não seria então ocupada pelo logos razão, mas sim pelo *pathos* sentimento. O relacionar-se com alguém, com o outro numa maneira envolvente e significativa, é o que Heidegger (1981) chama de ‘solicitude’, que imbrica as características básicas do ter consideração para com o outro ao invés de ‘saltar sobre o outro’ ou se ‘antecipar’ a ele em sua existencial possibilidade para-ser, de forma apriorística. A solicitude ajuda para que o sujeito se volte para si mesmo autenticamente, como pela primeira vez. Este modo de solicitude pertence essencialmente ao autêntico Cuidar – isto é, para com a existência do outro, para torná-lo transparente a si mesmo em seu Cuidar e para torná-lo livre para si (Heidegger, 1981).

Na visão do biólogo Maturana (1999), o impedimento destas relações de aceitação empática do outro, em um ser-com o outro, o mundo compartilhado, comprometeria os acoplamentos estruturais imprescindíveis para a manutenção e evolução das espécies. Sem a experiência do Cuidado, o homem deixaria de ser humano. Se não receber Cuidado desde o nascimento até a morte, desestrutura-se, definha, perde o sentido e morre. Assim, Boff (1999) define que a essência singular do ser humano é colocar Cuidado em tudo o que projeta e faz.

Portanto, o Ser se revelaria no tempo, nos modos de ser – e, só assim. Já o ente não, seria o momento, a estrutura do pensar, os objetos, teorias e instrumentos que usamos. Logo, para a ação do Cuidado, precisa-se da consciência da temporalidade, desta amplitude que envolve o passado, presente e o futuro a médio e longo prazo. Como diz Heidegger (1999), “a

pre-sença (tradução de *Dasein* para o português), o Ser aí que se manifesta a cada momento na relação com o mundo, pondo o Ser inerente ao sujeito em questão, é o seu passado no modo de seu Ser, o que significa, que ela sempre acontece a partir de seu futuro” (Heidegger, 1999, p. 48). O autor considera a temporalidade como fundamental na avaliação da constituição do ser, enquanto Maturana e Varela (1995) afirmam que nossa estrutura atual será produto das relações que estabelecemos ao longo de um determinado tempo, ou seja, deve ser considerado desta maneira. É esta pre-sença que joga originalmente nosso ser no mundo (Heidegger, 1999, p. 32-33). Para Heidegger, o sentido do *Ser* apenas se dá no tempo, na estrutura que este lhe confere. É o mesmo que dizer que para a sua análise, o percurso histórico, a maneira como o *Ser* se estrutura ao longo do caminho, deve ser considerado. Para Gadamer, (2008, como citado em Mendes Lemos, 2015, p.32), “estamos inevitavelmente circunscritos à nossa historicidade “, além de postar que, a compreensão hermenêutica se dará no entendimento da tradição pregressa a nós, dos preconceitos e das referências de autoridade (2006).

O conceito de *autopoiese* de Maturana (1995) demonstra que a característica comum entre os seres vivos é a produção de componentes que produzem a própria rede de relações que os geram. Portanto, os seres vivos se caracterizam por continuamente se produzirem a si mesmos. Em Ayres (2004), a temporalidade da existência, isto é, as experiências de passado, presente e futuro não são, senão, expressão desse estar projetado e projetando que marca esse modo de ser humano – o futuro sendo sempre a continuidade do passado que se vê desde o presente, e o passado aquilo que virá a ser quando o futuro que vislumbramos se realizar. Heidegger (1995), fala da “curadoria”, que o homem está sempre exercendo sobre a sua própria existência e a do seu mundo, nunca como ato inteiramente consciente, intencional ou controlável, mas sempre como resultado de uma autocompreensão e ação transformadoras.

Em seu livro *Ser e Tempo*, Heidegger (1999) mostrou que realidades tão fundamentais como o querer e o desejar encontram-se enraizadas no Cuidado essencial, ou seja, somente a partir da dimensão do Cuidado eles emergiriam como realizações do humano. O Cuidado seria, então, uma constituição ontológica subjacente a tudo o que o ser humano empreende, projeta, faz e interpreta em referência ao Ser a partir do mundo, não ao fazer estritamente, tendo, todavia, o risco de de-cair neste, e estabelecer-se então na impessoalidade; aquilo que Boff (1999) relata como a banalização do entretenimento e a valorização da sociedade do espetáculo, definido com o termo medianidade. Entendê-la é fundamental para perceber como o homem decai e pode ser absorvido na impessoalidade, na cotidianidade, submetido a uma tirania sem

nome e autoria, de forma a banalizar e identificar-se com os meios e utensílios, com a linguagem proposta, vindo a perder sua originalidade, a da-ção de sentido próprio e maior do viver que se desvela em ações existenciais. Quando o mesmo ocorre, pode-se lembrar do conceito de decaimento e impessoalidade da pre-sença em Heidegger (1999), quando a afetividade da (pre-sença) é absorvida pelo mundo e há uma identificação com este. Isto é, a possibilidade de doação de sentido pelo indivíduo a suas experiências pode comprometer subsídios para suas escolhas autênticas, já que o indivíduo em questão se identificaria com os entes mundanos, sejam comportamentos, modelos, instrumentos, objetos, idealizações, mas romperia com a dinâmica do Ser, do se construir ontologicamente. A medianidade (Heidegger, 1999) representaria a indiferença cotidiana da pre-sença, do Ser aí.

O adotar de condutas externas que se assemelham por definição com o produto de um comportamento, mesmo que aparentemente positivo em seus fins, traz a verdadeira dissolução de sua especificidade à Consciência, enviesando a mesma para sensações intensas na direção da vaidade de um Eu celebrizado e idealizado e não ancorado em um Eu real que se mostra em necessidades singulares naquele momento, o que para um determinado sujeito, num determinado momento, pode significar um rompimento ou afastamento de seu próprio Ser. Objetivos em si nada mais são que entes abstratos, estéreis e sem significado. Apenas podem enriquecer-se de valor enquanto direções num propósito real e singular do sujeito, no crivo experiencial deste, de forma pré-reflexiva corporal e reflexiva, auto-regulada, de dentro para fora, na possível composição de um plano maior ao qual podem se acoplar, ou ao contrário, podem depor contra um funcionamento Cuidadoso e portanto autêntico e real para com si. Principalmente, se acreditarmos que o verdadeiro devir é sistêmico por natureza, ou seja, não se apresenta desintegrado de uma totalidade circundante. Tais rompimentos estariam ancorados em duas características das mais marcantes em nossas sociedades urbanas contemporâneas, que contribuem para o afastamento pelo indivíduo de seu Todo Constituinte. A primeira, chamo de Cultura da Obstinação. Nesta, a massa de pessoas alijadas de um exercício satisfatório de liberdade corre em determinadas direções em termos de comportamentos serializados e tenazes, de forma a estreitarem por consequência os seus campos de consciência. Exemplos disto seriam, na atualidade, as atitudes frente às necessidades de emagrecimento, a obstinação no culto ao corpo e a cultura naturalista que acaba desaguando numa série de padrões de comportamentos que naturalmente estão envolvidos e sustentados por valores gerais relacionados à saúde, à preservação do ambiente e à melhoria das condições de qualidade de vida e do organismo. Mas que, em última instância, depõem contra este quando representam modelos que fazem o

indivíduo romper com a hierarquia de suas próprias necessidades, logo rompendo com sua unidade e, conseqüentemente, com seu processo de construção de saúde. A respeito de Lipovetsky (2007, como citado em Mendes Lemos, p.48) em seu conceito de hipermodernidade, “ situamo-nos na sociedade do excesso, da velocidade. O sujeito hipermoderno é aquele que vivencia o mais e o menos ao mesmo instante, inserido num mundo onde o público e o privado não se distinguem, onde a liberdade implica no alto custo da frustração. Este assinala as utopias do corpo perfeito, da alimentação natural, da moda enquanto fator democrático, do culto à diferença, apesar das diferenças exageradas “. Uma moral indolor que suplanta a alteridade, e como diz Giddens (2002), em experiências tão rompidas, com eus tão quebradiços e dilacerados, torna-se imperioso o movimento narcisista de autodefinição, por vezes extremada. Estes fatos, além de, por consequência, diminuírem a possibilidade de se lidar com o diferente, com o “estrangeiro” nas opções de vida, retiram do campo perceptual vários dados orgânicos internos e o acesso sensorial a facetas da relação intersubjetiva e com o meio externo, diminuindo a conseqüente a capacidade de julgamento crítico e transversal a partir de um processo de simbolização fluido. *

Habermas difere individualidade de identidade, que segundo Lima (2010), como singularidade, o indivíduo é indiferença a todas os determinantes, mostrando-se enquanto totalidade. Já na individualidade, o Eu é a diferença de todos os determinantes, onde a singularidade nos definiria como sujeitos e nos iguala concomitantemente nas expectativas quanto a sociedade, enquanto a individualidade, sendo a negação dos determinantes na relação com o social geraria a subjetividade e a reconstrução do Eu com base no contraditório.

Portanto, para Heidegger (1999), o Cuidado é sempre então ocupação e preocupação. Dentro desta perspectiva, o autor mostra que, no fenômeno do querer verdadeiro, transparece a totalidade do Cuidado. Para ele, “a condição existencial de possibilidade de ‘Cuidado com a vida’ e ‘dedicação’ deve ser concebida como cura num sentido originário, ou seja, ontológico” (Heidegger, 1999, p. 265). Daí o autor em tal obra afirmar que a substância do homem é a existência.

Em uma tentativa de aproximação entre Rogers (1992) e Heidegger (1999), pode-se dizer que o primeiro também acreditou que o sentido próprio e singular da existência, a cada momento, assim como a detonação de forças orgânicas saudáveis, se dão a partir da liberdade experiencial direta, do vivido imediato, ou seja, produto da relação direta com o mundo, a nível pré-reflexivo. Como na manifestação direta do ser da pre-sença, que só desta

maneira poderia deslocar-se do ente para o movimento do Ser. Afirma, ainda, que isto só se daria através da vivência da atualidade existencial do indivíduo. Lisboa (1998) refere que:

A entrega do cliente às dinâmicas de seu mundo pré-reflexivo, pré-conceitual, fenomenal, a entrega afirmativa do cliente a sua experiência, ao seu vivido, aos sentidos e fluxo ativo das experiências imediatas de seu corpo, possibilita um enorme potencial de autoregulação orgânica, de auto-equilíbrio e de mudança terapêutica e existencial (1998, p. 70).

Lisboa (1998) cita que, no funcionamento saudável, a consciência reflexiva e a imagem de si seriam variáveis dependentes em relação ao primado da experiência orgânica direta, do vivido pré-reflexivo, do existencial, e afirma que para Rogers, o critério para o seu conceito de funcionamento ótimo da personalidade é inconfundível: a experiência é avaliada organicamente.

Ainda para Rogers (1992), o a alienamento, extremamente comum, do homem consciente de seu processo orgânico direcional não é uma parte necessária de sua natureza de homem. É, ao contrário, algo apreendido, e num grau especialmente alto em nossa cultura ocidental, caracterizado por comportamentos que são guiados por conceitos e constructos rígidos, mesclados por comportamentos guiados por processos orgânicos.

Portanto, Cuidar diz respeito a um contato anterior à divisão sujeito objeto, significa experimentar o todo constituinte, a experiência ainda não separada. Ressalta-se aqui o modo de ser ocupação descrito por Heidegger (1981), quando do desenrolar de uma existência inautêntica, a afetividade da presença centra-se no mundo. Tal internalização de necessidades artificiais, motivadora de forma não consciente de inúmeros comportamentos, sejam destrutivos ou positivos para a sociedade, são, em última instância, indicadores do grau de restrição de liberdade que os sujeitos possuem frente a suas próprias vidas. Por consequência, paulatinamente, ao incorporarem necessidades externas como próprias, adotam padrões de condutas e modelos de “cuidados em saúde”, perdendo não apenas o contato com as suas próprias necessidades, mas principalmente com o movimento de mudança na hierarquia destas.

Obstinadamente, podem em forma de exemplo, dedicar-se muito em projetos com o corpo, mas abandonam suas necessidades valorativas psicológicas ou existenciais, ou debruçam-se demasiadamente em suas profissões enquanto abandonam suas vidas afetivas ou

familiares, quando o Cuidar estaria no equilíbrio mutável e harmônico em todas estas dimensões, trazendo uma organização e tonalidade saudável a esta totalidade constituinte da pessoa em movimento, em um processo de alteridade mundana que permitiria a aceção de uma impermanência exultante e inspirativa no viver, ainda que angustiante por vezes, repleta de incertezas, mas plena de novas direções.

Logo, o Cuidado real pode implicar em atitudes do sujeito que o coloquem na contramão dos modelos, ainda que este os escolha num dado momento quando os mesmos se fizerem significativos para a sua atualidade existencial, e não o contrário, quando de fato estes se impõem com seus significantes prontos e estéreis.

Afirma-se com isto que, num dado momento existencial daquele indivíduo, Cuidar exaustivamente do corpo pode fazer muito sentido para sua saúde, e então significar Cuidado. Porém, não representa Cuidado simplesmente realizar esta atitude se a mesma não possui representatividade significativa para aquela pessoa em termos de sua sabedoria orgânica naquele instante existencial, o que deixaria de ser Cuidado para ser apenas um comportamento.

Ora, abrir mão deste comportamento e viver um bom momento de relaxamento e de menos atividades, também pode ser o mais necessário e imperioso na ordem hierárquica de necessidades, e, portanto, significar Cuidado, uma vez que cada aspecto, o psicológico, somático, espiritual, afinem e integrem suas interfaces, de maneira que nenhum predomine ou sucumba permanentemente ao outro, mas estejam a serviço de uma unidade orgânica supracente que revela em cada aspecto, apenas um semblante de uma única face.

Dado o exposto, é plausível afirmar que a “cultura da obstinação” restringe de forma maciça a possibilidade do sujeito em contato com o *Todo Constituinte*. Primeiro, ao reduzir a atenção e a percepção do sujeito apenas para um foco: segundo, por identificar este com aquele comportamento; terceiro, por levar o indivíduo a acreditar que quando ele segue um modelo ou comportamento, ele deve negar imediatamente o outro. Não pode absorvê-lo, edificando-se a cultura da ruptura. Somado a este processo, a super-ocupação dá o seu tom, impedindo o tempo livre e suficiente para o contato com o processo experiencial interno, com o tempo do vivido interno, a fonte de percepção corporal sentida e de possíveis simbolizações e sentido que se revelam de forma a necessitarem de um olhar de pré-ocupação consigo próprio, uma atenção múltipla, não linear e automática como a da razão lógica e calculista, voltada à solução de problemas.

Na Atenção Múltipla, o indivíduo seria capaz de estabelecer-se a partir de vários ângulos internos, através da ampliação de seu campo perceptual a partir de uma atenção e narrativa que não se fixam patologicamente, mas que flutuam em diferentes domínios de realidade, transitando a fim de oxigenar a percepção de aspectos do processo experiencial interno, conjugado à interseção e alinhamento com os determinantes sócio-culturais, ampliando a percepção da multiplicidade dos quais se é denominador comum, produtivo e com potencial decisivo na relação ao próprio futuro. Logo, para nos Cuidarmos, precisamos da consciência da temporalidade, desta amplitude que envolve o passado, presente e o futuro no médio e longo prazo, como diz Heidegger (1999, p. 48).

Ou seja, o rompimento do Cuidado implica numa perda de contato com o todo experiencial momentâneo, que aqui redefino para todo constituinte daquele instante, que naquela oportunidade pode apontar o sujeito numa direção para melhor atualizá-lo, em outra pode retomá-lo a outro caminho para melhor satisfazê-lo.

Numa cultura que impõe movimentos rígidos, unilateralmente dirigidos e, portanto, geradora de uma atenção coletiva serializada e seletivizada, dirigida para certas formas de pensamento e conduta estereotipados, reduz-se a experiência sentida do contato com a totalidade de manifestações do si mesmo e, concomitantemente, o exercício da liberdade experiencial e de escolha, ambos relacionados e possivelmente produtivos para o sujeito e para o social quando relacionados ao todo circundante.

Nesta concepção, cabe-nos articular os conceitos Heideggerianos de Consideração, que faz o homem levar em conta a importância de tudo com o que lida, com as diferenças, com aquilo que deve carregar nas costas e com o conceito de Tolerância que exprime o empenho de correr atrás, aceitando as tensões, os limites e as características diferenciais das situações e modos de ser. E a Transparência, que remete para a força e a ação penetrante da visão que permite não apenas perpassar obstáculos diferentes, como possibilita a integração respeitosa de uma visão de conjunto. Tais conceitos estão imbricados com a noção de construção do Ser pelo tempo, a preocupação com as circunstâncias, as dificuldades a serem enfrentadas, as suportações e a autoconfiança que são condições para o exercício do Cuidado para com si e para com o outro. Ao mesmo tempo, são atitudes de fato pouco estimuladas e que vão na direção bem oposta às características inibidoras do contato com o Todo Constituinte citadas até o momento, propostas por nossa sociedade moderna hipercapitalista.

Como assegura Furrow (2007), muitas pessoas valorizam bens que se encontram em conflito ou seriam incompatíveis e essa ótica que se aproxima da noção de Cuidado, ao intensificarem demasiadamente um aspecto do viver, como o trabalho por exemplo, de forma esgotante e com dedicação excessiva, que impediria o perceber-se afastado do núcleo familiar ou de outras necessidades que submergem restringindo o movimento do auto Cuidado dinâmico e maleável em termos de necessidades que se alternam de forma harmoniosa, diminuindo principalmente relações inter-subjetivas enriquecidas e potencializadoras das forças de atualização do eu. Assim, “para tirar satisfação tanto do emprego quanto da família, deve-se encontrar um equilíbrio que se permita apreender a riqueza de ambos, sem que isso demande que se maximize o desfrute de qualquer um dos dois” (Furrow, 2007, p. 138).

Esta integralidade do Cuidar abrange, segundo Furrow (2007), um existir equilibrado, no qual os diversos aspectos da vida estejam em sintonia e paridade, permitindo que um deles não se desdobre demasiadamente sobre o outro e a pessoa possa absorver a riqueza humana, contida em cada um desses domínios. Nessa perspectiva, um conceito de saúde promissor não deveria centrar-se em aspectos isolados da pessoa, como o estado fisiológico ou o psíquico, mas precisaria recair sobre o todo constituinte dela, abarcando também suas necessidades e vivências sociais e espirituais. É o que diz Boff (1998), quando pelas tradições da filologia resgata um conceito de saúde e afeto referente ao sentido de cura que se presta pelas relações de amizade e amor, incluindo a relação afetiva e Cuidadosa do sujeito com o si mesmo, claramente em uma noção integrativa, que se expande para além do meramente psicofísico e patológico.

Guardar com apreço a centelha do Cuidado representa gerir tal processo, o grande poder de como escolher dentre suas possibilidades, a forma e a maneira de lidar com o que chega, qual o ritmo a imprimir, qual o melhor para si. Cuidar portanto, tem muito, muito a haver com a relação de atenção e fortalecimento das mais nobres e importantes vontades, tanto quanto com a sabedoria de quando e como colocar as mesmas em prática, numa afinação com a existência. Mais ainda, de como equalizar as diversas vontades, oriundas de diversos papéis e áreas de seu viver, de maneira que algumas não se tornem tão vorazes e autônomas a ponto de sediar o autocontrole e dominar a vida em detrimento de tantas outras vontades e escolhas por vir. Somos seres polifônicos e de diversos e maravilhosos matizes. Nosso desafio seguido é transformar este caleidoscópio existencial em imagens harmônicas e libertadoras, sem,

entretanto, fazermos morada definitiva em nenhuma de nossas searas internas, portos pelo caminho ou objetivos definitivos por maiores e eloquentes que sejam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. (2014). *Variações sobre o prazer*. Ed. Planeta. São Paulo

AYRES, J. R. DE C. M. (2004). O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(3), 16-29. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902004000300003>

BAUMAN, Z. (2009). *A Arte da Vida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BOFF, L. (1999). *Saber Cuidar* (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.

FURROW, D. (2007). *Ética: conceitos-chave em filosofia*. (F. J. R. da Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

GADAMER, H.G. (2006) *O caráter oculto da saúde*. Petrópolis, Vozes

GIDDENS, A. (2002) *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

HEIDEGGER, M., CRITELLI, D. M., & SPANOUDIS, S. (1981). *Todos nós--ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes.

HEIDEGGER, M. (1995). *The fundamental concepts of metaphysics: World, finitude, solitude*. Bloomington: Indiana University Press.

HEIDEGGER, M. (1999). *Ser e Tempo* (8ª ed.). Petrópolis: Vozes.

LEMOS, P.M.(2015). *Ética e Saúde Mental Contemporânea*. Curitiba: CRV.

LIMA, A. F. (2010). *Metamorfose, Anamorfose e Reconhecimento Perverso. A identidade sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica*. FAPESPq/EDUC.

LISBOA, M. D. B. (1998). A miséria da crítica heterodoxa: Segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. Biblioteca Digital FGV.

MATURANA, H. (1999). A Ontologia da Realidade. Belo Horizonte: UFMG.

MATURANA, H., & VARELA, F. (1995). A Árvore do Conhecimento. Campinas: PsyII.

MOREIRA, V. (2007). De Carl Rogers a Merleau-Ponty. São Paulo: Annablume.

MILL, J. S. (2019). Princípios de Economia Política-Stuart Mill. LeBooks Editora.

SANTANA, C. M. L., & ZANATTA, C. (2021). Espiritualidade e Sentido de vida. Curitiba, PR: CRV. <https://doi.org/10.24824/978652510919.0>

PONTY, M. (1996). Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes.

ROGERS, C. (1992). Terapia centrada no cliente. São Paulo: Martins Fontes.

ROSA, H. (2005). Alienação e aceleração: vers une théorie critique de la modernité tardive. Paris: La Découverte.

ROSA, H. (2010). Accélération. Une critique sociale du temps. Paris: La Découverte.

SILVA, J. DE S. (1999). El Cambio de Época, el Modo Emergente de Producción de Conocimiento y los Papeles Cambiantes de la Investigación y Extensión en la Academia del Siglo XXI. Trabalho enviado para a "I Conferencia Interamericana de Educación Agrícola Superior y Rural", organizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura(IICA). Panamá, Novembro/1999.

XAVIER, L. (2007). A Representação do Eu no Perfil do Orkut. Petrópolis: UNESA.

CAPÍTULO 4: VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS CONTRA O HOMEM E O ABUSO DE SUBSTÂNCIAS, DEPRESSÃO E ANSIEDADE

*Ana Claudia Ferreira Cezario*¹

*Lélio Moura Lourenço*²

Mesmo em seus primórdios, a experiência humana possivelmente esteve influenciada por atos de violência e atualmente milhares de pessoas sofrem os reflexos desse fenômeno. Segundo o Atlas da violência (2021), no Brasil, a violência é a principal causa de morte de jovens. Em 2019, por exemplo, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal.

Em sua obra, *Communities of Violence*, Devji (2013) destaca que o termo violência é abrangente e pode ser utilizado para nomear todo tipo de ação de um indivíduo em relação a outro que possa causar danos físicos, psicológicos e ideológicos. Desta forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como:

uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002, p. 5).

Na categorização do problema da violência interpessoal, tendo como principal critério o autor do ato violento, Krug et al. (2002) aponta para a existência de dois grupos distintos: (1) violência doméstica e violência entre parceiros íntimos (VPI) e (2) violência na comunidade, entre indivíduos que podem ou não se conhecer. O primeiro conceito abrange formas de violência tais como: abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos aos idosos. Enquanto o segundo inclui: a violência na juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

O poder executivo brasileiro, em 2006, sancionou a Lei 11.340, denominada lei Maria da Penha, que aponta mecanismos para coibir a violência doméstica. Em sua definição a violência pode se manifestar por intermédio de: (1) agressões físicas, que afetem a integridade ou saúde corporal da vítima, (2) psicológicas, considerada qualquer ação que afete tanto o estado emocional e a autoestima, (3) sexuais, impõe a comercialização ou a utilização da sexualidade, impedindo a utilização de métodos contraceptivos ou a imposição ao matrimônio,

à gravidez, aborto ou prostituição, por meio de coação, suborno, chantagem ou manipulação, limitando a prática de seus direitos sexuais e reprodutivos, (4) patrimonial, compreendida pela destruição parcial ou total de objetos ou bens da vítima, (5) violência moral, especificada pelo exercício de calúnia, difamação ou injúria.

Considerando a perspectiva do homem como vítima da VPI, Dotoli e Leão (2015) empreenderam um estudo documental e qualitativo na cidade de Araraquara/SP. A pesquisa buscou problematizar a existência de denúncias feitas por homens em situação de violência doméstica mediante a análise de fichas de notificação/investigação individual de Violência Interpessoal. As fichas foram preenchidas nas unidades básicas de saúde da cidade. As denúncias foram feitas por 5 homens, com idades que variavam de 24 a 51 anos. Os casos demonstraram o homem na condição de vítima, com o predomínio da violência Psicológica/Moral, provocada por agressoras como ex-companheiras e namoradas.

A violência doméstica pode acarretar consequências para a saúde de todos os envolvidos, de forma direta e/ou indireta, principalmente para crianças e adolescentes (Lírio *et al*, 2018). De acordo com Rosário e Bispo (2021), “as vítimas de violência doméstica passam a desenvolver condutas antissociais, isolamento ou dependência emocional e diversas doenças psicossociais” (Rosário & Bispo, 2021, p. 47).

Neste sentido, Ally, Abe e Miraglia (2017) compreendem que a VPI é um problema mundial de saúde pública que afeta a vida de homens, mulheres e crianças. Além disso, é percebida como um “constrangimento prevenível” (Ally, Abe e Miraglia, 2017, p. 31).

Ceja, Velázquez, Velázquez e Perea (2019) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar o processo de construção da identidade de homens que vivenciam violência em sua relação íntima. Os resultados demonstraram evidenciam que, enquanto construção da identidade do homem, está introjetado o respeito e o cuidado para com as mulheres. Apesar disso, constroem suas relações sob uma perspectiva violenta, naturalizando as agressões e, por consequência, desenvolvendo forte sentimento de culpa. O estudo destaca a invisibilidade da violência entre parceiros íntimos sofrida pelos homens.

Albuquerque, Barros e a Schraiber (2013) em estudo transversal objetivou analisar a associação entre o sofrimento mental masculino com episódios de violência nos anos de 2002-2003, na cidade de São Paulo - SP. Participaram do estudo 477 homens entre 18 a 60 anos que utilizaram serviços de atenção primária. Os resultados encontrados mostraram que 29,4% apresentaram casos de sofrimento mental. Apontaram ainda para uma associação entre a queixa/diagnóstico psicológico e a violência, relação identificada em 87,9% dos prontuários

analisados. Além disso, a depressão foi pontuada como um dos tipos de queixas/diagnósticos psicológicos associados à violência sofrida.

Assim, no sentido de discutir a temática, a pesquisa transversal e quantitativa teve como objetivo investigar a prevalência do uso de substâncias, depressão e a ansiedade nos casos de violência contra o homem no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de um levantamento amostral de caráter transversal, qualitativo e quantitativo, com amostra obtida através de conveniência por meio de coleta por questionários online, em relação a homens vítimas de violência perpetrada por suas parceiras íntimas no Brasil e as suas relações com o uso/abuso de substâncias, a ansiedade e depressão. O estudo foi composto por duas fases: a primeira quantitativa e a segunda qualitativa. É importante ressaltar que este artigo traz apenas os dados da primeira etapa do estudo.

Participantes

A amostra foi composta por 320 homens que responderam a pesquisa por meio da plataforma *Google Forms*.

Os critérios de inclusão da amostra foram: (a) ser homem, (b) estar entre 18 e 60 anos, (c) preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e (d) responder todos os instrumentos contidos no questionário online. Já os critérios de exclusão foram: (a) não aceitar participar do estudo.

Instrumentos

Os participantes que acessaram o link foram instruídos a responder o questionário online com os seguintes instrumentos: (1) *Questionário sociodemográfico*, no intuito de identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados; (2) *Escala de Violência entre Parceiros Íntimos – EVIPI* - (Lourenço & Baptista, 2017), escala brasileira criada para identificar situações de violência entre parceiros íntimos; (3) *Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test - ASSIST* - (Humeniuk & Poznyak, 2008), instrumento de identificação do padrão de consumo de álcool e outras drogas; (4) *Escala Cognitiva de Ansiedade - ECOGA* – (Falcone et al., 2016), escala cujo objetivo é identificar sintomas de ansiedade do respondente e (5) *Escala Baptista de Depressão – EBADEP* - versão adulto (Baptista, 2011), instrumento auto aplicativo com objetivo de avaliar a intensidade de depressão em adolescentes e adultos .

Procedimento

Coleta dos dados. A amostra foi coletada por meio da plataforma *Google Forms*. A estratégia de amostragem não probabilística utilizada é denominada cadeia de informantes (*chain of informers*) ou técnica “bola de neve” – *snowball sampling* (Biernacki & Waldorf, 1981). Em função da dificuldade de se encontrar dados relacionados à VPI contra o homem, marcada muitas vezes pela escassez de pesquisas nesta perspectiva e por dados subnotificados, resultado do constrangimento que muitos sentem, optou-se por utilizar a internet como um meio de mediação para chegar aos participantes. Para calcular o tamanho da amostra levou-se em consideração trabalhos realizados no Brasil e no mundo os quais encontraram índices de violência contra o homem perpetrada por suas parceiras íntimas (Dutton & White, 2013; Schraiber, et al, 2012).

Análise dos dados. No que se refere à análise dos dados foram utilizadas estatísticas descritivas e inferenciais a fim de identificar a prevalência dos fenômenos abordados e as associações entre o abuso de substâncias, ansiedade, depressão e a VPI contra o homem na população estudada. Desta forma, as variáveis quantitativas foram descritas pela média e desvio-padrão, mediana e amplitude interquartil, valor mínimo e máximo. Enquanto as variáveis qualitativas foram descritas pelas frequências absolutas e porcentagens. Quanto aos pressupostos de normalidade dos dados e a homogeneidade das variâncias foram avaliados pelo teste de *Komolgorov Smirnov* e pelo teste de *Levene*, respectivamente.

Para testar diferenças entre vítimas e não vítimas de violência entre parceiros íntimos em relação aos níveis de depressão e ansiedade, foi utilizado o teste *t de Student* para amostras independentes. Para as demais variáveis quantitativas, foi utilizado o teste *U de Mann Whitney*. O tamanho do efeito foi avaliado pelo *d* de *Cohen*, sendo adotada a seguinte classificação para interpretação: 0.20 – 0.49: Pequeno; 0.50 – 0.79: Moderado; ≥ 0.80 : Elevado (Cohen, 1992). Para testar a associação entre a violência entre parceiros íntimos (vítimas vs. não vítimas) e as variáveis qualitativas, utilizou-se o teste do *Qui-Quadrado (X²)*, sendo calculada a *razão de chances* (OR) com intervalo de confiança de 95% (IC95%). Para o tamanho do efeito da *razão de chances* foi adotada a seguinte classificação para interpretação: 1.22 – 1.85: Pequeno; 1.85 – 2.9: Moderado; ≥ 3.0 : Elevado (Olivier & Bell, 2013). Para avaliar a consistência interna dos questionários, utilizou-se o coeficiente *alpha de Cronbach*.

Todas as análises foram feitas no software estatístico IBM SPSS V24 (IBM Corp., Armonk, NY). O valor de $p < 0,05$ foi adotado para significância estatística.

Considerações Éticas

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da OCULTADO, CAAE nº OCULTADO.

RESULTADOS

No que se refere aos resultados, a coleta desta primeira etapa quantitativa ocorreu do período de abril a setembro de 2016, no qual o questionário ficou disponível online para que os indivíduos respondessem. Após seis meses de coleta foram obtidas 378 respostas; entretanto em função de alguns indivíduos não terem respondido todos os instrumentos (critério de inclusão), ao total obteve-se uma amostra válida de 320 entrevistados.

Iniciando a descrição dos resultados quantitativos, na Tabela 1 estão apontados os dados sociodemográficos da amostra. A maioria dos homens participantes deste estudo apresentou idade entre 18 e 30 anos (59,7%), média de 30,4 e desvio-padrão de 8,8 anos, sendo residentes do Estado de Minas Gerais (71,3%) e possuindo ensino superior (85,9%). No que se refere à orientação sexual, a grande maioria (87,8%) declarou-se heterossexual e em relação à cor da pele e à religião, a maioria se declarou branca (71,3%) e 35% católicos. Cerca de 40% da amostra apontou que recebe até dois salários-mínimos de renda individual.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica da amostra (n = 320)

Variáveis	Categorias	f	%
Faixa Etária	18 a 30 anos	91	59,7
	31 a 45 anos	100	31,3
	>45 anos	9	9,1
Região	Minas Gerais	228	71,3
	Outros Estados	92	28,7
Escolaridade	Ensino Fundamental/Médio	45	14,1
	Ensino Superior	275	85,9

Estado Civil	Casado/União Estável	38	1	43,
	Solteiro/Divorciado/Viúvo	82	9	56,
Religião	Católicos	12	0	35,
	Não católicos	08	0	65,
Cor da pele	Branços	28	3	71,
	Pardos	4	1	23,
	Outros	8		5,6
Orientação Sexual	Heterossexuais	81	8	87,
	LGBT	9	2	12,
Renda	Nenhuma até 2 salários-mínimos	23	4	38,
	2 a 6 salários-mínimos	19	2	37,
	>6 salários-mínimos	8	4	24,

Em relação aos dados de rastreamento de homens vítimas da VPI por seu (sua) parceiro (a) íntimo (a), foi encontrado um percentual de 34,1% de homens vítimas de seus (suas) parceiros (as), o equivalente a uma frequência de 109 homens, do total de 320, que participaram da primeira etapa do estudo. É importante mencionar que o instrumento de rastreamento para a VPI avaliou três fatores no que se refere à violência. Desta forma, o percentual encontrado refere-se aos entrevistados que pontuaram em pelo menos um dos três fatores, ou seja, considerando a pontuação em qualquer um dos três fatores – Figura 1. Quanto aos resultados relativos a cada um dos fatores especificamente, a proporção de homens vítimas de violência por injúria e violência física corporal (Fator 1) foi de 15,3% ($n = 49$), por danos à saúde, sexualidade e patrimônio (Fator 2) foi de 17,5% ($n = 56$) e por controle comportamental (Fator 3) foi de 22,2% ($n = 71$). A proporção de homens que foram vítimas em dois fatores foi de 9,1% ($n = 29$), enquanto a proporção dos homens vítimas nos três fatores simultaneamente foi de 5,9% ($n =$

19). Por fim, àqueles que foram vítimas em dois ou três fatores simultaneamente, o percentual foi de 15% ($n = 48$).

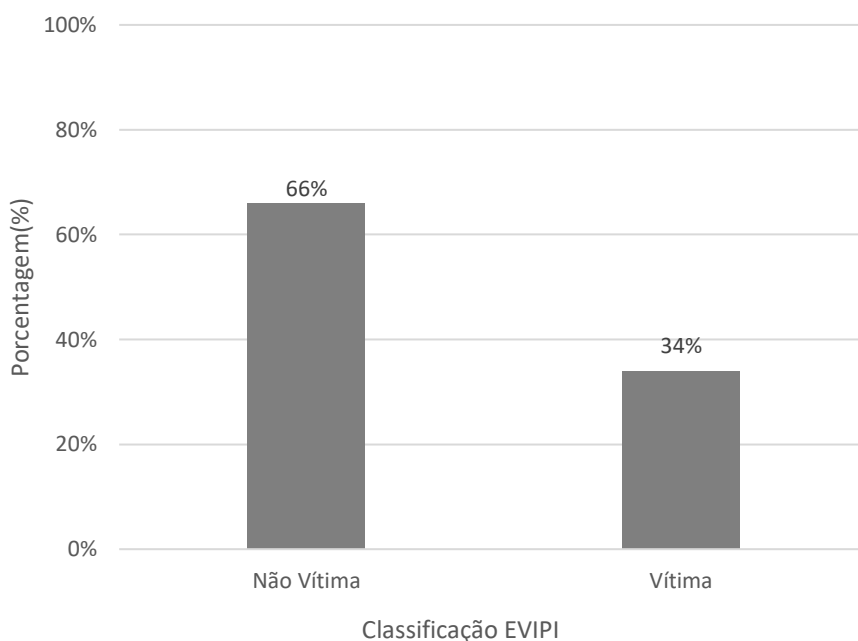


Figura 1. Proporção de homens que sofreram violência do parceiro íntimo de acordo com o questionário EVIPI ($n = 320$).

Quanto aos dados encontrados no instrumento ASSIST acerca do uso de substâncias, a maioria dos homens declarou ter feito uso de bebidas alcoólicas (86,9%) nos últimos três meses, cerca de 40% fizeram uso de derivados do tabaco e em torno de 30% usaram maconha. O consumo das demais substâncias variou de 0,9% (opióides) a 7,5% (cocaína, crack). Com base no consumo de substâncias nos últimos três meses, uma pequena parcela de homens (0,3 a 2,5%) encontrara-se na classificação de “alto risco/dependência”, ao passo que 22% daqueles que fizeram uso de derivados de tabaco ou bebidas alcoólicas e 11% dos que fizeram uso de maconha encontravam-se em risco moderado. O número de substâncias usadas nos últimos três meses, exceto álcool e tabaco, variou de um a sete, sem mais frequente o consumo de até duas drogas (22%; $n = 70$).

A Tabela 2 mostra a associação do uso de substâncias com a violência sofrida pelo (a) parceiro (a) íntimo (a). Foi observado que os homens que fazem uso de derivados do tabaco e maconha possuem maior risco de serem vítimas de violência do (a) parceiro (a) íntimo (a). Os homens que usam derivados do tabaco possuem um risco de quase três vezes maior de serem vítimas de violência do (a) parceiro (a) íntimo (a) quando comparados aos que não fazem uso

dessa substância. Já para os homens que usam maconha o risco é de 2,5 vezes maior de serem vítimas de violência do (a) parceiro (a) íntimo (a) quando comparados aos que não fazem uso dessa substância. Sob o ponto de vista prático, o tamanho do efeito observado foi de moderada magnitude. Para as demais substâncias, não foi observada relação estatisticamente significativa ($p > 0,05$).

Tabela 2

Razão de chances das variáveis categóricas para a violência do parceiro íntimo em homens

Variável	Categoria	Vítimas de		p-valor	OR	IC95%
		N	%			
Derivados do Tabaco	Não (242)	68	28,1	-	-	-
	Sim (78)	41	52,6	<0,001*	2,83	1,68 – 4,79
Bebida Alcoólica	Não (242)	77	31,8	-	-	-
	Sim (78)	32	41,0	0,14	1,49	0,88 – 2,52
Maconha	Não (278)	87	31,3	-	-	-
	Sim (42)	22	52,4	0,007*	2,41	1,25 – 4,66
Cocaína	Não (309)	103	33,3	-	-	-
	Sim (11)	6	54,5	0,14	2,40	0,72 – 8,05
Anfetaminas	Não (313)	104	33,2	-	-	-

	Sim (7)	5	71,4	0,05	5,02	0,96 – 26,3
	Não (316)	106	33,5	-	-	-
Inalantes	Sim (4)	3	75,0	0,12	5,94	0,61 – 57,8
	Não (306)	101	33,0	-	-	-
Hipnóticos	Sim (14)	8	57,1	0,11	2,71	0,91 – 8,01
	Não (309)	104	33,7	-	-	-
Alucinógenos	Sim (11)	5	45,5	0,63	1,64	0,49 – 5,51
	Não (318)	107	33,6	-	-	-
Opióides	Sim (2)	2	100,0	0,11	-	-

No que se refere aos resultados do EBADEP-A, 82.5% ($n = 264$) dos respondentes se enquadraram na categoria “Depressão mínima sem sintomatologia” que corresponde a um somatório de 0 a 59 pontos; 9.7% ($n = 31$) pontuaram entre 60 e 76 correspondendo à categoria “depressão leve”; 7.5% ($n = 24$) à “depressão moderada” pontuando entre 77 e 110; e por último, apenas um respondente 0.3% ($n = 1$) apresentou somatório entre 111 e 135, mais especificamente o valor de 116, se encontrando na categoria “depressão severa”. Por fim, no que se refere aos dados descritivos do último instrumento, o ECOGA, em função do instrumento ainda estar em etapa de construção na época da coleta dos dados, não foi possível ter escores e categorias de classificação, mas por sugestão dos autores (Falcone et al, 2016), os valores foram divididos em quartis levando-se em conta o menor e o maior valor atingido pelos respondentes, o equivalente respectivamente a 74 e 348.

Quanto às análises estatísticas, na Tabela 3 encontra-se a descrição da amostra quanto à violência entre parceiros íntimos e os níveis de ansiedade e depressão. A escala EVIPI

apresentou coeficientes de consistência interna adequada: *alpha de Cronbach* = 0,94 para o fator Injúria e violência física corporal; *alpha de Cronbach* = 0,53 para o fator Danos à saúde, sexualidade e patrimônio; *alpha de Cronbach* = 0,85 para o fator Controle comportamental; *alpha de Cronbach* = 0,94 para a escala geral. Cerca de 20% dos homens apresentaram algum nível de depressão. Para testar a associação entre depressão e a violência entre parceiros íntimos, os indivíduos classificados com depressão leve, moderada e severa foram chamados de “com depressão” e os demais como “sem depressão”. O EBADEP apresentou consistência interna excelente: *alpha de Cronbach* = 0,97. Quanto à ansiedade, o escore médio foi de 193 e o *desvio-padrão* foi de 60. O ECOGA apresentou consistência interna excelente: *alpha de Cronbach* = 0,98.

Tabela 3

Caracterização da violência entre parceiros íntimos (EVIPI) e níveis de depressão e ansiedade da amostra (n = 320)

Variáveis	Mediana (Amplitude Interquartil)	(1°Quartil; 3°Quartil) Mínimo - Máximo
EVIP_Injúria e violência física corporal	4,0 (9,0)	(1,0; 10,0) 0 – 75
EVIP_Danos à saúde, sexualidade e patrimônio	0,0 (0,0)	(0,0 ; 0,0) 0 – 10
EVIP_Control comportamental	1,0 (5,0)	(1,0 ; 16,0) 0 – 22
EVIP_Total	5,0 (15,0)	(1,0 ; 16,0) 0 – 103
	Média ± desvio-padrão	Mínimo e Máximo
Ansiedade	193,0 ± 60,0	74 – 348
Depressão	35,4 ± 25,3	0 – 116
	Classificação	N (%)
Depressão	Nenhuma	264 (82,5%)
	Leve	31 (9,7%)
	Moderada	24 (7,5%)
	Severa	1,0 (0,3%)

Na comparação entre vítimas e não vítimas, não foram observadas diferenças estatisticamente significantes na idade entre os grupos ($29,9 \pm 7,9$ vs. $30,8 \pm 9,2$, respectivamente; $t_{318} = 0,836$; $p = 0,40$; $d = 0,10$). Também não foram observadas associações entre a violência sofrida pelo parceiro íntimo e a faixa etária ($X^2 = 0,509$; $gl = 2$; $p = 0,80$), estado ($X^2 = 0,188$; $gl = 1$; $p = 0,66$), cor da pele ($X^2 = 0,030$; $gl = 1$; $p = 0,86$), religião ($X^2 = 0,891$; $gl = 1$; $p = 0,34$), orientação sexual ($X^2 = 0,067$; $gl = 1$; $p = 0,80$), escolaridade ($X^2 = 0,322$; $gl = 1$; $p = 0,57$) e renda ($X^2 = 0,072$; $gl = 1$; $p = 0,79$). Por outro lado, os homens vítimas apresentaram maiores escores de depressão quando comparados aos homens não vítimas ($44,0 \pm 26,5$ vs. $31,0 \pm 23,6$, respectivamente; $t_{318} = 4,271$; $p < 0,001$; $d = 0,52$) – Figura 2 .A. Os homens vítimas também apresentaram maiores escores de ansiedade quando comparados aos homens não vítimas ($206,0 \pm 60,0$ vs. $186,0 \pm 59,0$, respectivamente; $t_{318} = 2,949$; $p = 0,003$; $d = 0,34$) – Figura 2.B.

Figura 2

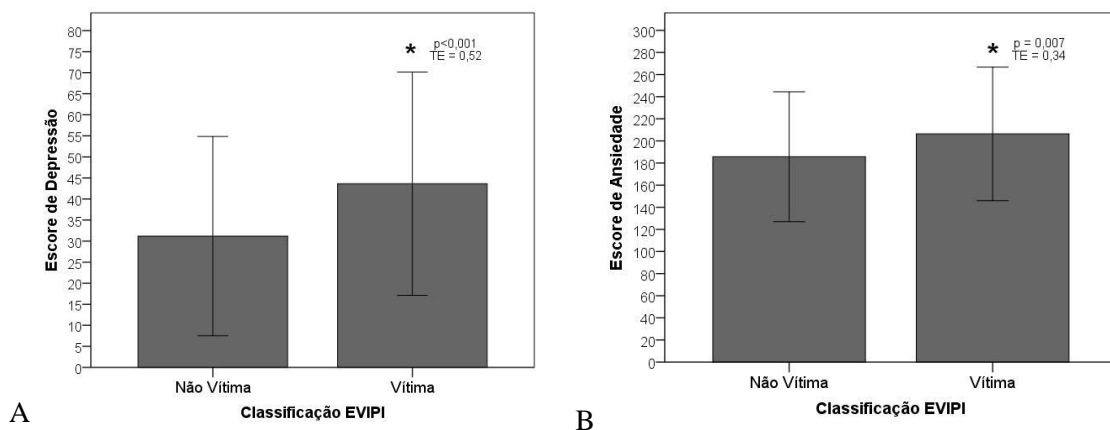


Figura 2. 2.A Depressão em homens vítimas e não vítimas de violência do parceiro íntimo ($n = 320$). 2.B Ansiedade em homens vítimas e não vítimas de violência do parceiro íntimo ($n = 320$). *diferença estatisticamente significativa, $p < 0,05$; TE = tamanho do efeito.

Discussão

Ao analisarmos os resultados, percebe-se que o estudo conseguiu atingir os objetivos no que condizia a levantar dados acerca da violência entre parceiros íntimos contra o homem e as suas relações com o abuso de substâncias, ansiedade e depressão. Primariamente, é possível observar o alto número de vítimas encontrados na amostra, representando três vezes mais o que se esperava, de acordo com o que foi apontado em outros estudos (Breiding, Black, & Ryan, 2008; Le Franc et al, 2008; Schraiber, et al, 2012). No Centro de Saúde dos Estados Unidos, Breiding, Black e Ryan (2008) encontraram um percentual de 10.7% de homens norte-

americanos vítimas da VPI através de agressões físicas. Le Franc et al (2008) em Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago encontraram taxas de 10.7%, 13.1% e 14.8% de agressões físicas contra o homem perpetrada por suas parceiras, respectivamente. E Schraiber (2012) no Brasil, em estudo transversal, com amostra de 789 homens, encontrou taxa de 14.2% onde estes sofriam e perpetravam a VPI. Percebe-se assim que este estudo aponta um percentual de vítimas da VPI maior que a literatura. É importante mencionar que a metodologia de coleta de dados pode ter propiciado o aumento deste número, já que existe a possibilidade dos homens vítimas de violência terem tido maior interesse a responder a pesquisa do que os não vítimas da VPI.

Quanto aos dados sociodemográficos, percebe-se que a maioria da amostra se encontra em torno dos 30 anos de idade, residentes no estado de Minas Gerais, com ensino superior. Tais resultados podem ser justificados em função da metodologia de coleta por conveniência – o que pode ter restringido o estudo tornando-se uma limitação do mesmo. Entretanto, outros dados sociodemográficos podem ser citados como o estado civil, mais da metade da amostra geral de respondentes declararam-se solteiros, enquanto uma parcela mínima mencionou estar em um relacionamento homoafetivo. Desmistificando alguns estereótipos sociais que relacionam a violência à renda socioeconômica, ao resultado de relacionamentos longos e às relações de gênero. Neste sentido Jong, Sadala e Tanaka (2008) afirmam que olhar a violência através do ponto de vista da saúde pública possibilita diversos caminhos de estudo sobre vários aspectos teóricos: o jurídico, o epidemiológico, o social, o psicológico, resultando desta forma em respostas multissetoriais. O que ainda aponta à necessidade de novos trabalhos que investiguem a VPI nos relacionamentos conjugais independentes das relações de gênero e/ou sociais.

Ainda no que se refere ao percentual de homens rastreados como vítimas, o estudo também apontou para o fator mais perpetrado: o controle de comportamento. Dados que corroboram com a literatura, a qual menciona a violência psicológica como a principal forma de agressão perpetrada contra o homem na VPI. Neste sentido, Dotoli e Leão (2015) apontam o predomínio das agressões psicológicas e morais contra os homens. Ainda nesta vertente, Cezario (2014) menciona um relato de um homem vítima de sua parceira íntima que declara: "(...) há 20 anos vivemos bem. Ela me humilha às vezes, mas sempre pede perdão." (Cezario, Carvalho, Lopes & Lourenço, 2015, p. 45)

Outro resultado importante obtido no estudo foi a forte presença do álcool e do abuso de substâncias apresentados pelos entrevistados. Percebe-se que mais de oitenta por cento dos respondentes declararam terem feito o uso de álcool nos últimos três meses, seguido da substância tabaco e maconha. Entretanto, após análises estatísticas, percebe-se que as

substâncias tabaco e maconha apresentaram maior correlação com a VPI do que o álcool. Resultados que se divergem da literatura, já que os estudos se têm focado mais nas relações do álcool com a violência (Carlini, Galduróz, Noto & Nappo, 2006). Contudo não foi possível apurar a causa ou apresentar uma justificativa para este dado.

Em relação aos sintomas de depressão e ansiedade, percebe-se na amostra geral de respondentes, que a grande maioria se encontra na categoria depressão mínima sem sintomatologia. Entretanto, ao dividirmos a amostra em dois grupos e compararmos os homens vítimas com os não vítimas, observa-se que os primeiros apresentam maiores escores de depressão; apontando para uma correlação entre a violência entre parceiros íntimos e sintomas depressivos. Confirmando desta forma os estudos de Adeodato, Carvalho, Siqueira e Souza (2005) e de Albuquerque, Barros e a Schraiber (2013).

Observa-se assim que a pesquisa “Violência contra o homem perpetrada por sua parceira íntima no Brasil: estudo quali/quantitativo” atingiu seu objetivo no que se refere ao levantamento de dados e à investigação de algumas hipóteses acerca da violência contra o homem e suas relações com o abuso substâncias, ansiedade e depressão. Através deste estudo, foi possível encontrar dados que confirmam a hipótese acerca da existência da violência contra o homem nos relacionamentos conjugais, sendo apontada tanto nos dados coletados na primeira etapa do estudo, quantitativa, quanto nos relatos dos entrevistados, obtidos na segunda etapa do estudo, qualitativa (não mencionada neste artigo). Além desta, a hipótese de que existem associações entre o abuso de substâncias, ansiedade e depressão com a VPI também foi confirmada. Com destaque para as substâncias tabaco e maconha e uma alta associação entre a violência conjugal e a depressão; onde foi encontrado uma probabilidade de quase três vezes maior para o desenvolvimento de depressão em homens vítimas da VPI. Quanto à ansiedade, também foram encontradas associações com a vitimização da VPI, entretanto em menor efeito e sem maiores aprofundamentos. O estudo permitiu também a confirmação da terceira hipótese, a qual afirmava que os homens vítimas da VPI possuem maiores sintomas de ansiedade e depressão se comparados aos homens não rastreados como vítimas. Contudo é importante mencionar aqui a necessidade de novos estudos de forma a aprofundar e mensurar melhor tais escores.

Por fim, como limitações deste trabalho, podemos destacar a coleta por conveniência estabelecida através de uma amostra não probabilística que resultou na impossibilidade de generalizar os dados encontrados à população brasileira em geral.

Enfatiza-se por fim, a importância da temática, da discussão e problematização da violência entre parceiros íntimos contra o homem e a necessidade de estudos probabilísticos acerca das associações entre a VPI, transtornos mentais e o abuso de substâncias.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. P., Barros, C. R. S., & Schraiber, L. B. (2013). **Violência e sofrimento mental em homens na atenção primária à saúde.** [Violence and mental suffering among men in primary health care]. *Revista de Saúde Pública*, 47(3), 531–539. doi:10.1590/S0034-8910.2013047004324
- Adeodato, V. G., Carvalho, R. D. R., Siqueira, V. R. D., & Souza, F. G. D. M. E. (2005). **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** [Quality of life and depression in women abused by their partners]. *Revista de Saúde Pública*, 39(1). doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014
- Ally, E. M., Abe, K. C., & Miraglia, S. G. E. K. (2017). **Avaliação do Impacto da Violência entre Parceiros Íntimos na Saúde Mental da População Brasileira.** [Assessment of the Impact of Intimate Partner Violence on the Mental Health of the Brazilian Population]. In: Miraglia, S. G. E. K., & Abe, K. C. (Orgs.) *Avaliação de Impacto em Saúde (AIS): coletânea de casos no Brasil*. São Paulo: Unifesp, p. 31-56.
- Baptista, M. N. (2011). **Manual técnico da Escala Baptista de Depressão em Adultos (EBADEP-A)** [Baptista Adult Depression Scale technical manual (EBADEP-A)]. São Paulo: Vetor.
- Barros, E. N., Silva, M. A., Neto, F. H. F., Lucena, S. G., Ponzio, L., & Pimentel, A. P. (2016). **Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil.** [Prevalence and factors associated with intimate partner violence among women in Recife/Pernambuco, Brazil]. *Ciência & Saúde Coletiva*; 21(2), 591-598. doi: 10.1590/1413-81232015212.10672015.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). **Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling.** *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163. doi: 10.1177/004912418101000205.

- Brasil. (2006). **Lei Federal no 11.340 (Lei Maria da Penha) [Federal Law 11,340 (Law Maria da Penha)]**. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Breiding, M. J., Black, M. C., & Ryan, G. W. (2008). **Prevalence and Risk Factors of Intimate Partner Violence in Eighteen U.S. States/Territories 2005**. *American Journal of Preventive Medicine*, 34(2), 112-118. doi: 10.1016/j.amepre.2007.10.001
- Carlini, E. A., Galduróz, J. C. E., Noto, A. R., & Nappo, S. A. (2006). **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas, Gabinete de Segurança Institucional - Presidência da República. Retrieved from: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/publicacoes/Livros/II-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotr%C3%B3picas-no-Brasil.pdf
- Ceja, N. N., Velázquez, S. M. A., Velázquez, T. L. E., & Perea, J. G. F. (2019). **Voces silenciadas: hombres que viven violencia en la relación de pareja**. [Silenced voices: men who experience violence in their relationships]. *La ventana, Revista de estudios de género*, 6(50), 136-172. Retrieved from: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000200136&lng=es&tlng=e
- Cezario, A. C. F., Carvalho, L. L.; Lopes, N. C., & Lourenço, L. M. (2015). **A violência entre parceiros íntimos sob a perspectiva de homens vítimas de suas parceiras no Brasil. [Violence between intimate partner from the perspective of male victims of their partners in Brazil]**. *Perspectivas en Psicología : Revista de Psicología y Ciencias Afines* 12(2), 41-49. Retrieved from: <https://www.redalyc.org/pdf/4835/483547667005.pdf>
- Cohen, J. (1992). **A power primer**. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155-159. doi: 10.1037//0033-2909.112.1.155
- Colossi P. M., Razera J., Haack K. R., & Falcke D. (2015). **Violência conjugal: prevalência e fatores associados**. [Intimate partner violence: prevalence and associated factors]. *Contextos Clínicos*, 8(1), 55-66. doi: 10.4013/ctc.2015.81.06

- IPEA (2021). **Atlas da Violência [Atlas of Violence]**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>
- Devji, F. (2013). **Communities of Violence**. *International Journal of Middle East Studies*, 45(4), 801-803. doi:10.1017/S0020743813000949
- Dotoli, F. S. G., & Leão, A. M. C. (2016). **Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido**. [Domestic violence against men: the offender being assaulted]. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 10(esp2), 1641–1660. doi: 10.21723/riace.v10i6.8341
- Dutton, D. G., & White, K. R. (2013). **Male Victims of Domestic Violence**. *New Male Studies: An International Journal*, 2(1), 5 – 17. Retrieved from: http://lakilakibaru.or.id/wp-content/uploads/2013/07/2013_Male-Victims-of-Domestic-Violence_New-Male-Studies.pdf
- Falcone, E. M. O., Baptista, M. N., Placido, M. G., Krieger, S., Oliveira, E. R., Falcone, J. F., & Vieira, B.F.L. (2016). **Construção e validade de conteúdo da escala cognitiva de ansiedade em adultos**. [Construction and content validity of the Anxiety Cognitive Scale in adults]. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 85-93. doi: 10.5327/Z1982-1247201600010011
- Humeniuk, R., & Poznyak, V. (2008). **ASSIST – Teste de triagem para álcool, tabaco e substâncias: guia para uso na atenção primária a saúde [Screening test for alcohol, tobacco and substances: guide for use in primary health care]**. Versão Preliminar. 1.1. São Paulo: OMS. Retrieved from: <https://pesquisa.bvsalud.org/unifesp/resources/prod-21268>
- Jong, L. C.; Sadala, M. L. A.; & Tanaka, A. C. D. (2008). **Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vitimas de violência doméstica**. [Forfeiting the denunciation of the aggressor: reports of female victims of domestic violence]. *Ver. Esc. Enferm USP*, 42(4), 744-751. doi: 10.1590/S0080-62342008000400018
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (ed.) (2002). **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization. Retrieved from: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf
- Le Franc, E., Samms-Vaughan, M., Hambleton, I., Fox, K., & Brown, D. (2008). **Interpersonal violence in three Caribbean countries: Barbados, Jamaica, and Trinidad and Tobago**. *Revista Panamericana De Salud*

Publica-Pan American Journal of Public Health, 24(6), 409-421. doi: 10.1590/S1020-49892008001200005

- Lírio, J. G. S., Gomes, N. P., Paixão, G. P. N., Pereira, A., Magalhães, J. R. F., Cruz, M. A., & Souza, A. R. (2018). **Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal** [Intrafamilial abuse in the childhood of men criminally prosecuted for domestic violence]. *Acta Paul Enferm*, 31(4), 423- 429. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201800059>
- Lourenço, L. M., & Baptista, M. N. (2017). **EVIPI: Escala de violência entre parceiros íntimos** [*Intimate partner violence scale*]. 1 ed. São Paulo: Hogrefe.
- Mota, L. A. (2013). **Uso Nocivo de Álcool e Violência Doméstica: Reflexões Sobre um Programa de Justiça Terapêutica em Fortaleza/CE**. [Use of alcohol harmful and domestic violence: reflections on a justice of therapeutic program in Fortaleza/CE]. *Revista Dat@venia*. 5(1), 99-119. doi: 10.20887/rdtv.cj.2013.v5i1p.99-119
- Olivier, J., & Bell, M. L. (2013). **Effectizes for 2X2 Contingency Tables**. *PLOS ONE*, 8(3): e58777. doi:10.1371/journal.pone.0058777.
- Organização Mundial da Saúde, & Krug, E. G. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. [World report on violence and health]. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Retrieved from: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
- Rosário, M., & Bispo, L. G. S. (2021). **As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores** [The consequences of domestic violence against women on the development of young children]. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*14(2), 46-57. doi: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v14i2.999>
- Schraiber, L. B., Barros, C. R. S., Couto, M. T., Figueiredo, W. S., & Albuquerque, F. P. (2012). **Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde**. [Men, masculinity and violence: a study in primary health care services]. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 15(4), 790-803. doi: 10.1590/S1415-790X2012000400011.
- Zimberman, M. L., & Blume, S. B. (2005). **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas**. [*Domestic violence, alcohol and substance abuse*]. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 27(suppl 2), 51-55. doi: 10.1590/S1516-44462005000600004.

CAPÍTULO 5: O BOI NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA CULTURA POPULAR E SEUS LUGARES DE MEMÓRIA

Mariane Andrea Rocha, Tatiana Cíntia da Silva, Raphaela Schiassi Hernandez e
Luana Foroni Andrade

RESUMO

O presente capítulo sugere pensar a figura do boi como parte constituinte do imaginário popular enquanto influente no processo de afetividade, a partir da investigação de sua presença em algumas modalidades das culturas populares e do diálogo com autores como Câmara Cascudo (1954; 1984), Gilberto Freyre (2013), Le Goff (2003), Pierre Nora (1993) e Stuart Hall (1997). Trata-se de um relato de experiência que surge em uma unidade curricular optativa de um Programa de Mestrado em Culturas Populares. O trabalho instiga a pensar como a construção das identidades pessoais são influenciadas pelas características e misticidade desse animal, cujo influente é a memória que, por sua vez, é cheia de atravessamentos tanto no campo afetivo quanto cultural, por isso, dar-se a enfoque, também, às múltiplas vozes dessa “aparição”.

Palavras-chave: Boi; Imaginário popular; Memória.

LUGARES DE MEMÓRIA: UMA INTRODUÇÃO

Com a mudança dos tempos, poucos ainda têm aquele velho encontro à soleira da porta ou ao redor da fogueira para falar sobre mitos e medos, mas estes ainda vivem ali no interior do Nordeste e no interior das pessoas, por isso este trabalho intenta criar, também, lugares de memória.

Aparentemente esquecidos e/ou congelados, muito da cultura e mitos ainda sobrevivem no recontar do idoso, nos aboios, nas cantigas ou nas festas regionais, além das construções dos lugares de memória a cada dose de café. O cheiro das várias recordações se emana à alma da cada um e os faz lembrar a letra da canção como o toque do aboio que afeta todas as energias do corpo individual e coletivo.

Dito isso, se enfatiza a necessidade de os mitos entrarem também, em âmbito acadêmico, uma vez que cabe ao pesquisador levar a pesquisa à comunidade e, em especial, trazê-la ao mundo da pesquisa científica uma vez que a Ciência sem a humanidade será apenas mais um concreto sem valia e sem verdade.

Por conseguinte, o artigo surgiu desse diálogo necessário e urgente entre contexto acadêmico e tecituras populares, além de ser o resultado de experimentações e afetamentos delineados a partir de uma unidade curricular que tem por título Tópicos Especiais em Arte e Cultura Popular 3. A disciplina tinha como proposta exatamente a quebra do *tabu* entre o ambiente acadêmico e o popular, logo, o foco era a percepção de como as culturas populares estão inseridas no nosso cotidiano e são relevantes na construção da memória social, das afetividades e das identidades socioculturais de um ator social, afetando seu corpo, sua subjetividade e sua cultura.

Outrossim, foi proposto que os discentes da unidade curricular percebessem em suas memórias de infância e de seus cotidianos quais elementos culturais lhes representavam e, de alguma forma, compreender como isso os faziam se sentir pertencentes em diversas categorias de arte e de cultura popular, influenciando sua subjetividade e cotidiano.

Dessa forma, se destacou alguns lugares de memória e recordação do mito do boi em canções e festejos, pois nessas afetações há um transbordar de continuidade e afeto, uma vez que há uma interferência nas relações humanas entre as gerações, conforme intentamos demonstrar no transcorrer da pesquisa.

UM BREVE HISTÓRICO DO BOI NA CULTURA POPULAR

A figura do boi nas culturas populares do Brasil, e, principalmente, no Nordeste, aparece em diferentes formas, histórias e modos de se relacionar com o povo. Desde as pegas de boi, em que o animal é capturado pelo homem e em uma relação de soberania tendo em vista a cadeia alimentar (FREYRE, 2013), em que este o apeia e prende definindo seu destino final, passando pelas manifestações e autos em que o boi é injustamente morto e seu dono busca de diversas formas trazê-lo de volta à vida (CAVALCANTI, 2006). No mais, o boi vem sendo trazido nas relações culturais como uma figura protagonista no imaginário das pessoas que vivem e das que se relacionam com essas manifestações.

Segundo Câmara Cascudo (1954), em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, a figura do boi aparece muito forte no Brasil em regiões onde a criação de gado é mais desenvolvida. A partir disso, desenvolve-se “uma literatura oral louvando o boi, suas façanhas, agilidade, força, decisão” (p.168). Essas tradições vão se unindo às vivências e ao pertencimento dos povos dentro dos contextos locais em que estão inseridos e influenciam nas suas construções identitárias e, de certo modo, também ideológicas. Sabendo que cultura também é um tipo de

herança, devemos fazer passos largos junto ao aboiar da história para melhor compreensão de como o boi foi aparecendo na realidade e como se transmutou em ser mítico.

O desenvolvimento da cultura bovina aqui no país iniciou-se fortemente dentro do ciclo da cana de açúcar em que os animais eram utilizados para o trabalho. Historicamente a relação do boi com a comunidade foi mais forte porque, é “com o homem humilde, com o trabalhador do que com o senhor de terras e de escravos; talvez por isso ele fosse olhado com simpatia entre populares” (FREYRE, 2013, p.21). É exatamente essa relação cotidiana de trabalho aliada ao temperamento, às formas de criação mais fáceis e ao retorno benéfico das capacidades de trabalho e resistência desse animal que, provavelmente, tenha feito com que ele tivesse, em comparação a outros animais, sua presença e relevância mais valorizada e perpetuada no meio rural sem, é claro, deixar de ser compreendido que isso é também um reflexo na colonização europeia em terras tupiniquins (RIBEIRO, 1995). Outrossim, as características do animal dão certa força ao homem do campo, assim como, o vassalo sentia o poder do animal e da terra para sobreviver às agruras e tiranias dos suseranos em tempos medievais.

Então, com o transcorrer do tempo, o boi acaba aparecendo não só no trabalho do campo, mas como elemento que faz a cultura reverberar entre gerações como um lugar de recordação, afinal, muitos dos que moram na cidade têm uma raiz fincada no interior e carregam em si lembranças familiares. Assim, muitos se reúnem ao redor da fogueira como uma maneira de aproximar gerações a causas do passado que não podem ser esquecidos ou renegados a um estudo de algo visto como obsoleto.

Aliás, como uma forma de resistência às décadas de silenciamento direcionado à cultura regional, assim como, em momentos particulares de nossa história, muitas manifestações culturais do meio urbano passaram a ocorrer, principalmente, no ciclo carnavalesco em que os grupos populares, geralmente de comunidades periféricas, acabam trazendo essa figura para as brincadeiras. Além disso, é bastante comum encontrar o boi em cantigas infantis, poemas e músicas que retratam as vivências do homem do campo e em artesanatos que assim como nas manifestações o boi tem a imagem colorida, com desenhos em brilho e fitas para mostrar que apesar de ser um animal, às vezes, arredio, traz consigo alegria para quem participa de seus festejos ou para quem lembra dos tempos áureos desses momentos, pois, “há locais de memória porque não há meios de memória” (NORA, 1993, p. 07).

Para além do meio relacional físico, essa convivência do homem com o boi ultrapassa e se transforma também em algo simbólico. Agora então consideremos hibridizações possíveis em dois sentidos, o primeiro de uma humanização da figura do animal, em que o homem

influencia a imagem do boi com suas características e o segundo em que o homem acaba reconhecendo em si características do animal. Como disse Cascudo (1984), essa relação por muito tempo teve a intenção de “humanizar o gado bravo, era um protesto, um documento vivo da continuidade do espírito, a perpetuidade do hábito, a obstinação da herança tradicional” (p.109).

Nas culturas populares e nas histórias de boi, a partir das vivências, os contadores e cantadores dos causos do sertão são imanados por uma identidade e por afetações que são assimiladas e incorporadas de tal forma, que a imagem desse boi, obviamente, vai além da imagem denotativa do animal que é grande e aguenta peso. Para além do animal ser forte, resistente e resiliente, criou-se uma identidade de reflexo do ser humano, noutras palavras, a grandiosidade e até mesmo o temor que o animal pode causar depende do quão excêntrico e arrogante possa ser o indivíduo, como podemos compreender no texto de Luís Jardim (1990).

Dentre várias características que envolvem o boi, conforme já dissemos, há algumas que são encontradas nas brincadeiras e folguedos conhecidos e celebrados entre os junhos e fevereiros ao redor do Brasil. Mais uma vez, acreditamos que elas possam ser também mais um fator influente para esse processo de identificação do povo com a figura que esse ser, agora mítico, possui. Para além disso:

O boi evoca a sensualidade e a impetuosidade masculina, o poder fertilizante que, ao mesmo tempo, atrai e mete medo; a energia animal que precisa ser alquimicamente transmutada em sentimento, para possibilitar o encontro de amor e o restabelecimento da condição humana plena do ser metamorfoseado. (ALCOFORADO, 2006, p.03).

Ultrapassando as fronteiras do imaginário, as histórias com boi podem então ser entendidas nas suas inúmeras versões como histórias sobre as jornadas do homem. Um exemplo disso é a busca por uma mudança de vida, como pode ser visto no enredo *Boi Aruá*, de Luís Jardim (1940) e na canção *Boi Encantado*, de Elomar (1984). No primeiro, o animal trava com o fazendeiro diversos duelos e, no desenvolver da narrativa, as personalidades do fazendeiro e do boi vão se misturando, sendo assim, a teimosia e o espírito arredio de ambos no fim se transformam em delicadeza e em espírito sem a petulância de outrora. No segundo, por sua vez, o eu lírico cantador evidencia exatamente a força e a imponência do boi e, desse modo, não é qualquer vaqueiro que pode pegá-lo.

Outro exemplo é a manifestação cultural dos autos de bumba meu boi e boi bumbá do Norte e Nordeste em que tudo se desenrola a partir da crítica social das condições em que os escravizados viviam e eram subjugados pelos seus senhores. No mais, essas relações de poder

em que viviam e a figura do boi – seja lá qual for a nomeação dada ao animal – acabam sendo o resultado desses desejos das classes subalternizadas em se libertarem dessa opressão. Como evidenciado por FREYRE (2013, p. 99), o motivo que leva o boi ter sido adotado pelos escravizados como figura de suas manifestações e não o cavalo – que também era um animal comum naquele meio – é que, para além da convivência, a figura do cavalo era considerada como “maricas do seu senhor”, ou seja, se o cavalo ali fosse tomado como símbolo seria uma confirmação de que aceitavam a condição de subjugados e, em outros momentos históricos pós abolição, como se consentissem a ser subalternizados pelos novos senhores de escravos, os donos de engenho e de usina.

Figura 1 – Casa dos Carneiros, moradia e *locus* de produção de Elomar



FONTE: Tatiana Silva, 2020.

As próprias formas dos bois brincarem e serem representados em desenhos, figuras, bonecos, alegorias representa muito isso. O boi, que é ilustrado como um animal feroz, às vezes, com olhos que lembram os dos humanos, nas brincadeiras a atitude de “dar carreira” nas pessoas, chifres de tamanho exagerado, rodopios mais violentos, são também características que ilustram essas formas de busca da liberdade do homem através da figura do boi nas manifestações culturais por eles criadas (FREYRE, 2013, p.22).

As manifestações ganham vestuários singulares em cada região, assim como os festejos aparecem de forma diversificada, além de o boi ser renomeado conforme seu novo contexto, a

citar: Boi-Calemba ou Bumba (Recife); Boi-Surubim ou Boi-Zubi (Bahia); Boi-Janeiro ou Boi-Estrela-do-Mar (Minas Gerais); Boi de Reis (Maranhão, Pará, Amazonas) e tantos outros nomes². Tais terminologias são notadas tanto nas palavras de Guerreiro (2007) quanto nas de Cascudo (1954).

Figura 2 – Boi-bumbá encantado



FONTE: Mariane Rocha, 2021.

Podemos acabar associando ~~isso~~ as aparições, e peculiaridades do boi com as formas do homem tanto em outras épocas quanto hoje em pensar suas vivências com seu corpo-território, como diria Haesbaert (2020), ou seja, sem a dissociação das brincadeiras e histórias com a luta

² Guerreiro (2007) cita várias vozes no Brasil que fizeram e/ou fazem narrativas, cantos, cordéis, romances e pesquisas envoltos ao mito do boi, a citar: Celso Magalhães, Silvio Romero, Câmara Cascudo, Leandro Gomes de Barros, Theó Brandão e Rodrigues de Carvalho.

e a resistência do ser, do existir, do construir identidades e “celebrações móveis”, conforme endossa Stuart Hall (1997).

Lembremo-nos, pois, que ao vermos, participarmos ou, principalmente, identificarmos com alguma manifestação relacionada ao boi (podendo acontecer em outras, mas trazemos o boi por ser a temática desta pesquisa), ela pode, de alguma forma, ser influente nos elementos que agem sobre o cotidiano e reverbera mais uma vez nessa busca do ser. Tudo isso celebrenemente conduzido pelas memórias que carregamos ao longo da vida e criando no sujeito “um espaço em que ‘tudo vive’”, onde tudo que configura este mundo está integrado” (HAESBAERT, 2020, p. 85), logo, tende a proporcionar um corpo-vivência cultural.

Isso nos remete à teia de significado de Geertz (1978), em que o homem que a produz acaba nela emaranhado, porém, podemos pontuar que o homem não se relaciona apenas com o que ele produz, mas com o que o outro também cria. Esse movimento acaba sendo validado nas inúmeras identificações com as variadas histórias de boi contadas e recontadas pelo país que, de uma forma ou de outra, mesmo sem muitas vezes o sujeito tê-las vivenciado, acaba se reconhecendo e tomando para si significados. Significados estes que vêm através dos símbolos, como tradição, dimensão social e ideológica; via índices, como prova de uma realidade e de aproximação com o objeto representado; e, ainda possuem o caráter testemunhal, sensorial e emotivo dos ícones, tudo isso elevado pelo imaginário mítico produzido pelas culturas populares.

Talvez essa miscelânea seja uma das chaves que influenciam na continuidade e no acolhimento popular de muitas manifestações culturais que levam a figura do boi como personagem central de suas brincadeiras. Esse processo de identificação e afetação existe e reverbera para além dos mestres e mestras que os criaram e os fazem acontecer, levando-nos a considerar que o fato dos mesmos se reconhecerem de alguma forma naquelas narrativas acabam influenciando as realidades, vivências e cotidiano no seu território e em suas comunidades.

Além do conhecimento de enredos que poderiam não fazer parte dos pertencimentos das novas gerações, há as trocas interpessoais nas brincadeiras de boi, que acabam não sendo apenas “lazer”, afinal carregam lições e verdades profundas sobre luta, robustez e modos de existência, pois são erguidas especificidades de cada manifestação e das formas como elas são realizadas.

Sendo assim, são momentos também de crítica social, resistência cultural e posicionamento político, tudo feito dentro das lógicas de uma contracultura que subverte os

paradigmas hegemônicos de poder e dominação social, onde o jogo é realizar a brincadeira que, por sinal é muito séria.

Por fim, não importa em que momento essas imagens e relações com a figura do boi apareçam, de alguma forma elas acabam marcando a vida e a memória de quem com esse animal mítico se encontra, seja ele de verdade ou de pano, o boi é sempre uma figura que, com sua presença, traz afetamentos para a vida das pessoas e do meio em que está inserido.

O BOI E ALGUNS LUGARES DE MEMÓRIA

Os lugares de memória são sempre atuais e vivos. Cada pessoa acaba por criar laços únicos com determinado elemento, ou melhor, com certa lembrança e, afetivamente, liga-se a um dado elemento.

O objetivo neste relato é exatamente mostrar como esse processo ocorre com a imagem do boi na nossa cultura. Nosso propósito não é apenas aprofundar uma representação, mas evidenciar algumas possibilidades no intento de perceber que não há unicidade, mas pluralidades de afetação.

A depender do local de pertencimento, teremos várias nomenclaturas como, por exemplo, Garantido, Aruá, Mamão, Maracanã, de Reis, Pindaré, Bumbá dentre outros. Muitos já cantaram e contaram enredos que tratam do boi, mas notadamente tudo começou com a contação de histórias pelos anciões.

As histórias de um boi ardiloso em verso ou prosa se espalham pelas comunidades e pelas gerações, pois nossos lugares de memória nos trazem vontades de continuidade, mesmo que isso seja, às vezes, ilusório. A continuidade é dada de forma metafórica e simbólica pelas mãos enrugadas da avó ou pelas narrativas contadas por ela de que há um boi que fica enorme pelo reflexo da arrogância humana, assim como, um certo fazendeiro que se esquecia de que:

Fazendeiro, fazendeiro!
Deus primeiro
O boi em segundo
E tu por derradeiro
(JARDIM, 1988, p. 25).

Notadamente, o texto de Jardim nos evidencia a religiosidade mais evidente no interior e como nesse ambiente o boi não é simplesmente um animal que aguenta peso. Além disso, lembremo-nos que a narrativa desse boi encantado é passada por uma narradora que tem o

conhecimento de tudo, pois a senhora que ocupa o papel de narradora e personagem, Sá Dondom, tem a sabedoria da vivência, ou melhor, da experiência, não há o conhecimento acadêmico, mas há algo muito mais importante que é a sapiência de quem pisa naquele chão e faz parte de uma construção mnemônica do lugar. A voz da vivência da senhora iletrada, mas que é cheia de letras de memória, acaba por ser a ponte entre o passado em lembrança, o presente como ouvinte e, quem sabe, o futuro como o porvir de novas vivências e/ou reafirmações de outrora. A senhora que traz as memórias é, portanto, o que Le Goff chama de “homem-de-memória”, pois:

Os homens-memória, na ocorrência narradores, não desempenham o mesmo papel que os mestres-escolas (e a escola não aparece senão com a escrita). Não se desenvolve em torno deles uma aprendizagem mecânica automática. (LE GOFF, 2003, 429).

O aparecimento do boi mítico viveu e vive em várias civilizações e em vários lugares de memória para além dos “mestres-escolas” e em contextos rotineiros de muita gente simples. Aliás, a construção de um boi misterioso ou de um touro mítico, como afirmara Cascudo (1954) apareceu já nas antigas civilizações, pois fazia parte da tradição, dos cultos agrários e, em especial, das lendas e dos hinos, o mesmo ainda destaca os seguintes povos: hindus, germânicos, eslavos, celtas, gregos, egípcios entre outros.

No entanto, nosso foco é o *boi mitrioso* do sertão nordestino, que carrega com ele a lenda do vaqueiro herói ou do arrogante e que precisa do boi para perceber suas falhas. Para pensar nesse vaqueiro herói, salientamos as cantigas de Elomar, em especial “Boi Aruá” e, sobre isso, lembremo-nos da assertiva de Simone Guerreiro:

O romance do boi encantado é uma narrativa popular do sertão brasileiro com marcas do imaginário medieval heroico e guerreiro presente nos antigos romances de cavalaria. Trata-se de um relato fantástico sobre um boi indomável, que não deixa ferrar, cuja tradição tem início nas áreas rurais do Brasil, mais precisamente, no período do ciclo de gado entre fins do século XVIII e início do século XIX. O tema é retomado pelo compositor baiano Elomar Figueira Mello, especialmente na Cantiga de Boi Encantado e duas cenas da ópera *O Retirante* apresentadas, em 1998, no concerto *Cenas Brasileiras* e publicadas no Livro do Concerto. As imagens míticas e insólitas relacionadas à figura do boi encantado constituem uma trama a ser lida no sentido de compor um quadro representativo da diversidade da cultura brasileira [...] (GUERREIRO, 2008, p. 36).

Notemos, pois, que é esse ambiente insólito junto à diversidade cultural e às representações psíquicas acabam a forjar em nossa memória elementos fora da verossimilhança, mas com a finalidade de compreender, muitas vezes, as máscaras sociais, afinal,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 423).

Se a memória pode fazer perdurar certos conhecimentos, também pode deixar escapar outros, ou seja, criar o mito do boi é, também, uma construção e uma eterna atualização das impressões individuais e coletivas funcionando, inclusive, como válvula neurológica e psíquica para os que vivenciam a cultura da imagem de um boi sobrenatural como se sociedade e indivíduo, em ação recíproca, afetassem-se como parte de uma coletividade e como sujeito.

Assim como os causos contados pelos mais velhos, as canções são dispositivos de memórias e ternuras. Aqui fazemos alusão à cantiga do compositor baiano, Elomar, que mesmo em verso narra uma espécie de périplo cheio de indagações e de desejo de domar um boi arredio, mas, somado a isso, demonstra muito medo do ser lendário e assustador criado pelo imaginário popular, afinal, ser físico e denotativo se mistura ao ilusório e figurado das demandas erigidas social e culturalmente, como notamos no fragmento que segue:

Êêê... boi encantado e aruá
Ê boi, quem haverá de pegá
Eu vim de longe, bem prá lá daquela serra
Qui fica adonde as vista num pode alcançar
Ricumendado dos vaquêro de mia terra
Pra nessas banda eles nós representá
Alas qui viemo in dois eu e mais ventania
o mais famado dos cavalo do lugá
Meu sabaruno rei do largo e do grotão
Vê si num isquece da promessa qui nós feiz
Naquela quadra de terra laço e moirão
Na luz da tarde os olhos dela e meu cantá
A mais bunita de brumado ao pancadão
Juremo a ela viu pegá boi aruá
(MELLO, in *Porteira Oficial de Elomar*, 2010)

Elomar colhe, desse modo, as representações de anônimos que se tornam heróis por pear um boi bravo, mas que, geralmente, são subalternizados pela vassalagem imposta pelos donos de fazenda em um hibridismo entre medievalismo e o sertão arcaico. Sendo assim, de certo modo, o que o compositor faz é o que Câmara Cascudo chama de “armorial da memória sertaneja”³, pois é nela que ficam:

³ O termo “armorial da memória sertaneja” é uma expressão do próprio Câmara Cascudo.

os maiores motivos no ciclo do gado e no ciclo heroico dos cangaceiros. O primeiro compreende as “gestas” dos bois que se perderam anos e anos nas serras e capoeirões e lograram escapar aos golpes dos vaqueiros. A notícia de um animal arisco, veloz, fugindo aos melhores vaqueiros, corre de fazenda em fazenda e é comentada nas “apartações”. A lenda vai aparecendo. Um dia o dono do animal resolve mandar “dar campo”, custe o que custar, ao boi rebelde. Juntam-se vaqueiros, prepara-se comida para todos, saem para o mato. Desta ou doutra vez, o boi é derrubado, trazido, com máscara ou peado, para a humildade no curral. Incapaz de submeter-se à vida comum dos outros, abatem-no. Um cantador forja os versos. É o boi Surubim, o boi Barroso, o boi de Mão de Pau, o boi Espaço, a vaca do Burel, a “besta” da serra de Joana Gomes [...] (CASCUDO, 1984, p.19).

Figura 3 – Boi Aruá de Luís Jardim



FONTE: Tatiana Silva, 2021.

É exatamente pelos versos⁴ do cantador que se “contempla” a natureza do sertão nordestino. O armorial sertanejo é feito de muita poesia, couraça, gibão, lances de coragem e valentia de uns vaqueiros e de arrogância e/ou medo de outros; além do boi, outros animais também recebem distinções, como bodes, onças, veados e tantos outros, mas que não nos

⁴ Nas palavras de Cascudo: “Os mais antigos versos são justamente aqueles que descrevem cenas e episódios da pecuária. Os dramas ou as farsas da viviam na fabulação roufenha dos cantadores” (1984, p.115).

debruçaremos sobre essas outras metamorfoses entre o real e o fantástico em nosso objeto de pesquisa.

Como já dissemos, o mito do boi encantado faz parte do imaginário nordestino e das identidades construídas desde os primórdios e é um elemento forte pelas vivências, memórias e repetições. Temos desde cantigas populares como o “Boi, boi, boi / Boi da cara preta / Pega este menino / Que tem medo de careta” a expressões variadas que se enraizaram no cotidiano, tais como: “vá amolar o boi”, “isso é conversa pra boi dormir”, “fulano peou o boi” etc. Isso sem falar que há várias regiões que vivem e/ou viveram da pecuária e que criaram festejos, rituais e manifestações em associação ao boi, como mencionamos na seção anterior, a citar o Bumba Meu Boi⁵.

Por fim, devemos ressaltar que a imagem do boi não é elemento apenas das cantigas, dos enredos infantis e/ou mesmo dos ditados populares. Na Literatura clássica também temos várias representações. Em José de Alencar, principal nome da prosa romântica, temos um romance regionalista chamado *O Sertanejo*⁶ e nele o escritor dedicou um capítulo completo para se voltar às características do Boi Dourado. No Pré-modernismo, temos em Euclides da Cunha um grande pesquisador dos aspectos regionais e, em *Os Sertões*⁷, fez vários fragmentos destacando o estouro da boiada, assim como, o ritmo da narrativa, às vezes, tinha o ritmo dos passos do animal. Já no Modernismo, como não citar Guimarães Rosa? Grande representante da prosa super-regionalista, ele escreveu vários contos em que o boi se sobressaia como protagonista ou, ao menos, fez parte das memórias de protagonistas e personagens secundários, como em “O Burrinho Pedrês” e “Conversa de Bois”, ambos contos de *Sagarana*⁸; “Uma Estória de Amor – Festa de Manuelzão”, em *Corpo de Baile* e “Os três homens e o boi dos três homens que inventaram um boi”, publicado em *Tutaméia*⁹.

⁵ Folguedo popular que gira em torno de morte e ressurreição do boi e Cascudo citando Renato Almeida subscrive que o Bumba Meu Boi é “o folguedo brasileiro de maior significação estética e social” (1954, p. 136).

⁶ O enredo lançado em 1875 se passa no Ceará e tem como foco um homem simples em seu cotidiano com a lida no campo.

⁷ Obra emblemática do Pré-modernismo publicada em 1902 e que trata da Guerra de Canudos.

⁸ Primeira obra do autor e cheia de contos que tratam de vaqueiros e bois, o livro foi lançado em 1946.

⁹ Livro de 1967, um pouco antes da morte do autor, reúne 40 contos, também chamado de *Terceiras Estórias*. Curiosamente, não há o conhecimento de *Segundas Estórias*.

Figura 4 – Bumba Meu Boi em desenho



FONTE: Mariane Rocha, 2021

Na poesia, dentre vários, poderíamos citar Manuel Bandeira e Carlos Drummond respectivamente com *Boi Morto*¹⁰, que fala de um boi que ninguém sabe de que matéria foi feita; e, *O Boi*¹¹ e *Episódio*¹², entrelaçados entre o urbano e rural, além de um alcance espaço-temporal ilimitado, semelhante ao que ocorre nos textos de Elomar Figueira Mello e Luís Jardim. Vejamos o poema *O Boi*:

Ó solidão do boi no campo,
ó solidão do homem na rua!
Entre carros, trens, telefones,
Entre gritos, o ermo profundo.

Ó solidão do boi no campo,
Ó milhões sofrendo sem praga!
Se há noite ou sol, é indiferente,
A escuridão rompe com o dia.

Ó solidão do boi no campo,
Homens torcendo-se calados!
A cidade é inexplicável
E as casas não têm sentido algum.

Ó solidão do boi no campo!

¹⁰ *Boi morto* abre *Opus 10*, o penúltimo livro de poesias de Manuel Bandeira, publicado em 1952.

¹¹ O poema *Episódio* foi publicado no volume *A Rosa do Povo*.

¹² O poema aparece na obra *10 Livros de poesia* da Editora José Olympio e nela o poeta faz menção à solidão do boi e do homem; porém, enquanto o primeiro está totalmente só no campo, integrado apenas à sua raiz: à natureza; o segundo, está só "entre carros, trens, telefones, / entre gritos, o ermo profundo", como se o homem estivesse despersonalizado.

O navio-fantasma passa
Em silêncio na rua cheia.
Se uma tempestade de amor caísse!
As mãos unidas, a vida salva...
Mas o tempo é firme. O boi é só.
No campo imenso a torre de petróleo.
(JARDIM, 1967, p. 122).

Temos no poema ora citado, uma espécie de epifania em um momento de compreensão do ambiente que o cerca e de si mesmo, ou seja, a imagem do boi deixa de ser o que já mencionamos, para ter um caráter mais introspectivo e, de certo modo, filosófico, pois o eu lírico mostra um animal em estado de autoconhecimento em meio à sua própria solidão. O animal aqui personificado serve, para além dos contornos estereotipados, como um transbordar alegórico de quem somos e como nos sentimos naqueles momentos mais silenciados do viver humano.

Sendo assim, podemos ratificar a necessidade de análise das várias facetas do boi, seja ela em âmbito realista ou figurado, já que além de uma evidência socioeconômica, também nos voltamos para uma representatividade introspectiva do ser, de suas relações tanto com o urbano quanto com o rural e, inclusive, com nossas ancestralidades.

Afinal, há subjetividades que nos cercam enquanto pesquisadoras nordestinas que se imbricam para além do mundo da pesquisa, pois são memórias míticas de nossos avós ao redor da fogueira contando as suas vivências com bois ora verossímeis ora criados no calor do momento da narrativa ou pelo poder da contação de histórias, assim como, os antigos faziam antes mesmo da escrita.

A força, as características e potência do animal acabam reverberando em nossos corpos como força, luta no corpo e no cotidiano e na necessidade de ressignificação da vida na qual somos colocados a todo momento. Por fim, o animal continua aparecendo e sendo essa figura simbólica que aparece nas culturas populares, nas celebrações, festas e brincadeiras trazendo o pertencimento a cultura e trazendo as memórias de momentos de alegria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do boi no imaginário do Brasil, como vimos, ultrapassa o espaço pecuário, mesmo que dessas relações fortes empregadas da construção do país tenhamos um maior enraizamento, uma vez que foi que a figura do boi que acabou por ser inserida e identificada nas culturas populares desenvolvidas no Nordeste.

Balizados por memória e afetividade, o povo se constrói a partir das influências dos elementos da cultura que convivem, que vivem e interagem ao longo de suas vidas. Isso nada mais é do que uma prática de como a cultura opera atravessando o cotidiano e as vivências do povo que, junto ao boi, fundem-se e se constituem sob a forma de celebrações, resistências e luta externas e internas.

Conclui-se que elementos das culturas populares tangíveis (o boi enquanto animal, boneco, artesanato etc.) e intangíveis (as histórias orais, a literatura, as lendas contos entre outros) são notáveis na construção da identidade regional, mas principalmente como quisemos evidenciar neste trabalho nas construções das identidades pessoais que se relacionam e se identificam com essas referências da forma mais presentificada e sensível que uma pessoa pode ter em sua individualidade ou em vivências com grupo.

REFERÊNCIAS:

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Representação do ciclo do Boi nos romances tradicionais. **Boitata**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1191.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Ministério da educação e cultura, Inst. Nacional do livro, 1954. Disponível em: < [Dicionário do folclore brasileiro : Luís da Câmara Cascudo : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#) >. Acesso em: 13 jul. 2021.

_____. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/458271862/Vaqueiros-e-Cantadores-by-Luis-da-Camara-Cascudo-z-lib-org> >. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Tema e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi. *Mana*, v. 12, p. 69-104, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/mana/a/7jHfJTyDPJYPYKQtccMbDJMR/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 15 jul. 2021.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain, **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2013. Disponível em: < <https://grudars.files.wordpress.com/2019/02/nordeste-gilberto-freyre.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2021.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Disponível em: <
https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GUERREIRO, Simone. *Tramas do sagrado: a poética do sertão de Elomar*. Salvador: Vento Leste, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais*. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos tribunais LTDA, 1990. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000. 102 p. 1997. Disponível em: <
https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

JARDIM, Luís. *O Boi Aruá*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 419-476. Disponível em: <
<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MELLO, Elomar Figueira. *Porteira Oficial de Elomar*. Disponível no endereço eletrônico: < www.elomar.com.br > Acesso em: 15 nov. 2010.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Proj. História*, São Paulo, 1993. pp. 07-28. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <<
https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/561583/mod_resource/content/1/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Tatiana Cíntia da. *O Sertão Encantado pelo Aedo Elomar: Metáforas da Saudade*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014. Disponível em: <
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11216/2/TATIANA_CINTIA_SILVA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAPÍTULO 6: INTERCULTURALIDADE E JUSTIÇA 100% DIGITAL: COMO ESSA INOVAÇÃO TEM TRANSFORMADO A CULTURA FORENSE

Klever Paulo Leal Filpo¹³

Mirel Legrá Fleitas¹⁴

Vinícius Santos Amaral¹⁵

Bernardo Santos Amaral¹⁶

Julia Toneli Lorette Cunha¹⁷

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir com esta coletânea enfocando e problematizando uma política pública judiciária específica, implantada há poucos anos no Brasil, que consiste na informatização dos processos judiciais. O trabalho retoma e dá continuidade a pesquisas¹⁸ e reflexões que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Empírica sobre Administração de Conflitos – GIPAC, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis, as quais já resultaram em diversificados produtos¹⁹.

A política pública aqui considerada é levada a efeito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), implicando na conversão dos processos judiciais físicos (de papel) em eletrônicos. Ela atingiu o seu ápice com o Projeto Juízo 100% Digital, de que trata a Resolução 345/2020 desse Conselho²⁰. Atualmente, no Brasil, os jurisdicionados têm acesso aos profissionais do direito e aos espaços forenses, inclusive às salas de audiência e sessões de julgamento, sobretudo de

¹³ Doutor em Direito. Jovem Cientista do Nosso Estado – FAPERJ. Professor do programa de pós-graduação em Direito da UCP e da graduação em Direito da UFRRJ.

¹⁴ Doutora em Sociologia e Direito. Bolsista de Pós-doutorado Júnior no PPGD/UCP, com bolsa proveniente da Chamada n. 24/2022 FAPERJ/CNPq – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil.

¹⁵ Mestrando em Direito no PPGD/UCP. Bolsista de Mestrado da FAPERJ. Advogado.

¹⁶ Graduando em Direito na UCP. Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ.

¹⁷ Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Empírica sobre Administração de Conflitos – GIPAC/CNPq-UCP.

¹⁸ A pesquisa conta com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹ Conferir: ALMEIDA, M; PINTO, Adriano; FILPO, Klever. *Consensualidade na justiça 100% digital: problemas e perspectivas*. Publicado na Revista Conhecimento e Diversidade em 2022.

²⁰ Conferir em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3512>. Acesso em 23 abr. 2023.

modo virtual, utilizando seus *tablets* e *smartphones*. Isso, não raro, gera situações exóticas, algumas das quais serão retratadas neste *paper*.

A questão central sobre a qual pretendemos nos debruçar neste artigo consiste em iniciar reflexões sobre os impactos que um processo integralmente digital tem gerado na forma como as pessoas agem e interagem com os profissionais do direito e se comportam no ambiente forense. Segundo Harris (1969), “nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança de ambiente resulta numa mudança do comportamento”.

Com efeito, o desenvolvimento da tecnologia móvel e as redes sociais têm transformado a cultura da comunicação e das interações sociais, fazendo com que as pessoas estejam conectadas constantemente, independentemente da distância física. Essa transformação também toca, hoje, as atividades forenses e correlatas. Por isso o fórum, prédio onde são reunidas e desenvolvidas as atividades judiciárias, antes identificado como sisudo e excessivamente solene²¹, ao menos em sua dimensão virtual tem sido objeto de transformações, em muito influenciadas pela inserção de novas tecnologias.

A conexão entre esta proposta e a presente coletânea se faz possível a partir da percepção de que interculturalidade é expressão que remete à confrontação e entrelaçamentos, porque se trata de grupos entrando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de negociação, conflito e empréstimo recíproco, sendo necessário levar em conta e respeitar as disparidades (CANCLINI, 2004).

Interculturalidade é, assim, furto da desestabilização da ordem posta, em diversas vertentes, geradas pela interdependência que a globalização suscita (CANCLINI, 2004), não podendo ser desconsiderada a influência das novas tecnologias de informação nesse contexto, quando os ambientes de convívio social – no caso, o espaço forense – são tensionados, levando os atores a se adaptarem e moldarem seus comportamentos às novas realidades que se apresentam.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO

Políticas públicas são decisões políticas tomadas por determinado setor público, a fim de concretizar um objetivo comum a todos. Em conceito mais aprofundado, Schmidt

²¹ Segundo o léxico: que se celebra com pompa e magnificência em cerimônias públicas: um recebimento solene. Acompanhado de fórmulas ou formalidades ditadas pela lei ou costume: juramento solene. Magnífico; pomposo, sério.

(2019) propõe o seguinte: “política pública é um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, intencionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político” (SCHMIDT, 2019). No caso deste artigo, o problema político que o Poder Judiciário buscou resolver por meio da política aqui considerada foi a necessidade de ampliar o acesso à justiça e tornar mais efetiva a atuação do Poder Judiciário.

Ressalta-se a diferenciação entre políticas públicas de governo e de Estado, tendo em vista que as de Estado tendem a ser praticadas com maior afinco e por tempo prolongado, pois, independentemente de governo e concepções ideológicas, elas se mantêm entranhadas no aparato estatal, visto terem ampla legitimação (SPENGLER, 2019). Diferentemente das “políticas de governo que, em regra, tendem a ser provisórias, as políticas de Estado são duradoras” (SCHMIDT, 2018).

Paralelamente, os esforços realizados por intermédio de políticas públicas devem atender não apenas a um grupo específico, mas sim a coletividade como um todo. Exceção a esta regra vislumbra-se nas chamadas “ações afirmativas”, as quais possuem o objetivo de promover espécie de equidade social. Ou, como prefere definir Nery Junior (1999), “dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

A eficiência de uma determinada política pública pode ser aferida mediante a aprovação da população e sua implementação na concretização de um fornecimento de serviços e bens públicos que se adequem a um determinado tipo de sociedade. Para a sua implementação, serão necessários “recursos humanos, treinamento adequado e estrutura, que devem ser investidos por parte da administração pública” (SPENGLER, 2019).

No senso comum, segundo Watanabe (2019), as políticas públicas são inteiramente realizadas pelos Poderes Legislativo e Executivo. No cenário federal, no Brasil, isso corresponde ao Congresso Nacional e à Presidência da República. Contudo, o Poder Judiciário também vem protagonizando, no Brasil, a promoção das referidas políticas, por exemplo, com enfoque nos métodos autocompositivos de conflitos, como a mediação e a conciliação, isto é “métodos para dar tratamento mais adequado aos conflitos de interesses que ocorrem na sociedade. A redução dos processos será uma resultante necessária do êxito de sua adoção, mas não seu escopo primordial²²” (WATANABE, 2019).

²² É algo que também pode suscitar reflexões quando se faz uma comparação com o modelo da Argentina, onde a mediação é assunto do Poder Executivo (cf. BAPTISTA *et al*, 2017), não se tratando de uma Política Judiciária.

Nesse passo, em algum momento o CNJ percebeu que uma grande parte da população brasileira está conectada e poderia ter acesso aos serviços judiciários por meio da internet. No período da pandemia, essa saída permitiu que esses serviços não perdessem continuidade enquanto era necessário manter as medidas de afastamento do convívio social.

Segundo Santaella (2010), além da cultura digital e da cibercultura, vivenciamos atualmente a cultura da mobilidade, que se desenvolveu com o constante uso das tecnologias móveis conectadas em redes do tipo *Wi-fi e similares*. Tecnologias tais como: *tablets, smartphones, netbooks* e demais dispositivos cabem na palma da mão e podem ser carregados para qualquer lugar, criando redes móveis de pessoas e tecnologias nômades localizadas em diferentes espaços geográficos do planeta (LUCENA, 2016). Esta mistura de espaços físicos e ciberespaço cria o que **Santaella** (2010) chamou de "espaços intersticiais" potencializados pelo uso dos dispositivos móveis conectados em redes. A autora destaca o fato de que com as mídias móveis ocorre uma convergência de lugar, espaço e mobilidade, elementos que não podem mais ser pensados separadamente.

Logo, a política pública de informatização dos processos se valeu dessa nova realidade para buscar oferecer os serviços judiciários de forma ampliada à população, ao menos com a promessa de reduzir distâncias e o tempo de duração dos processos, com potencial para levar a justiça estatal a todos os lugares, desde que haja sinal de internet disponível.

O MOVIMENTO DE INFORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

O chamado Processo Eletrônico é uma realidade já bastante conhecida para os juristas, no Brasil, há quase 15 anos, quando do surgimento da lei 11.419/2006, que disciplinou a informatização do processo judicial, um importante marco legislativo nesse campo (ALMEIDA FILHO, 2014). Essa tendência foi sendo ampliada gradualmente com iniciativas no campo legislativo, como o próprio advento do Código de Processo Civil em vigor, que apresenta indicativos para a prática de atos processuais por meios eletrônicos (como as citações, intimações e até mesmo a realização de audiências), alcançando a implantação e aumento exponencial de sistemas de inteligência artificial para auxiliar o gerenciamento e o emprego de precedentes nos processos. Sobre tais inovações, conferir Salomão (2022).

A crise provocada pela pandemia do Covid-19 exigiu a adoção do distanciamento social como medida necessária para coibir a disseminação da doença. Isso potencializou o emprego da tecnologia, acelerando ainda mais essa tendência. Com isso, até as audiências e sessões de julgamentos dos tribunais realizadas de forma virtual ganharam espaço, diante da necessidade

de se promover a continuidade da prestação jurisdicional. Nesta perspectiva, foi editada a Lei nº 13.994/2020, alterando os artigos 22 e 23 da Lei 9.099/1995, para autorizar a realização de audiências de conciliação de forma não presencial, utilizando recursos tecnológicos no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais de causas cíveis.

É importante registrar que essa representou um importante “virada de chaves” posto que, no Brasil, sempre prevaleceu o entendimento de que é direito do jurisdicionado ter um encontro presencial, real, com o órgão do Poder Judiciário – em outros termos, o juiz – a quem compete o julgamento da causa. Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) de 1969, cuja Carta de Adesão do Brasil foi depositada em 1992, Decreto nº 678/1992:

Art. 8.1: Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qual quer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza (Pacto de San José da Costa Rica, 1969).

Essa antiga tradição, contudo, cedeu ante à dura realidade imposta pela pandemia. Muitos juízes passaram a adotar, como prática corrente, a não designação de audiências, evitando, de um lado, qualquer possibilidade de contato físico com outras pessoas, e, de outro lado, impor a participação a pessoas sem acesso à internet. Por outro lado, as interações presenciais cederam espaço às interações eletrônicas, virtuais. Isso trouxe consequências para o dia a dia forense.

Por exemplo, sabe-se que a conciliação representa um dos vetores mais importantes dos Juizados Especiais (Cf. FILPO, 2019) capaz de proporcionar maior celeridade e satisfação na solução das controvérsias, pois busca resgatar o diálogo entre as partes e celebrar um acordo, logo ao início do processo. Seria um momento de encontro pessoal e de conversa entre as partes, para tentarem construir uma solução dialogada para a disputa, antes de passar-se ao exame judicial do caso, propriamente dito, isto é, antes do processo seguir para as mãos do magistrado. Há quem diga que o uso de tecnologias aproximou as pessoas e favoreceu o diálogo. Há quem afirme o contrário. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Por sinal, as normas que colocam as partes em uma interação mediada por tecnologias, têm sido questionadas em sua constitucionalidade. Especialmente por conta da ampla exclusão digital (SORJ; GUEDES, 2005) e até mesmo desconfiança de grande parcela da sociedade na utilização das ferramentas eletrônicas, podendo essa sujeição gerar arbitrariedades incompatíveis com o princípio do acesso à justiça, consectário do devido processo legal. Sobre o tema, Foster *et al* (2020) ponderam que

a utilização da tecnologia na prática dos atos processuais não está isenta de críticas ou autorizada a aplicação irrestrita. Por mais excepcional que seja a situação atual, toda atuação judicial deve atentar para o respeito aos direitos humanos processuais que integram o processo justo (FOSTER *et al*, 2020, p. 20).

Essa tem sido uma interessante contradição percebida na pesquisa porque, se de um lado a maioria da população utiliza recursos eletrônicos em seu dia a dia, para desempenhar as mais diversas atividades, nem sempre estes são considerados seguros ou eficientes quando se trata de avaliar a qualidade ou a segurança da prestação jurisdicional.

Não obstante, a informatização das cortes brasileiras atingiu o seu ponto culminante – ao menos na perspectiva assumida neste *paper* – desde que, no ano de 2020, o CNJ aprovou a Resolução 345, que autoriza os tribunais brasileiros a adotarem o chamado “Juízo 100% Digital”. Segundo informações lançadas em uma cartilha criada pelo Conselho Nacional de Justiça (disponível em sua página web) para explicar essa iniciativa, trata-se da possibilidade de o cidadão valer-se de tecnologias para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns, uma vez que, no “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela Internet.

Tal normativa se aplica também às audiências e sessões de julgamento, que ocorrem exclusivamente por videoconferência dentro desse modelo. Logo, uma diferença fundamental entre o processo eletrônico operado atualmente no Brasil e o modelo do Juízo 100% digital, está no fato de que, neste último, a parte interessada não terá nenhum contato presencial com o órgão do Poder Judiciário encarregado de proferir a sentença naquele processo, tampouco haverá uma interação direta entre o magistrado e a testemunha ou o perito, chamados para serem ouvidos em audiência, por exemplo. A interação, se houver, será mediada por recursos de informática.

De forma sintética, a Resolução 345 estabelece que todos os processos das varas e dos juizados que adotarem o “Juízo 100% Digital”, seja na área cível, de família, previdenciária, dentre outras, passam a funcionar de forma integralmente eletrônica, isto é, com todos os atos processuais sendo mediados por tecnologias virtuais. Por isso, aliás, a inclusão da expressão “100%” no título dessa política judiciária. A iniciativa é reputada pelo CNJ como um grande avanço para a tramitação dos processos e promete propiciar maior celeridade, ao argumento de que isso pode evitar “os atrasos decorrentes da prática de atos físicos ou que exijam a presença das partes nos Fóruns.

Isso tem a ver com o princípio da razoável duração do processo estampado no CPC de 2015, que é um direito constitucional assegurado, ao menos no plano teórico. Essa ressalva é pertinente porque o Relatório Justiça em Números do próprio CNJ aponta ser de 7 anos a duração média de um processo no Brasil.

Tal preocupação institucional ecoa antiga percepção dos processualistas, dentre eles Sadek (2014) no conhecido artigo “Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos”. O texto tem por objetivo propor uma reflexão sobre o direito de acesso à justiça e sobre as dificuldades para a sua realização. A autora parte do princípio de que o direito de acesso à justiça implica que se considerem ao menos três etapas distintas e interligadas: o ingresso visando à obtenção de um direito, os caminhos posteriores à entrada e, finalmente, a saída. Na sequência, afirma que o direito de acesso à justiça só se efetiva quando a porta de entrada permite que se vislumbre e se alcance a porta de saída em um período razoável, o que nem sempre ocorre. Em sintonia com essa preocupação, o CNJ e as cortes de justiça vêm investindo na informatização dos processos com um meio de aproximar as portas de entrada e de saída, ou seja, de tornar os seus serviços mais céleres e eficientes.

CULTURA DO FORUM X CULTURA DA INTERNET

As audiências judiciais por videoconferência vêm gerando estranhamentos, para além das promessas e dos discursos que justificaram a adoção desse modelo – ainda mais no contexto da pandemia, como já explicado linhas acima. Se de um lado a proposta de um juízo totalmente digital se apresenta promissora, pelas razões já apontadas, por outro traz dúvidas, incertezas e inquietações para os profissionais envolvidos e para os jurisdicionados.

Greco (2015), conhecido processualista no Estado do Rio de Janeiro, há décadas vem reivindicando que o processo há de ser, o mais possível, próximo de um diálogo humano. Mas a formalidade do Direito è às vezes hostil e repele esse diálogo. Segundo Dinamarco (2009):

Por imposição do seu próprio modo de ser, o direito processual sofre do natural propensão ao formalismo e ao isolamento. Ele não vai diretamente à realidade da vida, nem fala a linguagem do homem comum. O homem comum o ignora, o próprio jurista o desdenha e os profissionais do foro lamentam as suas imperfeições, sem atinar com meios para melhorá-lo. A descrença de todos na Justiça é efeito das mazelas de um sistema acomodado no tradicional método introspectivo, que não inclui a crítica do sistema mesmo e dos resultados que ele é capaz de oferecer aos consumidores finais do seu serviço, ou seja, os membros da população (DINAMARCO, 2009, p. 30).

Já Baptista (2008) percebeu, por meio de pesquisa empírica, que poucas oportunidades são de fato concedidas para um diálogo efetivo entre as partes, dentro de um processo judicial convencional, no Brasil, pois é em boa parte preenchido por formalidades, fórmulas e caminhos às vezes incompreensíveis para aqueles que a autora denomina “não iniciados”, isto é, quem não exerce uma profissão jurídica.

Para levar a efeito a discussão proposta neste *paper* nos valem de alguns dados reunidos por bolsistas de iniciação científica participantes de nosso grupo de pesquisa, junto ao PPGD/UCP. São dados obtidos por meio de entrevistas realizadas no ano de 2021, em que os mesmos se valeram da circunstância privilegiada de serem estagiários no fórum central da cidade de Petrópolis, onde a pesquisa vem sendo realizada.

Naquele momento a direção do fórum já havia adotado o modelo de processo do juízo 100% Digital, todavia, foram perceptíveis as diferenças existentes entre o que dispunha a Resolução e o que de fato ocorria no dia a dia da sua experiência empírica. Nessa abordagem empírica reunimos relatos interessantes de advogados, mediadores e conciliadores a respeito de algumas experiências e agruras decorrentes dessa inovação.

A instabilidade do sinal da internet é uma recorrência que causa muita apreensão e tumulto nas audiências e processos. Em uma perspectiva sociológica e crítica, trata-se de um país cuja população segue convivendo com várias mazelas e demonstrações alarmantes de desigualdades que fazem com que aquilo que é bom não seja usufruído em igualdade de condições pelos brasileiros. Acerca do tema, Prado (2021) considera que:

As Resoluções do Conselho Nacional de Justiça editadas a partir de 2020 que tratam da implantação do Juízo 100% Digital, da criação de plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual, além

das que disciplinam temas como realização de perícia por meios eletrônicos e audiências não presenciais, entre outras, inegavelmente conduzem à implementação de Cortes ou Tribunais on-line no Brasil, no movimento de aceleração forçada da transformação digital em todos os setores, inclusive no Poder Judiciário, tendo a pandemia de Covid-19 como agente catalisador. (...)Acontece que especificamente no Brasil a ampliação do uso da tecnologia na prestação de serviços públicos ainda esbarra na enorme desigualdade social, que resulta numa significativa massa de excluídos digitais. É preciso, então, jamais olvidar esse dado ao redesenhar estruturas e serviços jurisdicionais, à luz da Constituição Federal (Brasil, 1988), que garante o acesso à justiça como direito fundamental em seu artigo 5º, inciso XXXV. (PRADO, 2021, p. 2).

Os relatos dos nossos interlocutores e algumas observações de campo apontam que as dificuldades nesse acesso trazem tumulto às sessões de conciliação/mediação, bem como ausências das partes interessadas, frustrando os esforços realizados pelo juiz, seus auxiliares e as próprias partes com os seus advogados, para manter uma situação de normalidade. Segundo nossas inferências, isso ocorre em boa parte porque os diferentes atores do processo estão em suas casas e, ao mesmo tempo, dentro dos espaços forenses virtuais, momento em que a informalidade própria de que se encontra no conforto de casa entra em conflito com a formalidade que se espera de quem está no fórum, participando de um ato solene. Segundo Santaella (2010), ao utilizar o telefone celular uma pessoa passa a ter

[...] o dom da ubiquidade, podendo estar em dois lugares ao mesmo tempo, e ambos vão para um segundo plano para favorecer um terceiro lugar, o espaço comunicacional que, nesse caso, coloca as pessoas em uma situação de presença ausente significando que elas estão presentes e, ao mesmo tempo, não estão (Santaella, 2010, p. 102).

Esse dilema a que se referiu a autora retrocitada foi percebido em muitas observações de campo. Muitas vezes, a depender da ferramenta de videoconferência utilizada, as audiências comportam, em uma mesma sala, as partes e advogados envolvidos em vários processos, todos ao mesmo tempo, tornando difícil a sua condução e causando, até mesmo, discussões acaloradas, pois são muitos e diversificados os conflitos que ocorrem nesses espaços, por exemplo, devido à inoportuna interrupção da audiência por um participante atrasado.

Nem sempre as ferramentas utilizadas pelos Tribunais se mostraram adequadas para a tarefa de realizar as audiências virtuais. Em situações concretas observadas na Justiça do

Trabalho, durante o ano de 2021, a opção da magistrada era pela utilização de uma plataforma de videoconferências em que os participantes de todas as audiências designadas para uma determinada data acessavam a plataforma ao mesmo tempo, podendo reunir dezenas de pessoas: juiz, auxiliares, advogados e seus clientes. Tais situações exigiam da magistrada e seus auxiliares grande esforço e causavam até mesmo um certo grau de exaustão, ao final do expediente, segundo foi relatado em algumas oportunidades.

Inclusive a magistrada atuava ora dentro do seu papel institucional, ora como “receptionista” da sala virtual, ora como técnico de informática para sanar dúvidas na utilização das ferramentas pelas partes, dentre outros possíveis papéis protagonizados nesse novo cenário que se tornou o fórum em uma perspectiva virtual e tecnológica.

O art. 3º da Resolução do CNJ dispõe, em síntese, que no ato do ajuizamento da ação, as partes e seus advogados poderão optar ou não pela adoção do juízo 100% Digital como forma de trâmite em seus processos. Pelo rito da Lei dos Juizados Especiais, tal como ocorre também na área trabalhista, é possível que a parte ingresse com a sua demanda mesmo sem estar acompanhada de advogado, respeitado os critérios estabelecidos em lei. Nem sempre, portanto, os jurisdicionados estavam inteirados dessa peculiaridade e, quando do momento da audiência, eram surpreendidos e estavam despreparados para a *performance* deles esperada naquele momento de realização de um ato processual geralmente importante para o desenrolar do processo.

Na mesma ótica, o art. 4º da Resolução discorre a respeito do fornecimento de equipamento e salas nas Comarcas que adotarem o modelo de processo aqui discutido. Consta que “os tribunais fornecerão a infraestrutura de informática e telecomunicação necessárias ao funcionamento das unidades jurisdicionais incluídas no “Juízo 100% Digital” e regulamentarão os critérios de utilização desses equipamentos e instalações.” Na prática, contudo, os tribunais não se prepararam adequadamente para isso e estrutura é, em geral, deficiente para fazer frente a essa demanda. Além disso, parecem recorrentes as situações em que servidores, ou mesmo os magistrados, são chamados a auxiliar as partes no uso dos equipamentos, na medida em que, em boa parte, são hipossuficientes e idosos, sendo, portanto, grupos que notadamente possuem mais dificuldades com a tecnologia.

Houve também outras situações inusitadas, tais como: advogado realizando audiência na fila de uma lanchonete; autor sentado na praça tomando sorvete enquanto tentava fechar um acordo com o réu; advogada se apresentando na audiência dentro uma igreja, durante a celebração de um culto; dentre muitos outros casos exóticos que despertaram a nossa

curiosidade. Em um dos casos, advogado e cliente apareceram diante das câmaras trajando bermudas, enquanto assavam um churrasco e bebiam cerveja: algo até então impensável e incompatível com os rituais forenses.

Ainda que se possa falar em informalidade processual, como ocorre nos Juizados Especiais (art. 2º da Lei 9.099/95), isto não pressupõe inexistência absoluta de formalidade, visto que as audiências são atos processuais solenes, que devem ser estimulados e respeitados pelos envolvidos, o que nem sempre ocorria em algumas das situações observadas.

Certa vez, quando indagado por seu cliente a respeito da finalidade daquele ato processual, um advogado, sem perceber que o seu microfone estava “aberto”, disse que “essa audiência não serve para nada, o conciliador só vai chegar aqui e perguntar se tem acordo ou não, só isso”. Essa situação pareceu refletir uma percepção recorrente no campo a respeito dessas audiências, evidenciando a pouca importância dada a determinados atos processuais, que passaram a fazer parte da vida das pessoas até mesmo durante atividades cotidianas, quando estão em casa ou em momentos de lazer.

Notícias acerca de situações correlatas chegaram a ganhar notável repercussão midiática, circulando pela grande rede de forma viral. Um dos casos de maior notoriedade ocorreu nos Estados Unidos no ano de 2021²³. Ao entrar na transmissão pelo aplicativo **Zoom**, um advogado usou um filtro que projetava na tela a imagem de um **gato, em vez do seu próprio rosto**, provocando risos dos demais participantes – sobretudo o juiz do caso. Precisou receber orientação do juiz para resolver o problema. Em outra situação, no Brasil, já em 2023²⁴, uma juíza do Tribunal Regional do Trabalho lotada em Santa Catarina exigiu, aos berros, que a testemunha a chamasse de Excelência, quando o depoente usava expressões coloquiais para dirigir-se à magistrada. Atualmente a juíza responde a procedimentos instaurados para apurar a sua conduta na audiência. Os casos são interessantes pois ilustram a problemática central proposta neste texto.

No caso das sessões de mediação, um dos problemas reportados por alguns mediadores foi a preocupação com os riscos à confidencialidade, um dos princípios mais importantes desse método consensuais (AZEVEDO, 2016). Seu objetivo é garantir que as informações prestadas naquela sessão não serão partilhadas no processo judicial, oportunizando que os mediandos

²³ Divulgado em

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/09/interna_internacional,1236470/gafe-advogado-usa-filtro-de-gatinho-em-audiencia-nos-eua-veja-o-video.shtml#google_vignette. Acesso em 29 abr. 24.

²⁴ Divulgado em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/aos-gritos-juiza-exige-que-testemunha-a-chame-de-excelencia-cnj-encaminhou-providencias/>

tenham confiança no procedimento e possam expor de modo fidedigno os seus sentimentos e pretensões, sem se preocuparem com possíveis consequências ou prejuízos em vista do que é revelado na sessão. Ocorre que, quando a sessão acontece por videoconferência, não há como garantir que a parte (o mediando) está de fato sozinho ou, ao contrário, se está acompanhado e até mesmo sofrendo algum tipo de pressão para aceitar determinado acordo, para revelar ou omitir informações, dentre outras possibilidades.

REFLETINDO SOBRE ESSES ACHADOS EMPÍRICOS

Estas perplexidades seriam marcas inerentes a esses atos realizados de forma virtual? Se trata apenas de um período de adaptações? Ou a adoção de tecnologias vem implicando em modificações na forma como as pessoas se comportam e interagem no ambiente forense?

Com efeito, à medida que a tecnologia avança, ela tem o poder de remodelar a cultura da sociedade – aqui considerado o microcosmo forense. A conhecida revolução industrial, para citar apenas um exemplo, mudou fundamentalmente o modo de vida das pessoas, alterando as estruturas sociais, a economia e a relação com o trabalho. Da mesma forma, a chamada era digital tem impactado a cultura contemporânea, alterando a forma como nos comunicamos, consumimos, compartilhamos informações e nos relacionamos com o mundo.

Para pensar sobre essa questão no que toca os serviços judiciários, vale a pena considerar a experiência estrangeira. Com efeito, o movimento de informatização das Cortes de Justiça não é uma exclusividade do Brasil. Levantamento bibliográfico demonstrou que nos Estados Unidos, por exemplo, há muitos olhares voltados para a informatização dos processos há décadas. A diferença é que, por lá, parece que a academia se pôs a refletir e acompanhar de perto esse processo, sob as mais diferentes perspectivas, não se limitando a repetir o que os magistrados e demais autoridades têm a dizer sobre isso, como parece ser uma tendência por aqui.

Carpenter (2001) explica que desde finais dos anos 1990 as Cortes de Justiça Federais americanas fizeram grandes investimentos voltados para a informatização, passando a realizar procedimentos por videoconferência, dentre outros. Sob o curioso título “Tecnologia tem o seu dia na corte” (em tradução livre), o artigo de Carpenter enfoca a forma como essas tecnologias passaram a influenciar os julgamentos, a atuação dos advogados em juízo, dentre outros. O artigo considera pesquisas realizadas no campo dos estudos de comportamento para demonstrar

que a informatização dos processos, por lá, gerou efeitos que vão muito além da almejada celeridade e eficiência do Poder Judiciário.

Considerando especificamente os procedimentos realizados por videoconferência, nos Estados Unidos, Bannon e Adelstein (2020) fizeram um levantamento de pesquisas realizadas anteriormente não apenas no campo do direito, mas também da psicologia e das ciências sociais, e constataram que não se trata apenas de substituir o encontro presencial pelo encontro virtual, sem nenhuma consequência. Pelo contrário, segundo as autoras, os procedimentos realizados por videoconferência podem impactar em uma maior ou menor facilidade de acesso à justiça e até mesmo na qualidade das decisões judiciais, interferindo também no depoimento de testemunhas e na forma como o juiz se convence do que lhe é dito nesses depoimentos, dentre outros.

O artigo, disponível na página eletrônica do *Brennan Center for Justice*, cita alguns exemplos, dentre eles a percepção de que depoimentos prestados de forma pessoal, isto é, quando magistrado e testemunha encontram-se fisicamente presentes em um mesmo ambiente, são tidos como mais convincentes do que aqueles prestados de forma virtual.

Ao concluir o referido artigo, as autoras (BANNON e ADELSTEIN, 2020) sustentam que embora a tecnologia de videoconferência tenha sido uma ferramenta valiosa durante a pandemia Covid-19, os estudos existentes sugerem razões para se ter cautela quanto à expansão ou adoção de longo prazo de procedimentos judiciais remotos, receio este que contribui com a discussão proposta neste *paper* acerca de possíveis efeitos do processo 100% eletrônico sobre a consensualidade.

Já no Brasil, durante o período pandêmico, foram muito veiculadas pela mídia impressa e televisiva as enormes disparidades existentes no país, no quesito acesso a recursos tecnológicos e à internet. A implantação de um processo 100% eletrônico traz outras consequências que podem ser também pensadas sob o prisma da inclusão ou da exclusão, incluindo a exclusão digital de que trataram Sorj e Guedes (2005).

Nessa mesma linha de pensamento, dissertação de Mestrado defendida no PPGD/UCP por Nascimento (2017), a respeito de aspectos empíricos do Processo Judicial Eletrônico, deu pistas sobre dificuldades encontradas pelos usuários à medida que os processos se tornaram eletrônicos, e não mais físicos. Destaque especial foi dado ao problema vivenciado pelos advogados idosos que, incapazes de se adaptarem às novas exigências do processo eletrônico, acabaram abandonando de vez a profissão.

Essa situação específica faz lembrar as lições de Roque Laraia, em livro conhecido em já esgotado em inúmeras edições (LARAIA, 2001):

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase impercebível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por ventos históricos tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso, como vimos na afirmação do Manifesto sobre aculturação, pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas (LARAIA, 2001, p. 50).

Neste momento pós pandemia, e pós-implantação do processo 100% digital, não é impossível encontrar nas salas da OAB advogados idosos em busca de uma máquina de escrever, para formular um requerimento ao juiz. Parece exótico, mas essa ilustração nos ajuda a lembrar que muitas decisões, inclusive institucionais, são às vezes tomadas sem levar necessariamente em conta determinadas vulnerabilidades, as diferentes visões de mundo e experiências de cada um, bem como as dificuldades e obstáculos que boa parte da população encontra no momento de buscar a concretização de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico tem exercido um impacto significativo no campo forense, provocando mudanças substanciais tanto nos procedimentos judiciais quanto na cultura forense. A incorporação de tecnologias como inteligência artificial, a virtualização de processos judiciais e a adoção de sistemas de gerenciamento de processos eletrônicos prometem agilizar os trâmites legais, reduzindo custos e aumentando a eficiência do sistema judicial. Essas transformações tecnológicas não apenas otimizam os processos, mas também influenciam a cultura jurídica e o comportamento dos profissionais do direito. O uso de tecnologias está moldando não apenas a prática forense, mas também a mentalidade e os valores que permeiam o sistema legal

No recorte deste artigo importa dizer que, se de um lado a proposta de um Juízo 100% Digital se apresenta promissora, pelas razões já apontadas, por outro traz dúvidas, incertezas e inquietações para os profissionais envolvidos e para os jurisdicionados, destinatários finais dos

serviços judiciários. Neste artigo buscamos iniciar algumas reflexões sobre isso valendo-nos de observações empíricas em cotejo com alguma literatura disponível sobre o tema. Além da proposta de aperfeiçoamento e ampliação dos meios de acesso à justiça essas inovações vêm impondo mudanças na cultura forense.

Com a introdução de tecnologias digitais nos processos judiciais, os fóruns tornaram-se mais acessíveis aos cidadãos, permitindo uma participação mais ampla. Essa maior diversidade de participantes pode contribuir para um ambiente menos formal, à medida que as normas de comunicação se ajustam para incluir uma gama mais ampla de usuários. Por outro lado, a distância e o anonimato proporcionados pela comunicação online (câmaras desligadas nas audiências, por exemplo) podem reduzir as barreiras à expressão, levando a uma comunicação mais direta e menos formal entre os participantes em diferentes atos processuais.

As tecnologias digitais também possibilitam uma comunicação mais rápida e eficiente entre os diferentes atores do Poder Judiciário e seu entorno, incluindo advogados, juízes e outros profissionais. Essa agilidade na troca de informações pode levar a uma linguagem mais concisa e menos formal. Virtualmente, o juiz está dentro do quarto e o escritório pessoal é a sala de audiências etc.

À medida que a tecnologia avança, as normas de comunicação no ambiente digital também evoluem. O que era considerado formal, em uma perspectiva tradicional, pode ser reinterpretado à luz das novas possibilidades oferecidas pelas plataformas online, resultando em interações menos formais. As comunicações passam a estar sujeitas às influências da cultura digital, que incluem o uso de linguagem mais informal, como abreviações e *emojis*, por exemplo, especialmente em comunicações menos oficiais. Isso também pode contribuir para uma atmosfera menos formal.

Portanto, em síntese, as inovações tecnológicas parecem ter o potencial de tornar os fóruns do Poder Judiciário um ambiente menos formal, à medida que influenciam a maneira como os participantes se comunicam e interagem digitalmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: a informatização judicial no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

AZEVEDO, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil, 2016. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddb_fec54.pdf>. Acesso em 07 set. 2019.

BANNON, Alicia; ADELSTEIN, Janna. *The Impact of Video Proceedings on Fairness and Access to Justice in Court*. Brennan Center for Justice. 2020. Disponível em:

<<https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/impact-video-proceedings-fairness-and-access-justice-court>>. Acesso em 02 fev. 2021.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. *Os Rituais Judiciários e o Princípio da Oralidade*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 345/2020. Disponível em <<https://atos.cnj.jus.br/files/original175500202010145f873b7482503.pdf>>. Acesso em 30 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Juízo 100% Digital: Tudo o que você precisa saber. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/WEB_cartilha_Juizo_100porcento_digital_v3.pdf>. Acesso em 05 nov. 2022.

BRASIL. Lei 11.419/2006. Dispõe sobre a informatização do Processo Judicial. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em 10 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 18 mar. 2018.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar y salir de la Modernidad*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2012.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la Interculturalidad*. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2004.

CARPENTER, Siri. *Technology gets its day in court*. American Psychological Association. Disponível em: <<https://www.apa.org/monitor/oct01/technology>>. Acesso em 10 jan. 2021.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

FILPO, Klever Paulo Leal. *Conciliação: de “pedra angular” a “pedra no caminho” dos Juizados Especiais*. *Juris Poiesis*. v. 22, n. 28, 2019. Disponível em:

<<http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/view/6655>>. Acesso em 05 nov. 2022.

FOSTER, João Paulo; SCHÄFER, Gilberto; PREVIDELLI, José Eduardo; BURALDE, Camila. O Direito Humano à Audiência no Processo: Novo Paradigma em Tempos de Pandemia. RDP, Brasília, Volume 17, n. 96, 226-250, nov./dez. 2020.

GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

HARRIS, Marvin. The Rise of Anthropological Theories. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1969.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LUCENA, Simone. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.43689>

NASCIMENTO, Glauco Antônio do. Processo Judicial Eletrônico: aspectos teóricos e perspectivas empíricas. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Petrópolis. Orientador: Klever Paulo Leal Filho.

NERY JÚNIOR, Néelson. Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1999.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”). 1969.

PRADO, Eunice Maria Batista. Juízo 100% Digital X Exclusão Digital: Soluções Concretas ao (Aparente) Impasse. Trabalho completo apresentado no ENAJUS – Administration Of Justice Meeting, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2021/sessao-01/2-juizo-100-digital-x-exclusao-digital-solucoes-concretas-ao-aparente-impasse.pdf>. Acesso em 23 abr. 2023.

ROCHA, Felipe Borring. Manual de Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Teoria e Prática. 11.ed. São Paulo: Atlas. 2021.

SADEK, Maria Teresa. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. Revista USP, nr. 101, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87814>>. Acesso em 20 out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i101p55-66>

SALOMÃO, Luiz Felipe (Coord.). *Inteligência Artificial: Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro*. FGV Conhecimento, 2022. Disponível em: <https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio_ia_2fase.pdf>. Acesso em 05 nov. 2022.

SANTAELLA, L. *A ecologia pluralista da comunicação: a conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus, 2010.

SCHMIDT, João Pedro. Políticas Públicas no Brasil 1930-2018: tensões entre welfare state e estado mínimo. *Revista Direitos Humanos Fundamentais*, v. 19, p. 93-119, 2019. Disponível em: <https://intranet.unifieo.br/legado/edificio/index.php/rmd/article/view/1313>.

SCHMIDT, João Pedro. Bases bio-psicossociais da cooperação e o paradigma colaborativo nas políticas públicas. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 19, p. 123- 162, 2018. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1091>.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luiz Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estud. CEBRAP* (72), Jul 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/nec/a/vZ6fSRKr6SDKBHP6vdxBGTP/?lang=pt>>, acesso em 28 out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200006>

SPENGLER, Fabiana Marion. A autocomposição como política pública de incentivo ao direito fundamental de acesso à justiça. *Revista Cidadania e Acesso à Justiça*. Florianópolis, v.5, n. 2, p.1-16, 2019a.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

CAPÍTULO 7 - INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Angelina Accetta Rojas²⁵

Adriana Pires Arezzo²⁶

Introdução

O fenômeno da Globalização desencadeou uma transformação profunda na configuração do mundo contemporâneo. O acesso rápido à informação, facilitado pelas redes sociais, e o compartilhamento instantâneo de vídeos e notícias ao redor do globo têm modificado significativamente o cotidiano das pessoas. Este impacto cultural é inegável, permitindo que qualquer indivíduo tenha acesso e conhecimento sobre outras culturas de forma sem precedentes.

Embora o mundo sempre tenha sido caracterizado pela diversidade cultural, a visibilidade ampliada deste multiculturalismo trouxe consigo um aumento da presença do preconceito e da discriminação nas relações sociais. Em resposta a essa realidade, a temática da diversidade cultural e interculturalidade emergiu como um tópico crucial de debate nas democracias contemporâneas, sendo encarada tanto como uma política pública quanto como um direito humano fundamental. Reconhece-se cada vez mais que a promoção da diversidade cultural é essencial para a construção de um diálogo intercultural inclusivo e respeitoso.

Neste cenário global em constante mutação, é evidente o crescimento das migrações e o aumento das populações nos centros urbanos, o que apresenta novos desafios para a preservação das identidades culturais e para o fomento do diálogo intercultural. Esses desafios adquirem uma urgência renovada, especialmente quando consideramos sua relevância no contexto da Educação Superior. A inclusão desse tema nos currículos das Instituições de Ensino Superior requer um enfoque centrado no diálogo e na aproximação entre culturas. Isso implica em reconhecer a diversidade cultural como manifestação de uma autonomia simbólica, onde cada cultura representa sistemas únicos de significados.

²⁵ Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura e da Galeria de Arte La Salle, Mestre em Ciência da Arte, Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Doutora em Avaliação da Educação pela UDELMAR, Chile e Professora do UNILASALLE-RJ.

²⁶ Professora da Secretaria Estadual de Educação/RJ, Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e Professora do UNILASALLE-RJ.

A compreensão da cultura, sendo transversal e transdisciplinar, emerge como um desafio estimulante, dada a sua ampla abrangência e complexidade, tanto como fenômeno humano quanto como construção conceitual. Sendo um fenômeno onipresente que permeia todas as dimensões do comportamento humano, a cultura requer uma abordagem holística que não apenas a reconheça, mas também a analise como uma expressão das características universais da humanidade, ao mesmo tempo em que a compreende como o elemento que nos torna únicos em nossos próprios contextos. Dessa dualidade surge o paradoxo inerente às práticas e concepções culturais: a tensão constante entre diferenças, semelhanças, igualdades e desigualdades.

Nesse contexto, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2001) emerge como um marco significativo, ao reconhecer a diversidade cultural como um componente essencial do patrimônio compartilhado da humanidade e como uma força impulsionadora da paz e da prosperidade. A compreensão da diversidade como um direito humano representa um desafio importante para o pleno reconhecimento da dignidade de cada indivíduo, fundamentado no respeito às suas diferenças.

Atualmente, temas como interculturalidade, diversidade, diferença, multiculturalismo, cultura e identidade têm sido objeto de estudo por diversos profissionais, incluindo psicólogos, sociólogos, antropólogos, educadores e outros. No contexto brasileiro, no âmbito educacional, esses estudos têm ganhado destaque, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre a cultura africana, os afrodescendentes e a cultura indígena nas escolas do país.

O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu inciso I, estabelece que "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios". Reconhecer o direito à cultura implica reconhecer que homens e mulheres são tanto produtos quanto agentes ativos das culturas em que estão inseridos. Eles não apenas participam da vida cultural de suas comunidades, mas também contribuem para sua constante evolução e produção cultural.

Esta pesquisa encontra sua justificativa no reconhecimento dos direitos culturais como essenciais para o respeito à diversidade cultural, o que demanda um entendimento mais abrangente da cultura para além dos conhecimentos formais. No ambiente acadêmico da Universidade, enquanto espaço de construção do conhecimento, é crucial promover o diálogo e a valorização da alteridade como meio de resgatar os processos de formação das identidades culturais, tanto em nível individual quanto coletivo.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, reconhecer os direitos culturais em sua diversidade, sob uma perspectiva antropológica e intercultural que os considera como um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e sob uma ótica política e econômica que os apresenta como um dos maiores desafios contemporâneos. Cada cultura possui uma riqueza singular que pode ser compartilhada com outras, e para que esse intercâmbio ocorra de forma significativa, é fundamental que as relações entre diferentes grupos sejam pautadas pela equidade, favorecendo interações e trocas genuínas.

A metodologia desta pesquisa se insere no contexto universitário, através do planejamento, organização e promoção de atividades realizadas pelo Núcleo de Arte e Cultura, com foco especial em exposições e eventos realizados na Galeria de Arte La Salle, localizada no UNILASALLE-RJ. O objetivo dessas iniciativas é facilitar as aproximações e os diálogos interculturais, promovendo uma maior compreensão e apreciação da diversidade cultural presente na comunidade acadêmica e além dela.

I. Cultura e Direito

Embora os direitos culturais tenham recebido reconhecimento formal já na primeira metade do século XX, através das constituições de alguns estados sociais e socialistas, e tenham sido enfatizados pelas normas internacionais de direitos humanos, foi apenas a partir do início dos anos 90 que um campo jurídico dedicado de forma sistemática a este ramo começou a emergir.

Durante esse período, o desenvolvimento de uma série de políticas culturais em diversos países, especialmente na França, exigirá regulamentações das atividades dos poderes públicos e das relações privadas entre os indivíduos. No contexto brasileiro, a autonomização funcional do Direito da Cultura é inicialmente designada como Direitos Culturais, devido à sua fundamentação constitucional, que inclui princípios e políticas específicas, além de uma legislação e organização administrativa próprias.

Questionar sobre o que são os direitos culturais, de certa forma, significa pensar acerca do conceito jurídico de cultura para as normas constitucionais que a dispõem. É necessário estabelecer as relações entre o direito e cultura e compreender em que sentido esta última se apresenta na Constituição de 1988. Moreira (2003) entende que para o Direito, a cultura é apresentada como um conceito jurídico indeterminado. Para o autor, a elaboração de um conceito preciso de cultura no campo jurídico é o objetivo dos esforços de um setor da doutrina,

que tem verificado que as leis ligadas à cultura são, em comparação com outras categorias de direitos humanos, as menos desenvolvidas no que diz respeito ao seu âmbito, conteúdo jurídico e meios de proteção. São eles que necessitam, portanto, de maior reconhecimento e melhor compreensão.

Isso não quer dizer que a cultura à qual se refere a Constituição Federal de 1988, mais especificamente em seus artigos 215, 216 e 216- A, seja uma categoria estática, estanque; apenas se enfatiza que a ampliação da noção de cultura da Constituição vigente não pode ser assemelhada ao chamado conceito antropológico em toda sua plenitude (SILVA, 2001, p. 28):

É importante ter isso em mente, por que a Constituição não ampara a cultura na extensão de sua concepção antropológica, mas no sentido de um sistema de referência à identidade, ação à memória coletiva dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (art.216). Quer isso dizer que, se, do ponto de vista antropológico, todos os utensílios e artefatos, enfim, todo o construído, toda obra humana, é cultura, nem tudo isso entra na compreensão constitucional como formas culturais constituintes do patrimônio cultural brasileiro digno de ser especialmente protegido. (COSTA, 2008, p. 28)

Compreender a cultura na Constituição Federal de 1988 em sua amplitude implica estabelecer um diálogo constante e multifacetado, que transcende os limites disciplinares tradicionais. Esse entendimento vai além de uma abordagem unidimensional e linear, abrangendo uma visão multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Isso significa reconhecer que a cultura não se restringe apenas às expressões artísticas ou folclóricas, mas também engloba valores, crenças, costumes, tradições, modos de vida e formas de organização social. Além disso, abre espaço para a construção de políticas públicas mais inclusivas e democráticas, que valorizam e protegem a pluralidade cultural do país.

II. Direitos Humanos e Direitos Culturais

Os Direitos Culturais são parte integrante dos Direitos Humanos. Estão indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Assim, todas as pessoas devem poder se exprimir, criar e difundir seus trabalhos no idioma de sua preferência e, em particular, na língua materna; todas as pessoas têm o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; todas as pessoas devem poder participar da vida cultural de sua escolha e exercer suas próprias práticas culturais, desfrutar o

progresso científico e suas aplicações, beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que sejam autoras.

No âmbito interamericano os direitos culturais estão indicados no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de São Salvador (1988). O art. 13 assegura o direito à educação, orientado para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e do sentido de sua dignidade, visando ao fortalecimento e ao respeito pelos direitos humanos, ao pluralismo ideológico, às liberdades fundamentais, à justiça e à paz. O art. 14 estabelece o direito aos benefícios da cultura, reconhecendo aqueles que decorrem da promoção e desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais em assuntos científicos, artísticos e culturais e, na mesma linha, comprometendo-se a propiciar maior cooperação internacional.

No processo de implementação mundial dos direitos culturais foi adotada pela UNESCO, em novembro de 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Ao mesmo tempo em que afirma os direitos das pessoas pertencentes às minorias à livre expressão cultural, observa que ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos nem limitar o seu exercício.

Os direitos culturais carecem de maior elaboração teórica, para distingui-los de direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Por exemplo, o direito de autodeterminação dos povos, expresso no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, é também um direito cultural.

A Constituição Brasileira de 1988 garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215). Ao definir patrimônio cultural brasileiro, de forma indireta, aponta como direitos culturais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas. O livre exercício dos cultos religiosos, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, e os direitos do autor também estão expressamente assegurados na Constituição, no rol dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º). A educação figura como direito social (art. 6º) e, também como direito cultural (art. 205 a 214).

Através de uma análise sobre os direitos culturais, a sua aplicação no Brasil e a proximidade das definições de direito à cultura e direito da cultura, Cunha Filho (2011) conclui que:

1) os direitos culturais não se confundem com o culturalismo jurídico (uma teoria) nem tampouco com o multiculturalismo (uma ideologia), mas entre os primeiros estão a prerrogativa de entender as relações sociais com base na cultura, bem como a convivência simultânea de distintas matizes e matrizes culturais;

2) direitos culturais, no Brasil, é expressão quase sinônima de direito da cultura; direito à cultura é fórmula vinculada à antropologia, possuidora de uma dimensão tão abrangente ao ponto de ser impossível seu descumprimento em termos absolutos;

3) o Estado tem múltiplos papéis na missão de garantidor do pleno exercício dos direitos culturais, passíveis de síntese no asseguramento de liberdades, na entrega de bens e serviços e na realização de estímulos positivos e negativos, conforme os limites constitucionais;

4) os direitos culturais vêm inexoravelmente acompanhados dos respectivos deveres culturais, de responsabilidade não apenas do Estado, mas de múltiplos atores sociais;

5) a melhor forma de conhecer direitos e deveres culturais não é a construção de um rol, mas o entendimento de suas categorias, pois a fórmula de criação das leis e o caráter programático das normas culturalistas lhes dão feição dinâmica;

6) tão importante quanto conhecer os direitos culturais é ter ciência do instrumental potencialmente assegurador de sua efetivação: as garantias culturais. Ademais, o acionamento das garantias é o que pode transformar o prestígio constitucional, mas quase retórico, em efetivo incremento dos direitos culturais, que são grandiosos por fornecer a possibilidade de desenvolvimento do ser humano em suas distintas dimensões. (CUNHA FILHO, 2011, p. 124-125)

Marilena Chauí (2006), a partir do entendimento sobre o conceito de “cidadania cultural” se buscou, com todas as dificuldades, implementar uma política que compreendesse a cultura como um direito. Porém, não se trata apenas de uma perspectiva de uma cidadania multicultural ou étnica, que leva em conta a diferença numa sociedade globalizada. Trata-se sim de compreender a cultura, na sua perspectiva antropológica, como um direito do cidadão, compreendendo-a como:

- o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- o direito de usufruir dos bens da cultura, criando locais, condições e acesso aos bens culturais para a população;
- o direito de estar bem informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou usufruir;
- o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- o direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- o direito à informação e à comunicação. (CHAUÍ, 2006, p.70-71)

Nesse contexto, pensar cultura é pensar em um conceito com múltiplos sentidos e disputas, onde temos como característica, o interesse multidisciplinar de diversas áreas de

estudo. Raymond Williams (2000), entende que a cultura é um processo significativo pelo qual, uma ordem social é experimentada, reproduzida, comunicada e explorada. Além disso, para o autor, o termo contém em si mesmo uma tensão entre produzir e ser produzido.

Para Hall (1997), a cultura assume uma função de centralidade, pois, apesar de nem tudo se reduzir a cultura, tudo é atravessado por ela, já que cultura é produção de sentido e o fio condutor das relações: “‘centralidade da cultura’ indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (HALL, 1997, p. 22).

As práticas populares se desenvolvem em meio aos embates e tensões com as práticas, costumes e valores dos grupos dominantes. Assim, para superar os sentidos que privilegiam a cultura dominante, tem na ampliação dos conceitos de cultura e de memória uma fundamental importância, para que deem conta da subjetividade e das estruturas sociais. Logo, não há uma cultura popular separada das relações sociais e nem meramente como um reflexo da cultura dominante.

III. **Diversidade Cultural e Educação**

Mudar a cultura institucional de abertura à diversidade cultural requer a revisão de identidades individuais, coletivas e institucionais, no sentido de estabelecer novas relações com o conceito de justiça e equidade social. Tal processo representa o princípio dialético freiriano de que o valor de cada cultura requer escuta, bem como a experiência de vivenciar a alteridade e a empatia em relação à diversidade de culturas.

Sobre a escuta sensível em relação à diversidade cultural, a Unesco lançou a Década Internacional para a Aproximação das Culturas, no período de 2013-2022. Instituída em 23 de agosto de 2013 pela Diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova (2009 – 2017), trata-se de uma estratégia com foco na promoção do conhecimento compartilhado cultural, étnico, linguístico e religioso das múltiplas realidades das várias comunidades em todo o mundo. Além disso, apresenta quatro áreas fundamentais:

- Promover a compreensão mútua e o conhecimento recíproco da diversidade cultural, ética, linguística e religiosa
- Elaborar um quadro pluralista de valores comumente partilhados
- Disseminar os princípios e ferramentas do diálogo internacional através da educação de qualidade e os meios de comunicação

- Promover o diálogo para o desenvolvimento sustentável e as suas dimensões éticas, sociais e culturais (UNESCO, 2018, p.26)

Audrey Azoulay, atual diretora da UNESCO, em consonância com Irina Bokova, nos fala que um mundo diversificado não é apenas mais pacífico, mas também mais próspero e mais equitativo. “Por meio da pluralidade de suas vozes, acredita-se que a diversidade cultural é um dos recursos renováveis originais da humanidade, ao oferecer uma fonte constante de inovação e criatividade” (2019). Nessa perspectiva, a diversidade cultural deve ser compreendida pelas instituições de ensino como um projeto político pedagógico deliberado, voltado à construção de diálogos interculturais, a partir das diferenças, suas tensões e seus antagonismos inerentes (BARBALHO, 2007).

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação Superior (1996) enfatiza a promoção da criação cultural, do espírito científico e do pensamento reflexivo (Capítulo IV, artigo 43, I), visando ao desenvolvimento do entendimento do homem e do ambiente em que está inserido. Por outro lado, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) reconhece que a cultura desempenha um papel central nos conhecimentos contemporâneos sobre identidade, coesão social e no fomento de uma economia baseada no conhecimento.

Assim, podemos afirmar que os direitos culturais constituem uma parte intrínseca e inalienável dos direitos humanos, os quais são universais, indivisíveis e interdependentes. Nesse sentido, é incumbência da universidade fomentar o intercâmbio, a diversidade cultural e o florescimento da capacidade criativa que enriquece a vida em sociedade. Além disso, o reconhecimento do direito à cultura, à memória e à valorização da própria história representa também uma forma essencial de inclusão social.

A negação das expressões culturais populares equivale a relegar ao esquecimento as práticas e conhecimentos construídos pelas camadas mais amplas da sociedade. Esse esquecimento, conhecido pelos antigos gregos como "*léthe*", constitui uma forma primária de condenação, uma vez que implica a não aceitação da existência dessas culturas, o que, por sua vez, as torna suscetíveis a desaparecerem no anonimato.

Os direitos culturais não visam apenas à proteção de uma herança ou da diversidade das práticas sociais; obrigam a reconhecer, contra o universalismo abstrato das Luzes e da democracia política, que cada um, individual ou coletivamente, pode construir condições de vida e transformar a vida social em função de sua maneira de harmonizar os princípios gerais da modernização com as ‘identidades’ particulares (TOURAINÉ, 2006, p. 171).

A menção a esses direitos culturais demanda que direcionemos nosso olhar para relações sociais concretas, que estão solidamente definidas e marcadas pelo distanciamento dos direitos de cidadania. É nesse contexto que observamos como o desenvolvimento da educação da sensibilidade pode conduzir à percepção do outro como um legítimo ser distinto, dotado de sua própria cultura, etnia e história. Isso implica educar para a valorização da pluralidade e para a promoção da interculturalidade.

O próprio conceito de interculturalidade já evidencia a complexidade inerente a este assunto. Discutir temas como etnia, raça, cor, gênero, entre outros, demanda, antes de tudo, uma mudança fundamental em nossa forma de perceber o mundo. Isso requer a suspensão de nossos preconceitos e a compreensão das diversas identidades culturais de cada povo, bem como o reconhecimento das diferenças que nos caracterizam. Isso se justifica pelo fato de o mundo “poder ser comparado a um mosaico ou a uma tapeçaria composta de múltiplas contribuições culturais, em que cada uma contribui para o significado e a beleza do conjunto” (HEPBURN, 2005, p. 254). A educação intercultural representa a síntese de um amplo espectro de abordagens que dialogam com uma variedade de questões, como a questão indígena, étnico-racial, as pluralidades de opinião e escolhas religiosas, diferenças geracionais, educação no/do campo, assim como a educação em direitos humanos. Essas abordagens estão alinhadas com uma visão mais abrangente de democratização da educação, que busca promover a inclusão e o respeito à diversidade em todos os aspectos do processo educacional tendo como orientação a ideia de que:

A afirmação da democracia é incompatível com um tecido sociocultural impregnado de preconceitos, discriminações e intolerância, componentes configuradores de relações sociais assimétricas e desiguais, presentes, em geral, de forma difusa, mas na verdade fortemente internalizadas e sustentadas com naturalidade, nas sociedades latinoamericanas (CANDAU, 2003, p. 9).

Compreende-se que o diálogo intercultural acontece por meio da reflexão sobre os mecanismos que naturalizam as desigualdades escolares, tanto em suas lógicas de ação quanto em seus princípios de justiça educacional, pois “a diversidade de características culturais dos personagens acolhidos pela escola não garante por si só a superação do caráter monocultural das práticas escolares” (CANDAU, 2003). O respeito às distintas culturas no contexto da educação, em suas singularidades, torna-se prerrogativa fundamental para a formulação de uma agenda educacional cultural coerente com uma sociedade democrática, baseada em práticas de participação cidadã. Neste contexto, é relevante destacar a importância da participação dos alunos como protagonistas no ambiente da educação superior. Isso não apenas promove uma

reflexão sobre o diálogo cultural como um direito cultural, mas também enriquece significativamente a experiência educacional. É fundamental cultivar a consciência de que a "Pluralidade" não é apenas um conceito abstrato, mas sim uma realidade vivenciada, transmitida e assimilada. É trabalho de construção, [...] o envolvimento de todos se dá pelo respeito e [...] constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que a própria imaginação oferece" (BRASIL apud VIEIRA, 2001, p. 126).

IV. O Núcleo de Arte e Cultura como estratégia para a interculturalidade na Educação Superior

Uma das finalidades da arte é contribuir para o apuro da sensibilidade e para desenvolvimento da criatividade dos indivíduos. Na Educação, essa finalidade é uma dimensão de reconhecida importância na formação, ampliando as possibilidades cognitivas, afetivas e expressivas. Desenvolver o poder de discriminação em relação às formas e cores, perceber a composição plástica e a performance dos elementos expostos requer apreensão estético-visual. A percepção surge como elemento organizador e identificador das obras, mediadores semióticos por excelência, identificando-as, categorizando-as para que constituam uma teia de significados.

As artes ampliaram seu espectro de ação sensorial, a partir do século XX, em função do desenvolvimento humano que se alcançou em todas as áreas. Atualmente, ao entrarmos em uma exposição de artes plásticas, podemos vivenciar não só a visualidade, mas também perceber que a arte está relacionada às diferentes culturas, aos diferentes sentidos (auditivos, olfativos, gustativos ou táteis). As formas artísticas solicitam não só ao artista, mas também ao fruidor o exercício de seus órgãos sensoriais. Artistas como Ligia Clark e Hélio Oiticica levaram a arte ao campo das experimentações do corpo. Criaram obras plásticas que somente se completavam na experiência direta do fruidor, que deixava de ser espectador da obra e passava a ser seu coautor, na medida em que ele a manipulava, a vestia e a vivia em suas possibilidades sensoriais. O que acrescentaria ao espectador e ao artista este exercício sensorial? Se considerarmos a separação positivista entre corpo e mente, não passaria de uma vivência corporal sem ganhos cognitivos. Mas, se pensarmos nos órgãos sensoriais como parte indissolúvel de um corpo constituído de pensamento e sentimento, o que ocorre a incorporação do fruidor à própria obra que é parte do corpo do próprio artista? Tais experiências são promovidas pelo Núcleo de Arte e Cultura, responsável pela Galeria de Arte La Salle, no Unilasalle-RJ, e tem como objetivo fornecer suporte para iniciativas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão, promovendo e apoiando ações interculturais, multi e transdisciplinares. Como diretrizes orientadoras, busca-se o

desenvolvimento de atividades focadas em temas fundamentais como Direitos Humanos, Responsabilidade Social, Inclusão, Sustentabilidade, Interculturalidade, Diversidade Cultural e Meio Ambiente.

Os elementos presentes no ambiente da Galeria de Arte, integrada ao Núcleo de Arte e Cultura, constituem objetos de aprendizado e pesquisa, revelando-se de maneira mais ampla e profunda à luz da visão artística e das inspirações imagéticas. Através da arte, da imaginação e da criatividade, é possível reconstruir o real e, conseqüentemente, explorar crenças, ideias e expectativas, o que contribui significativamente para a construção do conhecimento e para o diálogo com diversas culturas.

Assim, a interação entre arte, cultura, imaginação, sensibilidade e conhecimento ressalta a importância da arte e das expressões imaginativas como elementos essenciais na descoberta e na aproximação entre sujeito e objeto do conhecimento. Ao percorrer o "corredor cultural" da Galeria de Arte, os indivíduos são convidados a vivenciar experiências estéticas e sensíveis que enriquecem o seu trajeto de aprendizado e descoberta.

Nesse contexto, a educação transcende a simples transmissão de conhecimentos e se configura como um conjunto de práticas simbólicas, com o poder de promover a coesão e a integração do ser humano em um universo cultural diversificado. Considerando que o ser humano é intrinsecamente dual, existindo em duas dimensões essenciais – a individual e a social – uma educação que negligencie ou restrinja uma delas privará o educando de sua plena humanidade.

Destaca-se como um ponto central das atividades do Núcleo de Arte e Cultura a integração com os cursos de graduação, além da estreita relação estabelecida com os alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas vizinhas por meio de uma curadoria educativa. Tal atividade envolve a seleção e organização de conteúdos educacionais com o objetivo de enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos criando conexões significativas entre os conteúdos apresentados e os interesses e necessidades dos estudantes. Possui ainda o propósito de facilitar a compreensão e promover o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem. A colaboração estabelecida com uma variedade de instituições culturais, educacionais e diplomáticas demonstrou ser fundamental para promover o diálogo intercultural por meio de seminários, exposições e eventos de grande relevância.

Entre as colaborações destacam-se o Encontro dos Povos Originários das Américas realizado com o Museu do Índio, a exposição itinerante "Nós do Mundo" promovida com Museu da Vida da Fiocruz, e a Semana de Africanidades, em colaboração com o Acervo

Cultural Arunã e a Galeria Vogue Brasil. Este último evento não apenas possibilitou uma reflexão profunda sobre a trajetória do povo negro na sociedade brasileira, mas também proporcionou um espaço de compartilhamento de ações significativas em prol da preservação da identidade cultural afro-brasileira.

Acreditamos que uma das maneiras de reconectar o indivíduo com suas raízes é através da criação de espaços que incentivem a integração de diversos conhecimentos e práticas, promovendo a igualdade social e formando cidadãos que valorizem e respeitem a diversidade cultural, religiosa e social.

Com o objetivo de analisar as impressões dos participantes dos eventos culturais, foi solicitado à comunidade acadêmica relatos sobre suas apreensões. Dessa forma, percebemos que a “Semana de Africanidades” sensibilizou a comunidade à (auto)reflexão sobre a exclusão, bem como a real compreensão sobre o fenômeno intercultural, conforme depoimentos:

“A Semana de Africanidades ressaltou temas importantes como a história e a cultura da África e as exclusões sociais enfrentadas pelos seus descendentes, bem como a sua importância para o Brasil, devido à proximidade de fronteiras, o compartilhamento cultural e o atrelamento à historicidade ancestral brasileira. A partir das exposições artísticas, filmes, músicas, danças e gastronomia, o evento mostrou como a representação africana é deturpada pelo egocentrismo ocidental e como realmente conhecemos pouco sobre ela. Ampliou-se, assim, o olhar de cada aluno a respeito da cultura. A frase ‘Falar da África é falar do racismo e, logo, uma forma de lutar contra ele’, muito bem colocada pela palestrante Érica Bispo no primeiro dia do evento, nos leva a refletir sobre como devemos nos atentar mais ao assunto. Precisamos erradicar a marginalização da cultura afrodescendente, salientando como tal marginalização está enraizada no ambiente social, propondo autoavaliação a partir de um questionamento: ‘Reforçamos ou não o racismo?’” (Aluna G. Melo, Curso de Relações Internacionais).

“Acho muito necessária a Semana de Africanidades. Ela complementou perfeitamente o conteúdo que temos aprendido na disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena neste período. São assuntos que, infelizmente, não temos tanto contato na escola e são cruciais, principalmente neste momento que estamos vivendo, de tantos debates e da luta contra o racismo. Não basta não sermos racistas, precisamos lutar contra o racismo e, para isso, precisamos conhecer o assunto, estudar, pesquisar, ouvir, refletir.” (Aluna B. Sass, Curso de Pedagogia).

Na continuidade dos eventos interculturais, ainda no contexto das parcerias com instituições diplomáticas, o Núcleo de Arte e Cultura coordenou a Semana do México, em colaboração com o Consulado Geral do México no Rio de Janeiro e com a participação dos

alunos do curso de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ, com o propósito de promover o intercâmbio de conhecimentos e culturas. Pode-se compreender a cultura como um sistema triplo. Como sistema de representação, a cultura estabelece distinções e contrastes que moldam as diferenças, uma condição crucial para a elaboração de significados. Essas diferenças são consideradas elementos enriquecedores que não devem ser desconsiderados, uma vez que são essenciais para as interações entre indivíduos e entre culturas.

Portanto, proporcionar aos alunos do ensino superior a percepção da diversidade de contextos culturais pode levar à compreensão da cultura como um sistema de representação simbólica da realidade revelando os processos de construção de identidades e tradições. Dessa forma, podemos dizer que, como sistema de classificação, a cultura também pode ser definida pelo modo como produz significados e estabelece ordens, valores, lugares e hierarquias.

Quanto à percepção, alguns alunos relataram que:

“A Semana do México representou uma gigantesca experiência acadêmica e cultural para os alunos da Unilasalle Rio de Janeiro. O intercâmbio entre as nações mostrou a partilha de uma identidade comum, gerando um espírito de união entre os dois países. A apresentação ministrada pela Cônsul Geral, Sra. Linda sobre o México e sua rica cultura, e a palestra ministrada pelo Cônsul Sr. Adolfo Soria sobre os temas: política e economia, enriqueceram grandemente os nossos conhecimentos sobre esse magnífico país”. (Aluno E. Andrade, Curso de Relações Internacionais).

“A semana do México representou uma riquíssima experiência para os alunos no 8º período de Relações Internacionais do Unilasalle do Rio de Janeiro. Por meio do intercâmbio cultural e intelectual pudemos compreender um pouco mais sobre este país tão parecido com o nosso”. (Aluna P. Nedeff, Curso de Relações Internacionais).

A partir dos relatos dos alunos, torna-se evidente a possibilidade de definir a cultura também como um sistema de comunicação, ou seja, um conjunto de trocas de informações entre universos singulares. Conforme Soares (1984, p. 31) nos lembra, "os homens trocam signos ou valores, sejam eles instrumentos de trabalho, produtos econômicos, mulheres ou palavras, cumprindo um programa de intercâmbio, vivido, mas não necessariamente conhecido, cujos sentidos e função resumem-se no equilíbrio tenso, correspondendo à afirmação de determinados padrões de sociabilidade."

Compreender e fomentar a cultura significa analisar a dinâmica cultural, isto é, “o processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática” (DURHAN, 1977, p. 34).

Nessa perspectiva, tudo o que é cultural é humano e vice-versa (CUNHA FILHO, 2000). Esse sentido é constantemente interrogado sobre sua serventia nos estudos culturais, sejam eles jurídicos ou não, mas admitido, pelo menos do ponto de vista elementar-integrativo, para que se possa vislumbrar a complexidade do conceito e de sua aplicabilidade, tanto científica, quanto no campo governamental e privado das políticas culturais.

Considerações finais

O caminhar para as considerações finais deste artigo incide no próprio processo de caminhar pela Galeria de Arte La Salle e descobrir que a arte e cultura estão imbricadas como um fenômeno que está intimamente e fundamentalmente ligado à humanidade: traduz a sua história, exprime seus sentidos, inaugura novos olhares, novos conceitos, desenvolve o ato criativo, elabora subjetividades e produz conhecimento. É na experiência estética que os sentidos do ser humano ampliam seus horizontes de reconhecimento para si e para o mundo circundante.

A dificuldade de se criar espaços para a fruição estética em ambientes acadêmicos, na pós-modernidade, é um reflexo da necessidade de se chamar a atenção para a importância desta experiência da interculturalidade para o cotidiano acadêmico. A captura por uma ação cultural-artística transforma a percepção, amplia o seu olhar e a sua leitura de mundo. O contato se dá quando o sujeito é surpreendido e arrancado de sua rotina para trilhar outros territórios dos sentidos.

A Galeria de Arte La Salle faz parte do cotidiano acadêmico e configura-se como um caminho de destaque pela função de produzir arte, cultura e transportar o expectador para outras realidades e percepções.

Transformar um corredor por onde transitam os alunos em Galeria de Arte é criar estratégias para que o espaço universitário cumpra plenamente a sua função de estender seus conhecimentos para além da comunidade acadêmica. Aproveitar e atribuir funções aos espaços universitários de forma relevante significa criar meios que promovam a interculturalidade e diálogos entre os diversos gêneros, cargos e funções que compõem o espaço. A agenda diversificada da Galeria de Arte La Salle tem o objetivo de desenvolver a percepção às variadas culturas e linguagens, além de abranger propostas e necessidades da comunidade acadêmica, como núcleo de produção do conhecimento, vivências integradas e indagações constantes que apontam para a inauguração de novos conceitos.

Como uma obra aberta, a Galeria de Arte tem seu acesso facilitado aos transeuntes, mantendo diálogo e praticando uma agenda de eventos que atende às necessidades dos cursos de graduação na busca de aproximar as experiências de arte em sensações de vida.

Os paradigmas da pós-modernidade apontam para o diálogo dos saberes, na interatividade cotidiana de um mundo globalizado, que mistura linguagens e culturas. Nas palavras de Irina Bokova, Diretora-geral da UNESCO (2010, p. 12), “a diversidade cultural e o diálogo entre as culturas contribuem para o surgimento de um novo humanismo, no qual se reconciliam o universal e o local, e mediante o qual reaprendemos a construir o mundo”.

A integração do saber global com o saber local é uma meta a ser alcançada dia a dia. A força de cada espaço que se propõe à prática das manifestações artísticas atinge o propósito da instituição, bem como da UNESCO (2010) no intuito de criar identidade e sentidos praticando a universalização e o reforço das identidades locais de cada espaço e sua comunidade envolvente.

Vimos que apesar da consagração dos Direitos Culturais, de forma ampla, em todo mundo, via processo de globalização, há que se ressaltar o interesse de cada nação em preservar seus cultos, seus ritos e suas tradições, já que tais itens culturais estão demasiadamente arraigados em suas origens, sendo por este motivo difícil a sua dissociação. Cabe à Educação proporcionar o diálogo (inter)cultural por meio das aproximações simbólicas. Falar de Direito à Educação significa estabelecer projetos que consagrem a dignidade da pessoa humana valorizando o seu contexto, sua cultura, portanto, sua vida.

Referências

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996.

CANDAU, Vera (Coord.). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Rodrigo Vieira. **Cultura e patrimônio cultural na Constituição da República de 1988: a autonomia dos direitos culturais**. Revista CPC, 2008.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais no Brasil**. Revista Observatório Itaú Cultural, v. 11, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2015.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica cultural na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Ensaio de Opinião, 1977.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez, 1997.

HEPBURN, M. A. O multiculturalismo, as mídias e a educação. In: DELORS, Jacques. (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MOREIRA, Manuel. **El concepto de cultura en el derecho**. Porto Alegre: Editora Civitas, v. 8, 20 Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4870>, capturado em 10 de abril de 2024.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. Os impasses da teoria da cultura e a precariedade da ordem social. **Cadernos IFCH-Unicamp**, São Paulo, 1984.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 06 de outubro de 2019.

UNESCO: diversidade cultural contribui para mundo mais pacífico e próspero.[S. l.], 22 maio 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-diversidade-cultural-contribui-para-mundo-mais-pacifico-e-prospero/>. Acesso em: 06 de outubro de 2019.

UNESCO. **Escolas Associadas da UNESCO - Manual Prático** (4.^a Ed.). Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2018.

VIEIRA, Rosângela. S. Educação intercultural: uma proposta de ação no mundo multicultural. In: FLEURI, Reinaldo M. (Org.). **Intercultura: estudos emergentes**. Florianópolis: MOVER; Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 117-127.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPÍTULO 8 - PROCESSOS INTERCULTURAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA FRENTE A UMA CULTURA DA INCLUSÃO E DA NEGAÇÃO

Walfrido Menezes

Como princípio, o processo intercultural se propõe a uma visão de interseção entre diversas culturas. Embora saibamos da busca por uma interação entre culturas, no contexto em que envolve outros aspectos, a exemplo das classes sociais, o que deveria ser algo natural de integração dessas diversidades em uma sociedade de classes como a brasileira, muda todo o formato de tal processo, tendo em vista que os movimentos das classes sociais seguem regras diferenciadas, a exemplo da inclusão/exclusão, de acordo com cada classe social que se pertença.

Propomos aqui, no presente trabalho, uma revisão crítica sobre a inclusão e/ou exclusão da integração e da negação, nitidamente em que aparecem e se apresentam em desigualdades históricas e sociais constantes e permanentes, ao longo de nossa formação. Porém, sabemos que trabalhar tais aspectos envolve um contingente de pessoas, impossíveis de serem trabalhadas ao mesmo tempo, esvaziando uma comunicação mais ampla.

Assim, tendo como referência tal possibilidade de esvaziamento, buscamos nesse contexto uma reflexão sobre a população da pessoa idosa, frente às diferenças de classe. Pensamos, aqui, em refletir sobre o processo da cultura da inclusão e a da negação, através das classes sociais mais favorecidas, em relação as mais vulneráveis da população brasileira.

O presente trabalho tem a finalidade de correlacionar o processo de envelhecimento, tendo como recorte a questão da cultura da inclusão em relação a da negação, que percebemos como algo substancial na nossa sociedade de classes, e, que envolve todos os seres humanos, independente da faixa etária, sexo, raça, gênero, identidade etc.

Dados do IBGE/PNAD (2022), de acordo com os dados da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) que apontam que em uma população de 214 milhões de brasileiros, 75% desta população se encontra entre as classes mais vulneráveis, demonstrando uma clareza muito ampla da maioria das condições de vida das pessoas, já estando incluído as pessoas idosas. E, não vamos pensar que o restante, 25% das pessoas, estão entre os mais favorecidos, que ficam em torno de menos de 5%, pois os demais estão nas várias subdivisões dos médios e poucos ricos e na classe média da população.

Vivemos uma cultura multifacetária, que promove a inclusão de uma pequena parcela da população em relação a exclusão da maioria das pessoas **(a classe A tem renda média de**

23 vezes maior do que a classe D e E) IBGE/PNAD (2022), é verdade que na contemporaneidade a pobreza tem diminuído, mas isso ainda não atingiu de maneira equilibrada parte significativa da população mais vulnerável dos brasileiros e brasileiras. Constatamos assim, que a maioria está inserida em situações de pobreza e/ou exclusão, provenientes de dificuldades socioeconômicas e sem acesso às políticas públicas não compensatórias.

O PROCESSO CULTURAL

Ao considerarmos para esse trabalho o contexto intercultural de duas classes sociais antagônicas, pois no recorte da pessoa idosa estamos trazendo à tona uma reflexão da exclusão e negação das classes populares, em relação as classes mais favorecidas por suas condições, e, inserindo a idade.

O primeiro aspecto, aqui posto, é em relação ao trabalho, tendo em vista ser o mesmo a mola mestra da cultura e sociedade. O trabalho é algo bastante significativo, uma vez que leva as pessoas a estarem inseridos em uma cultura e sociedade, apresenta faces diferenciadas para as classes sociais, considerando que a abastarda detém o capital financeiro e os meios de produção, enquanto que a classe média ocupa funções de assalariados, seja no público ou no privado, detendo de acordo com cada grau algumas posições de destaques e posições financeiras, enquanto as classes populares que estão detendo o capital humano ficam à margem da sociedade, excluídas e espoliadas.

Como nos aponta Souza (2021), a cultura e a sociedade delinearam uma clássica divisão no trabalho, onde ocorreu:

“um esforço dirigido para transformar o trabalhador em ‘colaborador’, para eufemizar e esconder a consciência de sua superexploração; tenta-se também exaltar os supostos valores da liderança para possibilitar que, a partir de agora, o próprio funcionário, não mais o patrão, passe a controlar e vigiar o colega de trabalho. Ou, ainda, há intenção de difundir a cultura do empreendedorismo, segundo o qual todo mundo pode ser empresário, basta querer. Põe essa ótica, o trabalhador tornado informal e sem quaisquer direitos ou garantias na verdade se torna empresário de si mesmo. E, o mais importante, se ele falhar nessa empreitada, a culpa é apenas dele. É necessário sempre culpar individualmente a vítima pelo fracasso socialmente construído” (p.33).

Ficando, portanto, as classes populares à margem e com as mínimas condições de gerirem a sua vida e a da sua família, sendo eles trabalhadores assalariados, ou

empreendedores de si, promovendo a precarização da qualidade de vida, ampliando a dependência do Estado e de políticas compensatórias. E, aqui quando inserimos as pessoas idosas, ainda eles têm que lidar com as atitudes do meio social, com esse universo.

Em geral, as pessoas idosas enfrentam várias discriminações pela idade, visto que a percepção social do meio aponta que eles e elas são menos capazes de levarem o trabalho adiante, e, portanto, apresentam menos produtividade, em relação aos mais jovens, embora esse fato não se defina pela idade, mas pelas condições apresentadas pelas pessoas que variam de acordo com a estrutura emocional e física.

De acordo com um sentido mais amplo e de maneira mais objetiva, o universo social discrimina e assume atitudes condescendentes e enfatizadas em relação às pessoas idosas e, mais uma vez voltamos às relações simbólicas apontadas por Bourdieu (2020). E, as classes populares estão à margem de tudo isso, detendo o capital humano, exploradas e espoliadas.

A classe dominante, não só detém o poder - material e simbólico - , mas acumula um contingente de saberes que ditam as normas culturais e sociais dos grupos, tanto do ponto de vista econômico como simbólico, como apontou Bourdieu (2000, p. 11), “os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica)...”.

Enquanto a minoria tem acesso a todas as situações, atendimentos e necessidades alcançadas, frente as suas condições financeiras, como os serviços sem depender do Estado ou de suas políticas, embora, por exemplo, recorra ao SUS, frente à tratamentos caríssimos ou só realizados fora do país, o que evidencia o fator determinante do capitalismo, somado ao poder que sua situação permite, o que reforça esse poder simbólico.

O poder não é um processo meramente econômico, mas é também simbólico, como nos apontou Bourdieu (2000, p. 07-08), “com efeito, esse poder invisível o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Portanto, percebemos que o contexto democrático brasileiro não é vivenciado com a mesma intensidade por todas(os) cidadãs e cidadãos, uma vez que grande parte dos segmentos sociais não participam nas mesmas condições (como exposto acima) de acesso aos direitos e vivências proporcionados pela sociedade, acarretando nitidamente a exclusão da maioria da população brasileira, estando inclusive aí a maioria da população de pessoas idosa, calcados em

quase nenhuma visibilidade e mobilidade no campo político, social e familiar, o que termina promovendo dificuldades ou inviabilizando a vivência plena da cidadania.

Meluci (2001) chama a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, as estruturas de subordinação direcionadas e assimiladas penetram na memória das sociedades humanas, levando-as a serem assumidas como naturais. Uma vez assimiladas, implantadas na consciência fica complexo um rompimento. Mesmo quando as discriminações são reconhecidas pelos outros e surgem propostas de mudanças o processo já está assimilado e incorporado no cotidiano dos seres humanos.

São processos socialmente construídos, gradativamente acumulados e internalizados desde a mais tenra infância, que se aprofundam na adolescência e juventude e se perpetuam ao longo da vida dos adultos e das pessoas idosas, mesmo quando ocorrem significativas mudanças na sociedade, na família e no Estado mantém-se os processos de negação, discriminações e exclusões.

Chamamos a tenção para as políticas públicas que sofrem grandes problemas de anos de descaso com a população brasileira, inevitavelmente a precariedade, mesmo com a diminuição atual da pobreza, fato notável, mas que ainda não conseguiu viabilizar uma eficácia significativa, em torno da qualidade de vida de uma grande parte da população, que continua à margem da sociedade, promovendo uma multiplicidade de exclusões sociais. Refletindo o modelo socioeconômico, político e cultural em que se organiza a sociedade brasileira, que tem como princípios político um capitalismo neoliberal. Isto é, “as pessoas que não possuem os bens de produção, não conseguem realizar o acúmulo de capital necessário para ascender socialmente” (TAVARES e BUARQUE, 2011, p.55).

Assim, fica claro e nítido que do ponto de vista econômico a exclusão é consequência da sociedade de classes, enquanto, sob o aspecto simbólico, ela é decorrente da dominação patriarcal, cultural, social e psicológica, pela ausência de uma efetiva política pública que envolva a população mais vulnerável. Aspecto apontado por Souza (2017).

Souza (2017, p. 099 e 100) ainda nos aponta que o caminho é perceber as classes sociais “como uma construção sociocultural, desde a influência emocional e afetiva da socialização familiar, abrimos um caminho que esclarecem nosso comportamento real no dia a dia como nenhuma outra variável”. O que por sua vez, só pode ser alterado a partir do processo de conscientização.

Processo esse que nos é muito caro, tanto para uma educação construtiva como uma psicologia crítica, criativa, refletiva e participativa. Uma vez que:

“podemos construir e reproduzir um padrão de comportamento por forças das ideias que nos ajudam a interpretar o mundo. Afinal, são essas ideias que irão esclarecer os indivíduos e as classes sociais acerca de seus objetivos, interesses e conflitos [conscientização]” (SOUZA, 2017, p.25).

Portanto, em nosso universo de pesquisa, quanto à pessoa idosa, podemos apontar que a cultura e a sociedade, já de uma maneira geral, enaltecem aspectos bastante depreciativos, tais como: o preconceito e as eternas discriminações, frente a um capitalismo com bases na produção, na produtividade e nas ideias, mesmo que os mesmos e as mesmas tenham uma aposentadoria, que em sua maioria é pequena, e, com a alta dos produtos e serviços dificultam suas vidas. Uma população crescente cada vez mais no país, que vão se somar ao próprio processo entre as classes populares e as classes abastardas.

Como nos diz Souza (2017, p. 25), “É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses”. Portanto, mais uma vez, voltamo-nos para as diferenças entre a riqueza e as pessoas mais vulneráveis da população. Ou seja, a maioria.

Tomemos, por exemplo, dentre tantos outros, os serviços de saúde, embora o Sistema Único de Saúde - SUS, seja um programa de atenção a saúde de todos e todas brasileiros(as), e, considerado que é um dos melhores do mundo, por atingir todos os estados brasileiros, apresenta precariedades, tais como: falta de atenção e de um maior número de funcionários para atender a imensa população; materiais; remédios etc. E, quando se trata de pessoas idosas o descaso ainda é gritante. Embora tenha preferência de acordo com o Estatutos da Pessoa Idosa e outras Leis, ocorre uma distância entre os mesmos e a realização dos serviços, atendimentos, lazer etc., quando se trata dessa população. Isso sem falar nas condições de moradia, transportes e demais prioridades.

Hoje apesar de toda a pobreza e da falta de recursos para a maioria da população, tem o outro lado da sociedade, as classes favorecidas e redes de hospitais privados, que mais parecem hotéis de grande luxo, melhores que os hotéis 5 estrelas (não vou aqui nomear os locais por uma questão ética), com acesso a toda tecnologia de última geração, dispensando até mesmo sua ida para fora do país, atendimento mais amplo, e, com todos os complementos necessários, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, serviço social, etc.

Por outro lado, já no contexto de socialização, e, mesmo que atingiam todas as classes sociais, podemos acrescentar que muitas pessoas idosas perdem seus amigos, quando têm mais tempo de vida, passam a ter mais limitações de mobilidade e surge o distanciamento dos mais jovens. Tudo isso tem implicações muito maior entre os mais vulneráveis do que na classe abastada, tendo em vista que esses podem contar não somente com membros da família, mas também com cuidadores até de alto luxo, em seu dia a dia.

E, os que têm mobilidades têm seus amigos na mesma faixa etária para os *happy hours* da vida, jogos e conversas, embora encontremos aqui em Recife/PE, nas praias da zona sul, da riqueza, pessoas em cadeiras de rodas, sendo levadas pelas(os) cuidadoras ou cuidadores, não perdendo esse contato ao ar livre.

O mundo dos jovens, em estudos e cursinhos pré-vestibulares e dos adultos que hoje trabalham cada vez mais - classe média -, para manterem uma certa qualidade de vida, causam distanciamento frente ao pouco tempo, à impaciência com a demora das ações e atitudes dos mais velhos, à dificuldade na área tecnológica, que é difícil para muitos que foram criados em um tempo que isso nem existia e hoje têm dificuldades, até mesmo com o uso do teclado do celular.

Os familiares e os mais jovens apresentam pouca paciência para orientar as pessoas mais velhas. E, nas classes populares o efeito é bem maior, pois a pobreza e a baixa condição de vida ampliam a exclusão causada pelo mundo tecnológico, que termina por gerar um maior distanciamento, isolamento social, solidão, depressão, tristeza e perdas de referências sociais, isso quando não são acometidos por problemas cognitivos. No tocante aos primeiros efeitos, ocorrem problemas na saúde mental, muitas vezes desconsiderados pelos mais próximos e sem uma atenção psicológica e o acompanhamento do terapeuta ocupacional, que pode traçar juntos ações e intervenções de melhoras no ambiente de vida.

A atenção psicológica, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, que as classes abastadas utilizam é irreal para as classes sociais mais vulneráveis, até mesmo quando o SUS oferece, é difícil, pois têm longas esperas, filas intermináveis e poucos profissionais para o atendimento, além da falta dos instrumentos e materiais necessários para o pleno atendimento.

Saindo dos aspectos econômicos e sociais, mas não por isso menos importante, já que equivale na mesma direção, dado a sua importância para uma boa qualidade de vida, aparecem as áreas de lazer e viagens, onde as classes economicamente favoráveis podem se beneficiar melhor das atividades em geral, que diminuem, pelo menos em alguns momentos e ocasiões, o isolamento social.

Embora não seja um modelo global, já que a maioria da população - vulnerável - apresenta problemas de isolamento pela pobreza, vulnerabilidade e atitudes políticas e da sociedade que excluem as pessoas idosas de um meio de participação social.

Destacamos aqui que, a sociedade e o Estado possam promover políticas de inclusão e diminuição do isolamento social, através de políticas e ações que envolvam a participação da pessoa idosa, tais como Academia da Cidade, que fica nos bairros onde as pessoas podem fazer e realizar caminhadas e atividades físicas; festas em organizações que acolhem pessoas idosas, estimulando a participação dos(as) mesmos(as) nas atividades, por meio de campanhas públicas e/ou da iniciativa privada, que são compensatórias, diga-se de passagem.

Porém, são ações pontuais, as vezes precárias, e não atingem a maioria da população. Mais uma vez voltamos a verificar outras oportunidade maiores, apenas através das classes médias. Certa vez tivemos oportunidade aqui em Recife/Pernambuco de participar de um encontro no Clube das Pás, na região central da cidade, em um bairro mais distante do centro da cidade, onde promove-se bingos, desfiles, lançamentos, comemorações festivas e recreativas com as pessoas idosas. Além, de manter regulamente nos fins de semana atividades com músicas e danças, que levam as pessoas idosas, muitas vezes, a dependerem da disposição de outras pessoas. Pois, geralmente dançam até o dia raiar.

O clube das Pás, com essas atividades promove em seus bailes a integração social, diminuindo o distanciamento do isolamento social e da exclusão. Como dito anteriormente, são noites inteiras de dança e muita música, onde as pessoas idosas cantam, dançam, bebem e brinca. Goldenberg (2021, p.10), aponta em seus estudos sobre a 'Bela velhice', que eles e elas envelheceram "mas, não se aposentou de si mesma: continuam tendo projetos de vida, criando, trabalhando, dançando, cantando, estudando, viajando, amando e muito mais".

O clube também mantém um curso de vários tipos de danças, das tradicionais até as modernas como dança de salão, tango, romântica etc., descobrimos até outras mais novas, não para eles e elas, mas para nós, a Lambança. Chamamos a atenção aqui para o detalhe de que isso, embora aponte um exemplo significativo, não atende a maioria da população, e, sim apenas um de seus seguimentos sociais.

Inclusive, conversamos com uma senhora, em outro momento, que frequentava o clube com as amigas todo final de semana e, na ocasião, a mesma nos disse que só parava de dançar quando o dia nascia e o maestro as colocava para fora do clube, depois de vários bis.

Nessa conversa, surgiu outro fato importante e fundamental para a qualidade de vida: a sexualidade da pessoa idosa. Fato reprimido, escondido e negado, tanto pela família como pela

nossa cultura, que ora é permissiva, mas de fachada e, em geral é bastante conservadora e repressora, mesmo com as transformações e mudanças sociais, embora tais mudanças sociais sejam para as classes abastarda e média.

A sexualidade por sua vez apresenta diferentes caminhos nesse contexto, uma vez que, para as classes mais vulneráveis elas acompanham um mesmo processo de repressão, mas com desdobramento diferenciado de acordo com os grupos sociais, regiões e locais mais e menos liberais.

As famílias apresentam profunda dificuldades em lidar com a temática. Isso também ocorre com todas as classes. O que diferencia são as ações na prática, enquanto nas classes sociais abastardas elas são mais permissivas, nas demais classes elas são vigiadas e controladas, mesmo que de maneira subjetiva. As pessoas idosas também não estão livres de comentários maldosos nas classes mais vulneráveis, tais como: ‘velha enxerida’, ‘velho tarado’. Embora em relação aos homens elas são mais tolerantes, enquanto para as mulheres elas são mais controladoras a partir do olhar do outro.

Voltando ao clube das Pás, que é uma realidade das classes sociais médias, pois elas apresentavam certo poder aquisitivo, para se deslocarem, pagarem a entrada, beberem etc., e, também elas em sua maioria e eles, são pessoas que pertencem a uma geração que romperam barreiras e estavam na revolução dos comportamentos, a exemplo dos movimentos hippie, da revolta dos estudantes em Paris, em 1968, na chegada da pílula e muito mais.

De acordo com a pesquisa desenvolvida sobre uma ‘Bela velhice’, Goldenberg (2021, p. 10), mostrou que essa geração supracitada, “foram homens e mulheres que quebraram tabus, romperam com estigmas e preconceitos relacionados ao corpo, sexo, casamento, família, amor, trabalho, etc.”

Embora, nessa classe, ainda ocorra uma certa repressão, como nos disse uma senhora de 75 anos: “sou viúva, só tenho um filho que mora aqui, o resto tudo mora fora, mas moro só, faço tudo, e agora ele veio com uma conversa de que eu sou velha, e para ter mais atenção, preciso alugar meu apartamento e ir morar com ele. Onde já se viu isso?”.

Ainda disse ela: conversei sobre isso com meu psicólogo, juntos refletimos o seguinte: se eu fosse morar iria perder a minha privacidade e saídas, e, eu sabia que iria atrapalhar o casamento do meu filho. Então não fui. Olha se eu ia trocar minha liberdade. faço o que quero, na hora que quero, saí, vou ao shopping, cinema e teatro, e ainda término meu fim de semana no clube”.

Já nas classes mais favorecidas, como são contextos mais individualistas, ela não é tão discutida. O problema maior vem de dentro da família, por exemplo, em caso das mulheres viúvas ou separadas que sobre o olhar dos outros, como os de filhas e demais membros da família, como algo não existente. Embora, as condições financeiras, determinam as atitudes e posições.

E, não menos importante nesse processo cultural e social, temos as mídias, que são uma concessão do Estado. Agem com completa autonomia no país, sem rígidos controles e são conduzidas pelas classes dos favorecidos, e as mesmas só apresentam em suas matérias ou tragédias, envolvendo em geral as classes populares, quando, por outro lado, entram na área de diversão, que tudo é magnífico, brilhante e enaltecido do capital.

Porém, quando se trata de falar algo sobre a pessoa idosa, ocorre, em geral, os estereótipos negativos, e as ideias de fragilidades, dependências, inutilidades e senilidades. Já em relação às demais classes populares, diferentes dos demais, mesmo nessa faixa etária são enaltecidos, acompanhados e com todos os cuidados que o dinheiro possibilita.

Percebemos também, não somente em seu aspecto cultural, mas também em outra direção, o quanto são diferenciados os processos de diversões e lazer das classes sociais. Uns pouco de acordo com o seu pertencimento por classe usufrui dos bens, produtos e ações que o capitalismo de consumo oferece. Já a maioria, mal vai a uma praia, pois moram longe do litoral em geral. Não têm dinheiro para isso e ainda são bastante discriminados.

A exclusão reflete também um aspecto símbolo, pois a sociedade se encarrega de reproduzir, perpetuar e reforçar o processo, e, nem precisa ser do ponto de vista econômico, mesmo que se encontre presente.

As classes mais vulneráveis nem têm tempo, disponibilidade e vontade de se envolverem nesse caminho frente a um longo e tortuoso processo de internalizações. Já outros não têm acesso às informações, então, continuam sem ter conhecimento. Outros porque não participaram dessas revoluções apontadas acima e usufruídas pelas classes mais favorecidas, visto que o trabalho assalariado e de baixo teor de escolarização não os permitiam desfrutar desses momentos.

Em geral, a diversão ocorre no próprio espaço da residência ou no terreno da frente da própria casa, quando as tem. Nesses momentos acontecem os jogos de dominó, muita cachaça, muita imaginação, enquanto suas companheiras estão fazendo os petiscos para eles, arrumando a casa e cuidando da meninada. Aspecto apontado e reforçado por Souza (2017):

‘O desprezo e a humilhação que essa classe sofre desde o berço, unindo socialização familiar precária, que é o seu aspecto de classe, com o preconceito covarde e secular contra o escravo, que é seu aspecto de raça, a levaram a fantasiar sua realidade intolerável. A fantasia, que assume a forma de fuga na droga, especialmente no álcool, ou dos tipos de religiosidade mágica que prometem o que não se pode realizar, é exemplo do escapismo de quem não tem futuro’ (p. 147-148).

Chamamos aqui a atenção, sobre esse escapismo, não no sentido do termo técnico, mas de sua ampliação. No dicionário de Houaiss (2001), o termo também pode ser entendido, como a: “Maneira de agir que resulta dessa fuga à realidade, geralmente por defesa”.

Ou seja, se analisarmos sobre a luz da psicologia, podemos definir como um mecanismo de defesa, no qual nos baseamos para não ter que enfrentar algo que é difícil, reprimido e recalado, pelo processo que é. Incorporamos e internalizamos desde a mais tenra infância e se perpetua ao longo da vida, conforme nos chamou atenção, acima, Souza (2017), de “fantasiar sua realidade intolerável” (p. 147).

Cabe aqui um destaque para a psicologia social/comunitária, que leva em sua prática nas comunidades mais vulneráveis, uma reflexão a partir do processo de conscientização do processo interno de submissão e dominação.

O trabalho desenvolvido por essa prática psicológica, trabalha com bases na participação coletiva, através de técnicas que resultam em um processo de conscientização, levando as pessoas a uma reflexão sobre essas internalizações de submissões e de dominação, promovendo uma retomada junto com os e as participantes de seus projetos de protagonismo, mesmo que não seja em sua totalidade do grupo comunitário, planta juntamente com os participantes, sementes para novos professores de dignidade e pensamento crítico.

Podemos perceber nas classes sociais mais vulneráveis, os cuidados com o marido, com os filhos e com a casa, seria um fato normal de suas vidas, afinal assim nasceram, cresceram e vivem na maioria das vezes. Para elas, vítimas do sistema capitalista, excluídas a pouca ou quase nenhuma escolaridade, além de restringir-lhes questionamentos e empoderamentos.

Porém, isso não é o mesmo reflexo das classes mais favorecidas para elas (mas, escolaridade e possibilidade de resignificarem a vida e alcançarem o empoderamento), como nos chama a atenção Goldenberg (2021, p. 110), na velhice “elas falam muito menos da família, e, quando falam, é para reclamar que passaram a vida inteira cuidando do marido, dos filhos e da casa. Não puderam cuidar de si mesmas antes, pois estavam sempre ocupadas em cuidar dos outros”.

Nessa mesma pesquisa, desenvolvida pela autora supracitada, Goldenberg (2021, p.111) aponta-se que a demanda nesse período de vida leva as mulheres à “demanda feminina

por reconhecimento, reciprocidade, respeito, segurança, escolta e cuidado é satisfeita principalmente pelas amigas [e não pela família]”. O cuidar de si.

Por último, não podemos deixar de chamar a atenção de que além das precariedades das políticas públicas para as classes mais vulneráveis, apenas compensatórias, aparece aqui, não em via de concessão pública mas privadas, os meios de comunicação que em vez de promover a inclusão, estigmatizam demais a pessoa idosa, passando uma falsa ideia da realidade, a partir dos estereótipos prejudiciais aos idosos, reforçando uma distorção de atitudes, a exemplo da aposentadoria, onde os mesmos passam a serem vistos como inúteis e sem produtividade, mesmo a despeito de muitos voltarem a trabalhar, e até mesmo a desenvolverem atividades outrora, não possíveis de serem realizadas enquanto trabalhavam, por exemplo: atividades da casa, pinturas, bordados, atividades artísticas, lúdicas, de lazer e viagens, outrora não possíveis.

São como apontadas, ao longo desse trabalho, ações perpetradas, reforçadas pelo capitalismo que segregam e promovem divisões de classes, com diferenças significativas que os estudos e pesquisas não podem deixar de lado.

ALGUMAS PALAVRAS

Registramos que não seria possível envolver todos os estudos que norteiam o processo de interculturalidade, muito menos em seus aspectos que não se direcionaram para um processo de integração, mas sim em tentar apontar algumas ideias do outro lado da questão, isso é, das classes sociais, considerando a inclusão por parte das classes abastardas em relação à exclusão da maioria da população, as classes populares e vulneráveis da população brasileira, com seu recorte na pessoa idosa.

Além de que, por si as pessoas idosas vivem em si. Já esse processo de exclusão pela velhice, e, quem dirá dos mais vulneráveis, tendo em vista que os mais favorecidos têm bem mais facilidade de acesso de produtos, acompanhantes, cuidadores etc.

Os poderes, sejam econômicos ou simbólicos, perpetuam essas diferenças entre classes sociais, que inviabilizam um processo intercultural entre elas, por estarem envoltas para as muitas diferenças, exclusões e negações. São elas, uma maioria desprovida do capital financeiro, só tendo a oferecer, em um mundo capitalista que exclui a dor, o capital humano de baixo poder de remuneração.

Percebemos que, ao longo do apresentado, seja no meio econômico, no trabalho, na saúde, no lazer e entre outras mais, as condições de acesso para as classes populares, que lhes são negadas, em nosso recorte das pessoas idosas, ainda se somam pela precariedade de vida, menores condições para enfrentarem o mundo social, tal como posto pela classe abastarda.

Por fim, sabemos que não estamos aqui esgotando todo o processo, esse é apenas um recorte que promovemos para apontar as dificuldades que existem em torno da interculturalidade, quando se trata de classes sociais.

Fazendo-se necessário novos estudos nessa temática, da ausência de um processo intercultural entre classes sociais e as pessoas idosas. Notadamente, não podemos deixar de realizar outros estudos e pesquisas que venham a preencher lacunas ainda invisíveis, no sentido amplo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). (2022) IBGE/PNAD. Disponível em: <<https://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: abril de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
_____. _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A Invenção de uma Bela Velhice: projetos de Vida e a Busca da Felicidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

HOUAISS. DICIONÁRIO. (2001) Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-2/html/index.php#0>. Acesso em: abril de 2024.

IBGE. Censo: número de idosos no Brasil cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>>. Acesso em: abril de 2024.

MELUCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília/ Organização Pan-Americana da Saúde; 2005.

PANORAMA DAS CLASSES ABCDE: Um olhar sobre a disparidade econômica e a desigualdade de classes a partir do prisma brasileiro. (2022) . Disponível em: <<https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-panorama-das-classes-abcde/>>. Acesso em: [abril de 2024](#).

TAVARES, Celma; BUARQUE, Cristina et al. **Mulheres construindo a igualdade**: Caderno Etnicorracial. Recife: Secretaria Estadual da mulher, 2011.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da Escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. _____. Como o Racismo Criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

- Ansiedade, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 56, 57, 62, 63, 64, 66, 69, 141
- Aspectos Culturais, 7
- Boi, 7, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
- Crenças, 7, 32, 36
- Cultura, 104
- Cultura Popular, 7, 72, 111
- Depressão, 7, 13, 14, 22, 56, 57, 62, 63, 64, 66, 67, 126
- Direitos Humanos, 8, 92, 107, 108, 109, 112, 113, 119, 138
- Diversidade Cultural, 7, 8, 79, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 116, 119, 120
- Ensino, 8, 58, 65, 106, 112, 114, 117, 135, 137, 139, 141
- Inclusão, 8, 13, 20, 56, 58, 93, 99, 105, 112, 113, 121, 126, 130, 131, 141
- Inovação, 8, 94, 100, 112
- Integralidade, 7, 32, 40, 51
- Interculturalidade, 3, 7, 8, 88, 115, 141
- Justiça, 8, 21, 87, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 103, 104, 109, 111, 113
- Natureza, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 46, 48, 81, 83, 91
- Pessoa Idosa, 8, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 131
- Portugueses, 7, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
- Processos Interculturais, 8
- Símbolo Cultural, 8
- Substâncias, 7, 56, 57, 60, 64, 65, 66, 67, 69, 70
- Violência, 7, 55, 56, 61, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 138, 140

DOS AUTORES

Alberto Abad

Possui graduações em Administração de Empresas Turísticas (1991) e Psicologia (2007). Concluiu a pós-graduação em Hipnoterapia Ericksoniana pela Universidad Autónoma de Nuevo Leon (UANL - 2006). Fundou e desempenhou o papel de primeiro tesoureiro no Colegio de Psicólogos de Baja California Sur A.C. (2008). Alcançou o título de Mestre em Estudos de Fronteira (PPGEF-UNIFAP - 2018). Recentemente, lecionou disciplinas e módulos em Psicologia na Universidade de Tijuana (CUT - México), na Universidad del Desarrollo Profesional (UNIDEP - México) e no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM - Rio de Janeiro). É doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com especialização em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Psicologia da Mobilidade Transcultural. Participou ativamente do Projeto de Extensão "Talento Plural" do Departamento de Psicologia da UFJF e atuou como docente no projeto "Talentos e (Super)doações: Desenvolvimento e Educação". Ademais, é membro fundador do Laboratório Virtual de Neuropsicometria Afetiva, Cognitiva e Comportamental (LAVINACC).

Adriana Pires Arezzo

Cursando o Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF); possui Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Ciências Biológicas pela Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE). Cursou pós-graduação em Planejamento Ambiental e Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professora no Centro Universitário La Salle/RJ, nos cursos de Pedagogia e Direito; e professora de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (SEE/RJ). Desenvolve pesquisas nas áreas de sociologia da educação; sociologia jurídica; metodologias de ensino em ciências naturais; educação ambiental; formação de professores e pesquisa narrativa (auto)biográfica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Processos de Formação Institucionais (GEPPROFI/UFF), coordenado pela professora Dra. Eda Maria de Oliveira Henriques.

Angelina Accetta Rojas

Doutora em Ciências da Educação pela UDELMAR, Chile, Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em Ciência da Arte pela Universidade Federal Fluminense; Arte-Educadora, com especialização em História da Arte, Educação Infantil e Musicalização. Professora do Unilasalle/RJ; Membro do Conselho Editorial da Revista Conhecimento & Diversidade, Arte-Educadora do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho. Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura do Unilasalle/RJ, Curadora da Galeria de Arte La Salle. Pesquisadora e curadora de exposições e eventos artísticos e acadêmicos; Gestão de Acervos de Arte; Criação e montagem de exposições com mediações interdisciplinares.

Ana Claudia Ferreira Cezario

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Docente no Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira no campus de Juiz de Fora - MG. Experiência nas áreas de Psicologia Clínica, Social, Jurídica e acadêmica. Projetos de Extensão e Pesquisa na área de Violência Doméstica e da Psicologia Jurídica. Psicóloga e Proprietária da SENS: Psicologia e Saúde com abordagem na Terapia Cognitivo Comportamental.

Alberto Mesaque Martins

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNA, Licenciando em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Especialista em Psicologia em Saúde pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutor em Psicologia por esta mesma universidade (UFMG). Professor Adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), onde também atua como Docente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Saúde da Família do Instituto de Saúde (INISA) da UFMS.

Ana Lucia Mendes Teixeira

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (1986), com doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2017) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2006). Possui especialização em psicodrama, dinâmica de grupo e marketing. É coordenadora e docente do

Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ). Atua no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNIVERSO/RJ.

Ana Tereza Andrade

Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ), com atuação em ensino e pesquisa. Experiência em ensino a distância, elaboração de material didático, treinamentos, metodologia de pesquisa e orientação acadêmica. Áreas de interesse: educação; ensino de português, português para estrangeiros; surdez; literatura; teatro; EaD.

Alissandra Braga

Psicóloga e Neuropsicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia – UFRRJ, Neuropsicóloga – Santa Casa de misericórdia do RJ, Docente na UNIGRANRIO

Armando Araújo Silvestre

Docente no IFSP, campus Bragança Paulista. Licenciado em Filosofia (Unicamp) e em Pedagogia (Anhembi Morumbi), bacharel em Teologia (SPS), Especialista em Gestão estratégica da EAD (Senac), Mestre e Doutor em Ciências da Religião (Unesp). Atuou como coordenador geral na SEB/MEC e como consultor especialista da OEI na SERES/MEC.

Bernardo Santos Amaral

Atualmente é bacharelando em Direito na Universidade Católica de Petrópolis, participa do grupo de pesquisa denominado "GIPAC" e bolsista como pesquisador de IC pela FAPERJ.

Eduardo Godoy da Rocha

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Atualmente é psicólogo da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Pós-graduação Lato Sensu Psicologia do Trabalho: Gestão em Qualidade pela Universidade Católica Dom Bosco. Curso em Psicologia da Família em Abordagem Narrativa pelo Instituto Kenneth Martins Coelho. Curso Apoio Matricial na Atenção Básica com Ênfase nos NASF -AB pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Pós Graduação em Lato Sensu em Saúde Pública pela Escola de

Saúde Pública do Governo de Estado do Mato Grosso do Sul. Pós Graduado em Stricto Sensu em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Elis Crokidakis Castro

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), graduação em Letras - Português-Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), Mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) com bolsa sanduiche na Faculdade de Roma- Italia - La Sapienza. Pós Doutora em Literatura Brasileira pela UFRJ e cursando Pós-doutoramento em Cinema no PPG Cine da UFF- "Cidades reais e cidades imaginárias". Atualmente é professor e desenvolve pesquisas sociais e antropológicas na área de violência contra a mulher e a criança, assim como vem trabalhando em projetos que visam o estudo das cidades sob uma abordagem multidisciplinar pensando sempre a sociedade, a cultura, o direito e a arte. Tem experiência na área de direitos humanos e sociais, Letras e Cinema, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, cinema, cultura, cidade, literatura e artes. Atua lecionando na Unilasalle, e FACHA .

Gabrielle Espósito Cavalcanti

Mestranda em Psicologia pela UCP (Bolsista CAPES 2024), especialista em Psicologia Humanista Existencial pela UNESA (2022), especialista em Gestão de Pessoas pela AVM (2020) e graduada em Psicologia pela UNESA (2019). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela AVM (2012), Complementação Pedagógica pela AVM (2012) e graduada em Direito pela UCAM (2010). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Clínica, Psicologia Organizacional, Psicologia Escolar, Psicologia Jurídica e Cognição Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Violência Doméstica, Alienação Parental, Drogas, Transtornos Mentais, Gêneros, Burnout, Educação, Gestão de Pessoas, Planejamento de Carreira e Desenvolvimento de Networking. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Processo Penal, Contratos e Negociações Comerciais. Psicóloga na modalidade online. Contato: psi.gesposito@gmail.com / Instagram: [@psi.esposito](https://www.instagram.com/psi.esposito)

Iracema Abranchese

Psicóloga, universidade Federal de Juiz de Fora

José Aparecido da Silva

Mestre e Doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP e Pós-doutorado em Percepção e Psicofísica pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, USA. Livre Docente e Professor Titular Sênior em Psicometria e Medidas em Psicologia do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP. Atualmente é professor na Universidade Católica de Petrópolis e Universidade de Brasília e da USP. E-mail: cienciausp@usp.br

Juliana Monteiro Mansur

Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UCP e professora licenciada da UNESA

Júlia Teixeira Hirschle

Doutoranda em ciência política no IESP-UERJ (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) e mestra em ciência política pela mesma instituição. Estuda democracia, representação política, minorias políticas, diversidade e ações afirmativas. Atualmente, pesquisa mandatos coletivos para a tese de doutorado. É pesquisadora do GEMAA-IESP (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa). Endereço eletrônico: juliathr@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9171500486941465>

Julia Toneli Loretta Cunha

Graduada no curso de Direito pela Universidade Católica de Petrópolis em 2022. Minha jornada acadêmica começou no ensino médio quando fui contemplada com a bolsa de pré iniciação científica do programa Jovens Talentos da Faperj em 2014. Na Universidade fui participante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Empírica (GIPAC-UCP) liderado pelo Prof. Dr. Klever Filpo e fui bolsista de iniciação científica nos projetos "Estudo de Casos de Judicialização e Mediação de Conflitos Escolares no município de Petrópolis" com orientação do prof. Dr. Klever Filpo (2018-2020); "Análise de Casos de Conflitos Escolares nas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais no Município de Petrópolis" com orientação do Prof. Dr. Flávio Mirza (2020-2021) e "Estudo de Casos de Mediação de Conflitos Escolares no Município de Petrópolis no contexto do Programa Municipal de Pacificação Restaurativa Petrópolis da Paz"

com orientação do prof. Dr. Klever Filpo (2021-2022). Atualmente estou concorrendo a bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj.

José Carlos Tavares da Silva – Unilasalle e UNIGAMA

Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (2004), mestrado em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (1985) e doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é professor nos cursos de graduação em Psicologia da UNILASALLE, do UNIGAMA e da UNESA. É coordenador do curso graduação em Psicologia do UNIGAMA e coordenador de especialização em TCC do UNIGAMA.

Klever Paulo Leal Filpo

Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. Doutor em Direito. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Professor da Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Administração de Conflitos (GIPAC/UCP-CNPq) e do Grupo de Pesquisa sobre Formas Consensuais de Administração de Conflitos em Perspectiva Empírica (FOCA/ITR-UFRRJ-CNPq).

Lélio Moura Lourenço

Pós Doutor em Estudos da Criança pelo Instituto da Criança da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Possui Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Membro da APICSA - Asociación Psicológica Iberoamericana de Clínica y Salud. Coordenador/ (Líder) do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social -NEVAS. Membro da Comissão de política editorial da Revista Psicologia em Pesquisa UFJF. Membro da Sociedade Brasileira de Psicologia SBP. Membro da Asociación

Científica Internacional de Psicopedagogia - ASOCIP. Conselheiro PROEX /CONEXC - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Relações Interpessoais, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia clínica, violência, crenças, trabalho, ansiedade social e saúde.

Luana Foroni Andrade

Docente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Terapia Ocupacional do Campus Lagarto. Graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade de Uberaba. Especialista em Neurologia com ênfase em Neuropediatria pelo Instituto Brasileiro de Therapias e Ensino. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Física pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - Bolsista CAPES na linha de pesquisa Esporte, Condições de Vida e Saúde. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção à Saúde pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (GEPACC). Membro docente permanente pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares - PPGCult/UFS. Possui ações de ensino, pesquisa e extensão em saúde, educação e cultura com temas ligados à pessoa com deficiência, reabilitação, acessibilidade, inclusão, arte, corpo, corporeidade, cotidiano, território e comunidade.

Luciana Xavier Senra

Psicóloga Doutora e Mestra em Psicologia e Professora dos cursos de graduação e mestrado da Universidade Católica de Petrópolis-UCP. E-mail: senra.lx@gmail.com

Luís Antônio Monteiro Campos

Psicóloga Doutor e Mestra em Psicologia e Professora dos cursos de graduação e Coordenador do Mestrado em Psicologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidade da Universidade Católica de Petrópolis-UCP.

Mariane Andrea Rocha

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas (2021), mestrado em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (2023) e atualmente finaliza a especialização em Educação Ambiental e Cultural no Instituto Federal de Alagoas (2023). É pesquisadora no Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo (2023), e colabora

com o GETUC - Grupo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares em Turismo Criativo (2019) e do GEPACC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (2021). Tem interesse nos Estudos Culturais com ênfase nas Culturas Populares, Identidades Culturais, Imaginários e Representações Sociais, além de se interessar também pelo estudo do Feminismo e de Relações Étnico-raciais de maneira transdisciplinar.

Maria Cristina Figueira Louro

Dra. Pelo Programa de Pós- Graduação em Teoria Psicanalítica- UFRJ, Psicanalista, Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos - RJ desde 2001 e Professora adjunta da UNESA

Marcos Aguiar de Souza

Possui graduação (UGF - 1993), mestrado (UGF - 1995) e doutorado em Psicologia (UFRJ - 2003), e pós-doutorado em gestão, com ênfase em métodos quantitativos, pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Lisboa - 2013). É Professor Titular do Departamento de Psicometria da UFRJ. Atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Participa do GT da ANPEPP Cultura e Saúde nas Organizações. Tem interesse em técnicas de coleta e análise de dados, Construção e validação de instrumentos de medida e em Psicologia Positiva aplicada às Organizações, particularmente no que se refere a investigações envolvendo psicologia em contextos de atuação militar e de segurança pública. É coordenador, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia - ANPEPP, do Grupo de Trabalho PSICOLOGIA E SEGURANÇA (Código 6379281). Bolsita de produtividade PQ2 do CNPq. Contato: marcos.aguiar@pq.cnpq.br.

Mariane Andrea Rocha

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas (2021), mestrado em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (2023) e atualmente finaliza a especialização em Educação Ambiental e Cultural no Instituto Federal de Alagoas (2023). É pesquisadora no Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo (2023), e colabora com o GETUC - Grupo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares em Turismo Criativo (2019) e do GEPACC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade, Corpo e Cultura (2021). Tem interesse nos Estudos Culturais com ênfase nas Culturas Populares, Identidades Culturais,

Imaginários e Representações Sociais, além de se interessar também pelo estudo do Feminismo e de Relações Étnico-raciais de maneira transdisciplinar.

Maxwell Aleixo Damásio

Psicólogo Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e Técnico Trabalhador da Política Nacional de Assistência Social - SUAS na cidade de São - Paulo/SP. E-mail: psicologodamasio@gmail.com

Mirel Legrá Fleitas

Bolsista de Pós-doutorado no Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil 2022 (FAPERJ/CNPq/UCP) na Universidade Católica de Petrópolis. Mediadora Extrajudicial formada pelo Cs Views Mediação e Arbitragem (2021). Mediadora Familiar formada pelo Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP) (2021). Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2020). Mestrado em Direito Civil (2014) e graduada em Bacharelado em Direito pela Universidad de La Habana (2005). Forma parte do claustro de professores do Curso de formação de Mediadores de ODR-Ecuador. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM) da UFRJ. Pesquisadora no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de solução de conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora (Local Researcher - Cuba) no projeto de pesquisa mundial sobre Acesso a Justiça (Global Access to Justice Project - <http://globalaccesstojustice.com/>). Anteriormente em Cuba, atuou como Advogada-Chefe na Organización Nacionales de Bufettes Colectivos, (ONBC) (2012-2014). Atuou como Juiz Profissional Permanente do Tribunal Municipal de Arroyo Naranjo (2005-2012), sendo Juiz-Chefe do Tribunal Civil e da Família (2010-2012). Também foi professora assistente na Faculdade de Direito da Universidad de La Habana e na Facultad de Tecnología de la Salud (ISCMH). Como professora lecionou as disciplinas Direito Processual Civil I e II, Direito Notarial, Direito Financeiro, Direito do Trabalho Cubano, Introdução ao Estudo do Direito Civil, Obrigações e Contratos.

Nathany Oliveira Leite

Psicóloga pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), colaboradora técnica do grupo de pesquisa NEICOS pela CNPq e professora de inglês da Educação Básica. E-mail: psi.nathanyleite@gmail.com

Raphaela Schiassi Hernandes

Professora do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Salesiano Auxilium de Lins (2003), Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015). Tem experiência na Terapia Ocupacional, com ênfase nos seguintes temas: Terapia Ocupacional; Saúde Mental; Relações Sociais; Saúde Coletiva; Culturas Populares e Cuidado; Corpo/ Identidade; Espiritualidade; Comunidades Tradicionais e Bem Viver; Emoções e Afetos.

Rosaura Baião

Doutora e Mestre em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, e graduada em Letras, pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Professora adjunta do Departamento de Letras da UERJ/FFP, desde 2015. Coordenadora Pedagógica Nacional do Centro de Conhecimento em Licenciaturas, na Diretoria de Ensino da Estácio entre fev/2009 e dez/2014. Professora de Língua Portuguesa da Universidade Estácio de Sá (modalidades presencial e EAD) entre 2001 e 2012, nos cursos de Letras, Direito, Administração e Pedagogia. Professora de Língua Portuguesa dos cursos presenciais (Pedagogia e Administração) da Sociedade Universitária Madeira de Lei, entre 1994 e 2001. Professora conteudista da disciplina Aspectos da Linguagem e Produção Textual (Pós-graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá) e Análise Textual - online (Graduação tradicional e tecnológica de todos os cursos da Estácio de Sá no Brasil). Membro integrante do Conselho Editorial para elaboração de livros didáticos para a disciplina Análise Textual. Membro integrante da banca examinadora para professor adjunto de Estudos Lingüísticos do departamento de LIBRAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: rosauraling@uol.com.br

Rosemary Conceição dos Santos

Pós-Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (2019). Pós-Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC (2017). Pós-Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela USP (2013). Pós-Doutorado em Cognição, Leitura e Literatura pela USP (2009). Doutorado em Literatura Portuguesa pela USP (2006). Mestrado em Estudos Literários pela UNESP (2003). Especialização em Tecnologias e Educação à Distância (2013). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília (2023). Integra o Grupo de Pesquisa Laboratório Virtual de Cognição e Leitura (LAVCOGL) da USP-RP. É Professora Visitante da Universidade Federal de Pelotas (2023). É Professora Colaboradora da Universidade de Brasília (2023) e da Universidade de São Paulo (2023). E-mail: cienciausp@usp.br

Rodolfo de Castro Ribas Júnior

Psicólogo, Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ribas é Professor Titular Aposentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Realizou pesquisas em colaboração com a Universidade Johns Hopkins e com a Universidade de Maryland. Foi Investigador Colaborador do National Institute of Child Health and Human Development (todas nos Estados Unidos da América). Atualmente coordena projetos e programas de pesquisa com foco na Psicologia Positiva e na Inteligência Emocional.

Rui Carlos Stockinger

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis. Training em Focusing pelo New York Focusing Institute -USA (2017). MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Veiga de Almeida (2012), Especialista em Psicossomática Contemporânea pela Universidade Gama Filho (2003). Formação em Abordagem Centrada na Pessoa (1995), Especialização em Comunidade Terapêutica no Centro Psicológico do Rio de Janeiro, (1990), Formação em Análise Transacional pela UNAT-Brasil (1990), Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (1988), Psicoterapeuta individual e de grupos em Consultório particular, Psicólogo Concursado da Prefeitura Municipal de Petrópolis-RJ desde 1991. Coordenador de Saúde Mental do Município de Petrópolis, de 2001 a 2015, Atual Diretor da Saúde do Trabalhador do Município de Petrópolis.

Thais Marluce Marques Abad

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Graduação em nível de Especialização Lato-Sensu em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas do Amapá – FATECH (2019); Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades/ Superdotação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2018), Pós Graduação em nível de Especialização Lato- Sensu em Novas Linguagens e Novas Abordagens para o Ensino da Língua Portuguesa pela Faculdade Atual – Macapá / Amapá (2011), Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará (1997). Atuou como professora das disciplinas Língua Portuguesa, Literatura e Redação nos Ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA, como funcionária pública, dos Governos Estaduais do Amapá e Pará (1997 à 2021).

Vinícius Santos Amaral

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Pós-graduado em Direito Negocial e Imobiliário pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Pós-graduado em Advocacia Cível pela Escola Superior da Advocacia (ESA Nacional), em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), na condição de bolsista pela ESA Nacional. Mestrando em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (PPGD/UCP). Bolsista de Mestrado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Membro do grupo Interdisciplinar de Administração de Conflitos da Universidade Católica de Petrópolis. Atualmente realiza pesquisas no campo dos processos coletivos e processos estruturais. Estagiário de Docência na UCP, sob a supervisão do Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida. Possui experiência jurídica nas áreas de Direito Civil e Direito Processual Civil.

Walfrido Meneses

Possui graduação em Licenciatura Plena Em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1981), graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda

(1982), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Especialista em Educação pela Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru. Tem três livros autorais publicado, e vários artigos em livros e periódicos. Foi Gestor de setor e de diretoria da Secretaria de Educação de Pernambuco. Foi professor de psicologia, psicólogo, coordenador da Regional Norte do serviço de psicologia e coordenador do programa de educação sexual para a comunidade escolar da Secretaria de Educação de Pernambuco (aposentado). Foi coordenador do curso da pós-graduação em saúde mental e psicossocial e Gestor da seleção de professores de psicologia do Centro Universitário Estácio do Recife.

Zeimara de Almeida Santos

Pós-doutorado, Doutorado e Mestrado em Psicologia Social na linha de pesquisa Desenvolvimento Sociocognitivo, Relações Interpessoais e Educação pela Universidade Salgado de Oliveira. Graduação de Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Educação pela Faculdade Paraíso. Especialista em Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Administração de Empresas e Psicologia. Atua como professora desde o ano de 2008, nos cursos de Graduação, com disciplinas (presencial e a distância), na área de Administração, Educação e Psicologia. Possui experiência de pesquisa qualitativa e quantitativa na área de ciências sociais aplicadas e humanas. Atua também como psicóloga hospitalar em instituição pública da região metropolitana do Rio de Janeiro.

